



Dissertação

Mestrado em Negócios Internacionais

***Fatores Determinantes do Investimento Direto
Português em Cabo Verde***

António de Pina Oliveira

Leiria, *Dezembro de 2012*



Dissertação

Mestrado em Negócios Internacionais

***Fatores Determinantes do Investimento Direto
Português em Cabo Verde***

António de Pina Oliveira

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Doutora Susana Cristina Serrano Fernandes Rodrigues, Professora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria

Leiria, *Dezembro* de 2012

À Minha Família

Agradecimentos

Ao fim desta caminhada, gostaria de manifestar o meu agradecimento, apreço e gratidão a todos aqueles que de uma maneira ou de outra colaboraram e fizeram com que este trabalho chegasse ao fim.

Em primeiro lugar, à minha orientadora Doutora Susana Rodrigues, pelo seu apoio, disponibilidade e preocupação que teve durante o decorrer desta dissertação e o incentivo que fez com que eu acreditasse no meu trabalho, salientando o seu rigor e crítica construtiva do mesmo. O meu bem haja Doutora Susana.

À Dr.^a Jaqueline Canuto, pelos seus conselhos, sugestões e o grande contributo que deu na recolha das informações. O meu muito obrigado.

À Professora Doutora Cátia Crespo, pela ajuda e sugestão dada desde a construção do questionário e na parte prática desta dissertação. Muito obrigado pela sua ajuda.

A todas as empresas e responsáveis que participaram no preenchimento do questionário.

Ao Instituto Politécnico de Leiria, por me possibilitar o acesso a infraestruturas dignas e a um conjunto de docentes bem formados, que me proporcionaram conhecimentos essenciais à minha vida profissional e à constituição de novos valores.

Aos meus colegas do mestrado, em especial a colega amiga Ana Luísa Gomes, pela sua companhia, partilha de ideias, ajuda e trabalho em conjunto o qual serviu de fonte de motivação.

Aos amigos Sr.^o Rui Fradique e esposa Irene Almeida, pelo vosso apoio, ajuda e pela vossa amizade.

Aos meus pais, a minha irmã Áurea Helena de Koning e toda a minha família que sempre me apoiaram, sempre acreditaram em mim e fizeram com que este projeto se tornasse uma realidade. O meu grande obrigado.

Por último, mas não menos importante, queria agradecer à minha namorada, companheira e amiga Ana Lourdes, pelo seu amor, carinho, compreensão, dedicação que sempre demonstrou e que sempre esteve ao meu lado nos bons e maus momentos.

A todos o meu muito obrigado!

Resumo

Como consequência do fenómeno da globalização, deixaram de existir fronteiras entre os países, deixaram de haver empresas locais e passámos a ter empresas globais. Hoje em dia, cada vez mais as empresas recorrem a esta forma de internacionalização para a conquista de novos mercados e aproveitamento dos benefícios que o país estrangeiro oferece. O mercado transformou-se num espaço global e a competitividade já não se pode restringir ao mercado interno (Aguiar & Gulamhussen; 2009).

Segundo Aguiar e Gulamhussen (2009), o Investimento Direto Estrangeiro é uma das formas adotadas para as empresas que querem internacionalizar as suas atividades. Pode criar tanto oportunidades como risco. Está ligado não só com o ambiente económico como social e político.

A partir da década de 90, começaram a intensificar-se os investimentos portugueses em Cabo Verde e com o passar dos anos o país começou a receber mais investimentos. Neste sentido, o objetivo desta investigação é procurar perceber quais os fatores que determinam o investimento direto português em Cabo Verde. Para tal, com base num questionário foram recolhidos e analisados dados referentes às respostas das 41 empresas com investimentos ou participações nos negócios em Cabo Verde.

Os resultados das regressões sugerem concluir que os fatores económicos e políticos são os principais determinantes do investimento direto português em Cabo Verde. De acordo com as nossas análises, os fatores culturais não foram significativos para explicar o investimento direto português comparativamente com os fatores económicos e políticos.

Palavras-chave: Investimento Direto Estrangeiro, Determinantes, Investimento Português, Fatores Económicos, Fatores Políticos, Fatores Culturais, Cabo Verde.

Abstract

As a result of the globalization phenomenon, the boundaries between countries no longer exist and there are no longer local companies and we now have global ones. Nowadays, more and more companies use this way of internationalization to the conquering of new markets and they profit from the benefits that the foreign country offers (Aguiar and Gulamhussen; 2009).

According to Aguiar and Gulamhussen (2009), Foreign Direct Investment is one of the ways adopted for companies that want to internationalize their activities. You can create both opportunities and risks. It is connected not only with the economic but also with the social and political.

Since the 90's, Portuguese investments in Cape Verde began to intensify and this country began to embrace a growing number of investments along the years. For these matters, the goal of this investigation is try to understand which factors determine Portuguese direct investment in Cape Verde. In order to do so, based on a questionnaire there was analyzed data from the feedback of 41 companies that are currently investing or being part of business partnerships in Cape Verde.

Regressions' results allowed the author to conclude that economical and political factors are the main determinants for Portuguese direct investment in Cape Verde.

According to the authors' data analysis, cultural factors were not significant to justify Portuguese direct investments in Cape Verde, comparing to economical and political factors.

Key-Words: Foreign Direct Investment, Determinants, Portuguese Investment, Economical Factors, Political Factors, Cultural Factors, Cape Verde

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo proposto para o investimento português em Cabo Verde.....	38
---	----

Índice das Tabelas

Tabela 1 - Vantagens do IDE	17
Tabela 2 - Determinantes económicos do investimento direto estrangeiro para o país recetor	22
Tabela 3 - Outros determinantes do investimento direto estrangeiro para o país recetor	23
Tabela 4 - Quadro síntese.....	29
Tabela 5 - Principais indicadores económicos de Cabo Verde	34
Tabela 6 - Alpha de Cronbach para fatores económicos.....	48
Tabela 7 - Alpha de Cronbach para fatores políticos	48
Tabela 8 -Alpha de Cronbach para fatores políticos	48
Tabela 9 - Variáveis dependentes.....	74
Tabela 10 - Model summary	74
Tabela 11 - Anova.....	75
Tabela 12 - Coefficients	75

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Influxos globais de IDE, top 20 das economias de destino, 2009-2010 (biliões de dólares).....	4
Gráfico 2 - Influxos IDE, em África, 2000-2009* (valores em biliões de dólares).....	5
Gráfico 3 - Evolução do investimento direto de Portugal no estrangeiro (valores em milhões de euros).....	6
Gráfico 4 - Investimento direto bruto de Portugal no estrangeiro por sectores.....	6
Gráfico 5 - Investimento português nos PALOP e em Timor-Leste (total anual, em milhões de euro)	7
Gráfico 6 - Investimento direto português bruto em Cabo Verde em milhões de euros	9
Gráfico 7 - Desinvestimento português em Cabo Verde em milhões de euros.....	9
Gráfico 8 - Identificação do responsável pelo preenchimento do inquérito.....	50
Gráfico 9 - Localização das empresas por ilhas	50
Gráfico 10 - Início de atividade em Cabo Verde.....	51
Gráfico 11 - Tipologia do ID.....	51
Gráfico 12 - Setor de atividade da empresa	52
Gráfico 13 - Há quantos anos opera no mercado cabo-verdiano.....	53
Gráfico 14 - Volume de vendas por ano (milhões de Euros)	54
Gráfico 15 - Número de colaboradores da empresa	54
Gráfico 16 - Percentagem que as operações em Cabo Verde representam no total de investimento da empresa no estrangeiro.....	55
Gráfico 17 - Experiencia prévia no mercado cabo-verdiano.....	55
Gráfico 18 - Grau de satisfação no mercado cabo-verdiano	56
Gráfico 19 - Crescimento económico do país	57
Gráfico 20 - Dimensão do mercado local.....	57
Gráfico 21 - Procura de novos mercados	58
Gráfico 22 - Oportunidade de negócio.....	59
Gráfico 23 - Estabilidade do mercado.....	59
Gráfico 24 - Atratividade do mercado.....	59
Gráfico 25 - Estabilidade política cambial	60
Gráfico 26 - Mercado com fraca concorrencial.....	60
Gráfico 27 - Exploração de vantagens específicas.....	61
Gráfico 28 - Exploração da capacidade disponível.....	61
Gráfico 29 - Estabilidade política do país	63

Gráfico 30 - Sistema político do país	63
Gráfico 31 - Política de privatizações	64
Gráfico 32 - Segurança no sistema jurídico do IDE.....	64
Gráfico 33 - Política comercial	64
Gráfico 34 - Incentivos fiscais	65
Gráfico 35 - Imagem positiva do país	65
Gráfico 36 - Menor risco político do país	66
Gráfico 37 - Proximidades culturais.....	67
Gráfico 38 - Língua comum	67
Gráfico 39 - Laços históricos	68
Gráfico 40 - Hábitos comuns	68
Gráfico 41 - As Razões que levaram a sua empresa a investir no país continuam a ser as mesmas	69
Gráfico 42 - Grau de satisfação em relação à qualidade das infraestruturas	70
Gráfico 43 - Grau de satisfação em relação ao sistema fiscal do país.....	70
Gráfico 44 - Grau de satisfação em relação à mão de obra disponível	71
Gráfico 45 - Grau de satisfação em relação à qualidade dos transportes	71
Gráfico 46 - Grau de satisfação em relação à energia do país.....	72

Lista de Siglas

ACP- África Caraíbas e Pacífico

ADP- Águas de Portugal

AICEP- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

BCV- Banco de Cabo Verde

BP- Banco de Portugal

CEDEAO- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CCITPCV- Câmara de Comércio Indústria Turismo Portugal Cabo Verde

CI- Cabo Verde Investimento

CILSS- Comité Permanente Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel

CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

EDP- Empresa de Distribuição de Portugal

ELECTRA- Empresa Cabo-verdiana de Eletricidade e Água

EUA- Estados Unidos da América

EIU- Economist Intelligence Unit

EMNs- Empresas Multinacionais

FMI- Fundo Monetário Internacional

IDE- Investimento Direto Estrangeiro

IDP- Investimento Direto Português

IIE- Investimento Indireto Estrangeiro

INE- Instituto Nacional de Estatística

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OLI – Ownership, Location, Internalization

OMC- Organização Mundial do Comércio

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB- Produto Interno Bruto

RUP- Regiões Ultra Periféricas

UE- União Europeia

UNCTAD- United Nations Conference on Trade and Development

Índice

DEDICATÓRIA	I
FATORES DETERMINANTES DO INVESTIMENTO DIRETO PORTUGUÊS EM CABO VERDE.....	I
FATORES DETERMINANTES DO INVESTIMENTO DIRETO PORTUGUÊS EM CABO VERDE.....	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	VI
ABSTRACT	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	X
ÍNDICE DAS TABELAS.....	XII
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	XIV
LISTA DE SIGLAS	XVII
ÍNDICE.....	XX
1.INTRODUÇÃO.....	1
1.1 OBJETO DE ESTUDO.....	2
1.2 OBJETIVO	3
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	3
2.1 INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO MUNDO.....	3
2.1.1 <i>Investimento Direto Estrangeiro em Africa</i>	4
2.2 INVESTIMENTO DIRETO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO.....	5
2.2.1 <i>Investimento Direto Português nos PALOP e em Timor Leste</i>	7
2.2.2 <i>Investimento Direto Português em Cabo Verde</i>	8
3.INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO: LITERATURA.....	11
3.1 DEFINIÇÃO DO CONCEITO	11
3.2 REVISÃO DA LITERATURA	13
3.3 DETERMINANTES DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO	19
4. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS	32
4.1 SITUACÃO GEOGRÁFICA	32
4.2 POPULAÇÃO.....	32
4.2 PANORAMA SOCIOECONÓMICO	33
4.3 ASPETOS POLÍTICOS.....	35
4.4 CABO VERDE NO CONTEXTO INTERNACIONAL	36
4.5 COOPERAÇÃO PORTUGAL/CABO VERDE	36
5. MODELO TEÓRICO E AS HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO.....	38
5.1 O MODELO	38

5.2 HIPÓTESES.....	39
6. METODOLOGIAS E DADOS	41
6.1 MÉTODO DE RECOLHA DE DADOS	42
6.2 ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	42
6.3 PRÉ-TESTE.....	44
6.4 AMOSTRA.....	45
6.5 VARIÁVEIS	46
6.6 CÁLCULO DE ALPHA CRONBACH PARA A CONSISTÊNCIA INTERNA DOS FATORES	47
7. ANÁLISE E DISCUSSÕES DE RESULTADOS	49
7.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS RESPOSTAS OBTIDAS NO INQUÉRITO	49
7.1.1 <i>Identificação dos fatores económicos</i>	56
7.1.2 <i>Identificação dos fatores políticos</i>	62
7.1.3 <i>Importância dos fatores culturais</i>	66
7.2 SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA.....	73
8. CONCLUSÃO.....	76
8.1 CONTRIBUIÇÃO PARA O CONHECIMENTO.....	78
8.2 LIMITES DA INVESTIGAÇÃO	79
8.3 SUGESTÕES PARA AS PESQUISAS FUTURAS	79
BIBLIOGRAFIA	80
ANEXOS	87
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO A APLICAR ÀS EMPRESAS	87
ANEXO 2 – LISTA DAS EMPRESAS PORTUGUESAS EM CABO PRESENTES EM CABO VERDE	92
ANEXO 3 – LEI DO INVESTIDOR EXTERNO	93

1.Introdução

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) é, atualmente, uma das opções mais utilizadas pelas empresas no processo de conquista e exploração de novos mercados. Hoje em dia, cada vez mais, as pessoas acreditam que as empresas estrangeiras têm um grande contributo na estratégia de desenvolvimento de um país. Esta estratégia está frequentemente consubstanciada num tratamento preferencial concedido às empresas estrangeiras e na eliminação das barreiras à entrada ao investimento estrangeiro.

Os resultados do IDE nos países de destino são usualmente distintos entre efeitos diretos e indiretos. No que se refere aos efeitos diretos, é de salientar a criação de capital, de emprego, de aumento das receitas fiscais, de mudança da estrutura produtiva e exportadora dos países recetores. Contudo, muitas vezes os países procuram atrair o IDE com o propósito de acederem às tecnologias que contemplam não apenas as técnicas de produção ou distribuição, mas também as técnicas de gestão e de marketing moderna (Blomström; Kokko, 1998).

Alguns estudos foram desenvolvidos com o intuito de explicar como determinados países procuram atrair os investimentos estrangeiros. Cada vez mais, torna-se necessário procurar, identificar e explicar fatores que justificam a escolha de um determinado país para a realização do IDE.

Sendo Cabo Verde um país aberto ao exterior, vulnerável e de fracos recursos naturais, o IDE tem sido um dos grandes impulsionadores da economia assumindo um papel importante no desenvolvimento do país. Por seu turno, o país tem demonstrado um grande dinamismo na atração desses investimentos, existindo um leque de empresas portuguesas com importantes investimentos projetados. Os investimentos são destinados a vários setores, nomeadamente: construção, atividades financeiras, imobiliária, turismo, consultoria, telecomunicações, comércio, energia e indústria transformadora. Portugal desde sempre ocupou uma posição

bem visível em relação aos investidores estrangeiros em Cabo Verde. Deste modo, torna-se necessário fazer um estudo detalhado dos fatores determinantes do Investimento Direto Português (IDP) em Cabo Verde, bem como perceber o que realmente motiva os investidores portugueses a optarem por Cabo Verde como país de destino dos seus investimentos. Portanto o objetivo deste trabalho, passa pela análise dos fatores determinantes do IDP em Cabo Verde nos diferentes setores. De forma a atingir este objetivo, além de recolha de informações secundárias, é imprescindível recolher informações primárias, nomeadamente, através de questionários, por ser considerado como um dos instrumentos de recolha de informações adequado e pertinente para este estudo.

A presente investigação está dividida nas seguintes secções: introdução, contextualização, literatura, modelo e hipóteses, caracterização do país, metodologias e análise dos resultados.

1.1 Objeto de Estudo

O objeto desta investigação, prende-se com os Fatores Determinantes do Investimento Direto Português (IDP) em Cabo Verde. A escolha deve-se em primeiro lugar pelo enorme interesse que este tema tem despertado, e em segundo lugar, o propósito passa por saber quais os principais fatores de atração para as empresas portuguesas no país e como se tem comportado a evolução do investimento português em Cabo Verde, já que Portugal se afigura como um dos principais parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde.

Muitas vezes questiona-se o porquê da escolha de Cabo Verde por parte dos investidores estrangeiros em detrimento de outros países. Será a saturação do mercado português? Será a possibilidade de exploração de um novo mercado num outro país? Serão as condições climatéricas do país? Será a baixa taxa de imposto sobre o património? Será a estabilidade política e o seu crescimento económico? Serão as relações históricas e proximidades culturais? O que faz Cabo Verde ser um país do destino do IDP? Nesta perspetiva, pretendemos perceber quais os fatores que atualmente e decisivamente influenciam esses investidores e empresas a optarem pelo mercado cabo-verdiano com vista à exploração e expansão dos seus negócios. É importante perceber quais os benefícios que o país oferece para despertar o interesse dos investidores portugueses.

1.2 Objetivo

Este trabalho tem como principal objetivo, investigar e contribuir para uma maior perceção dos fatores determinantes para o IDP em Cabo Verde. Ou seja, procurar investigar os fatores relevantes que contribuem para a atração do investimento português no país.

Fatores de natureza económica, política e culturais, vão ser testadas com o fim de atingir os objetivos do presente estudo.

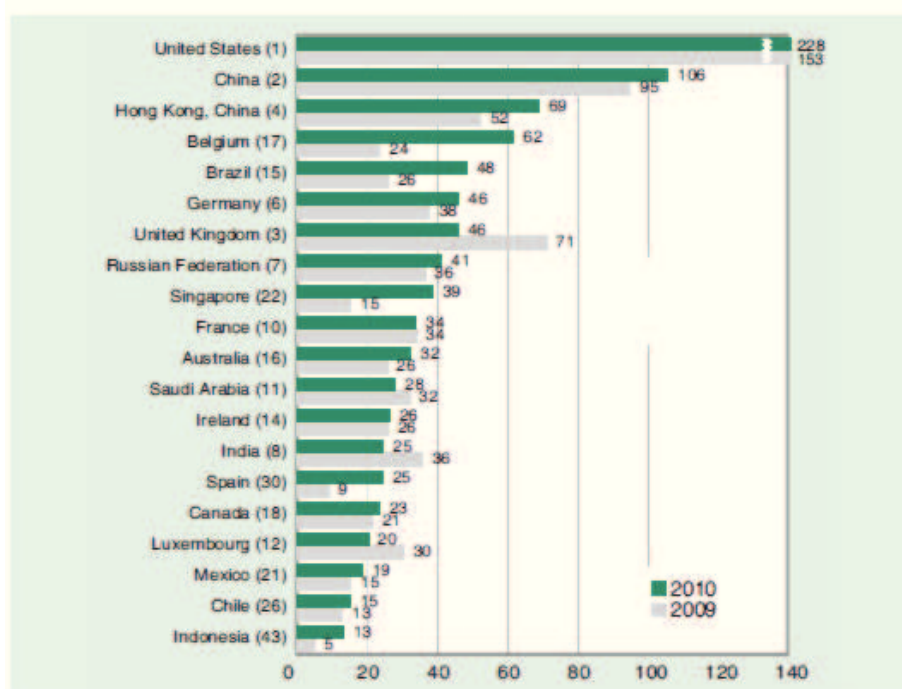
2. Contextualização

2.1 Investimento Direto Estrangeiro no Mundo

Segundo os dados do World Investment Report (2010), os valores globais do IDE começaram a diminuir no segundo semestre de 2009, provocada pela grande crise económica mundial. Para o World Investment Report (2010), em 2009 houve uma queda de 37% nos fluxos globais do IDE, representando 1.114 biliões de dólares. Com o efeito da crise económica, espera-se que as economias em desenvolvimento e em transição venham ocupar posições importantes não só como fontes, mas também como destinos do IDE. Em 2009 cerca de 50% dos investimentos foram absorvidos por essas economias.

Através do gráfico 1, pode-se verificar o top 20 dos maiores recetores do IDE no mundo. É de salientar que desta lista, metade das 20 maiores economias recetoras do IDE foram economias em desenvolvimento e em transição. Os Estados Unidos e China mantiveram sua posição de topo, enquanto que alguns países europeus desceram no ranking.

Gráfico 1 - Influxos globais de IDE, top 20 das economias de destino, 2009-2010 (bilhões de dólares)



Source: UNCTAD, based on annex table I.1 and the FDI/TNC database (www.unctad.org/fdistatistics).

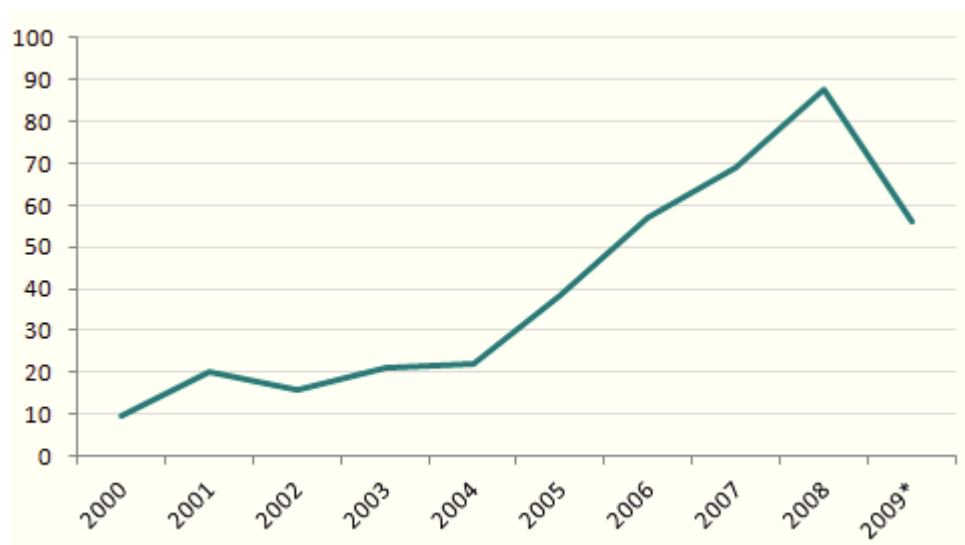
^a Ranked on the basis of the magnitude of 2010 FDI inflows.

Note: The number in bracket after the name of the country refers to the ranking in 2009. British Virgin Islands, which ranked 12th in 2010, is excluded from the list.

2.1.1 Investimento Direto Estrangeiro em Africa

O continente africano registou entre 2002 a 2008 um forte crescimento do IDE, tendo registado no último ano (2008), segundo os dados da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD, 2010) o valor de 88 mil milhões de dólares. Montante ao qual foi considerado o mais elevado dos valores do IDE atingido em África (como se pode observar no gráfico 2). Contudo, a crise económica global provocou uma enorme redução do IDE nos setores onde se mantinha concentrado.

Gráfico 2 - Influxos IDE, em África, 2000-2009* (valores em biliões de dólares)



Fonte: Adaptado de African Economic Outlook 2010, OCDE 2010-2009*

* (estimativas preliminares)

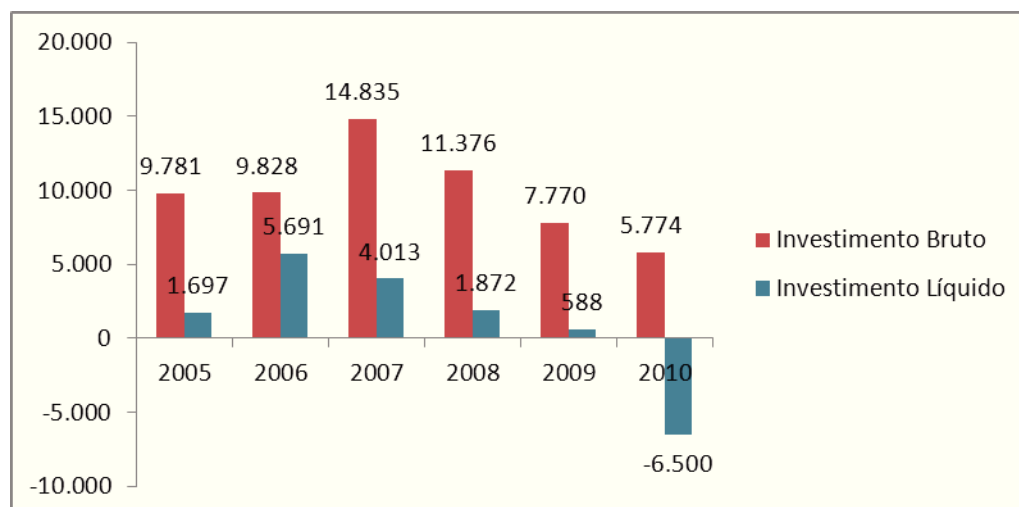
Em 2011, o investimento estrangeiro total em África diminuiu pelo terceiro ano consecutivo com o valor estimado de 54,4 biliões de dólares. Este facto, contribuiu para que houvesse uma redução da participação do continente no contexto mundial. Ou seja, passando de 4,2% em 2010 para 3,6% em 2011 (UNCTAD, 2012).

2.2 Investimento Direto Português no Estrangeiro

Segundo os dados da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), o ano de 2010 revelou desaceleração no IDPE, com decréscimos em valor tanto em termos brutos como líquidos, chegando a registar valores líquidos negativos em 2010 (como se pode constatar no gráfico 3). Este valor pode ser entendido como resultado do clima de incerteza provocado pela crise económica e financeira nos mercados internacionais.

O maior valor do investimento líquido de Portugal no estrangeiro foi registado em 2006, representando 5.691 milhões de euros.

Gráfico 3 - Evolução do investimento direto de Portugal no estrangeiro (valores em milhões de euros)

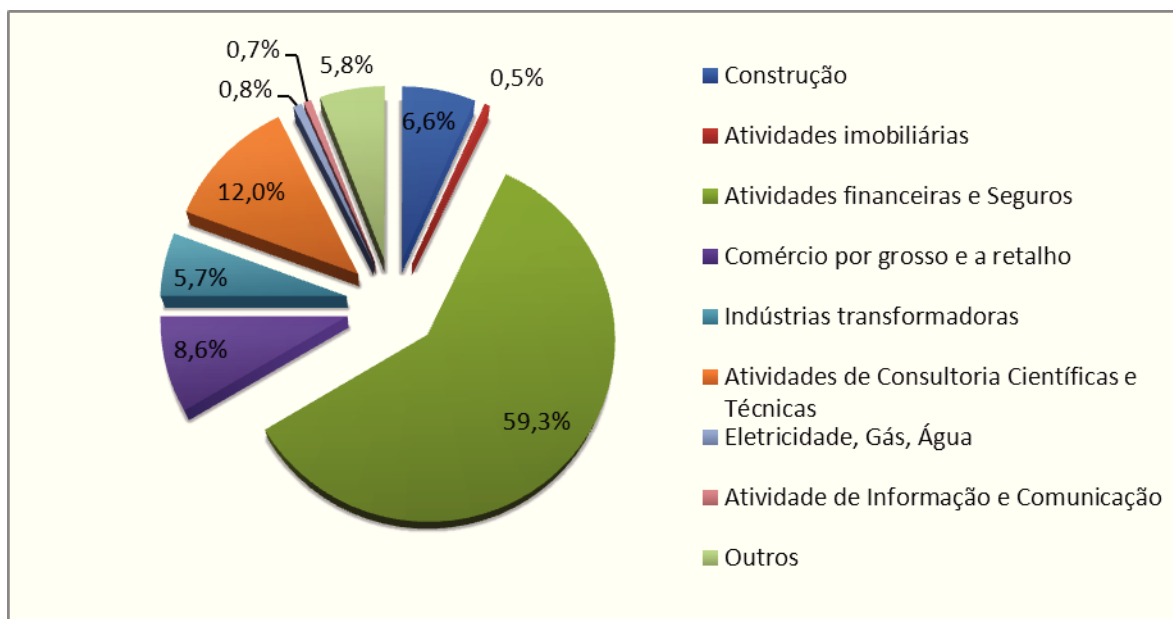


Fonte: Adaptado do Banco de Portugal

Em relação ao investimento por sectores de atividades, de acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal e apresentados pela AICEP, podemos verificar através do gráfico 4, que as atividades financeiras e seguros representam os setores de atividades que mais investimentos portugueses captaram no estrangeiro (59,3%). De seguida temos atividades de consultoria científicas e técnicas com 12,0 % do investimento. As atividades imobiliárias é o setor que em 2010 registou menor investimento bruto de Portugal no estrangeiro (0,5%).

Segundo ainda a mesma fonte (AICEP), são várias as empresas que fazem parte do leque das empresas portuguesas com investimentos no estrangeiro. De destacar: o Grupo Sonae; Mota Engil; Grupo Pestana; Grupo Amorim; Grupo Caixa Geral de Depósitos; Banco Espírito Santo; Grupo EDP; Galp Energia; PT; Grupo Cimpor; Teixeira Duarte; Grupo Visabeira; Soares da Costa; Grupo Efacec; Grupo Sogrape; Martifer; Simoldes; Iberomoldes; entre outros; Essas empresas estão presentes em vários pontos do mundo.

Gráfico 4 - Investimento direto bruto de Portugal no estrangeiro por sectores



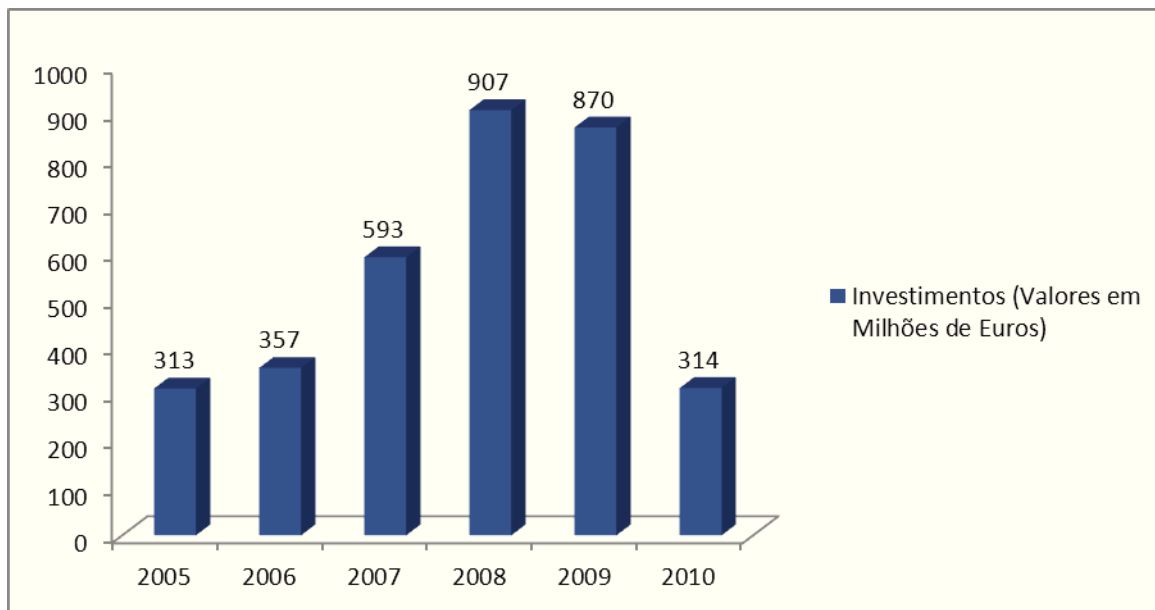
Fonte: Banco de Portugal (Agosto 2010); Nota: (a) Investimento bruto

2.2.1 Investimento Direto Português nos PALOP e em Timor Leste

Segundo os dados fornecidos pelo Banco de Portugal (BP), em 2009, o investimento direto bruto português nos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor Leste inverteu a tendência de crescimento que evidenciava desde 2005, situando nos 870 milhões euros (como podemos constatar no gráfico 5). Em 2010 os valores registados foram de 314 milhões de euros, uma diminuição de quase 64% em relação ao ano anterior.

Dentro dos PALOPs, Angola, Moçambique e Cabo Verde, afiguram-se como principais países de destinos do investimento português.

Gráfico 5 - Investimento português nos PALOP e em Timor-Leste (total anual, em milhões de euro)



Fonte: Adaptado de Banco de Portugal

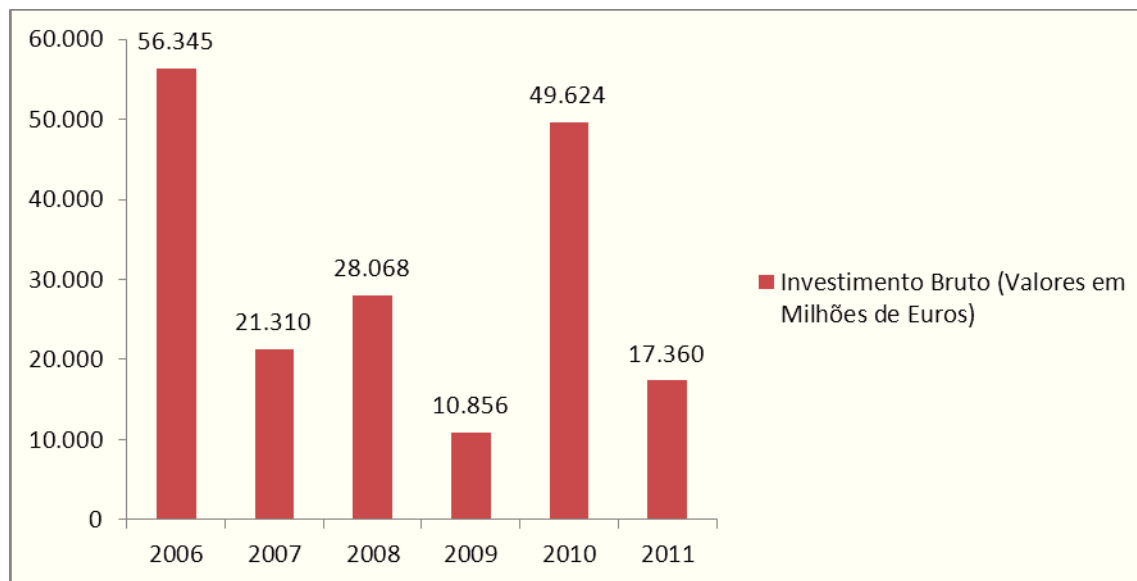
2.2.2 Investimento Direto Português em Cabo Verde

O IDP em Cabo Verde tem tido um comportamento instável, com uma importância maior nos últimos anos refletindo-se tanto no investimento bruto, como no desinvestimento. Em 2010, segundo os dados do Banco de Portugal apresentados pela AICEP, registou-se um grande aumento do investimento português em Cabo Verde (49.624 milhões de euros), mas em 2011 os valores voltaram a cair novamente (17.360 milhões de euros). Este facto pode estar relacionado com a procura dos outros mercados em África como é o caso do mercado Angolano e Moçambicano que oferecem grandes oportunidades de negócios, e também com a descida generalizada do investimento direto de Portugal no estrangeiro, verificada desde 2008 (como é possível constatar no gráfico 1 em cima).

Conforme ilustra o gráfico 6, em 2011 registou-se um grande desinvestimento português em Cabo Verde (66.577 milhões de euros). Contudo, foi em 2007 que os valores foram mais significativos (113.885 milhões de euros). Esta diminuição deve-se principalmente ao decréscimo verificado no investimento destinado às atividades financeiras e ao desinvestimento efetuadas pelo agrupamento da Empresa de Distribuição de Portugal (EDP) e Águas de Portugal (ADP) na Empresa Cabo-verdiana de Eletricidade e Água (ELECTRA).

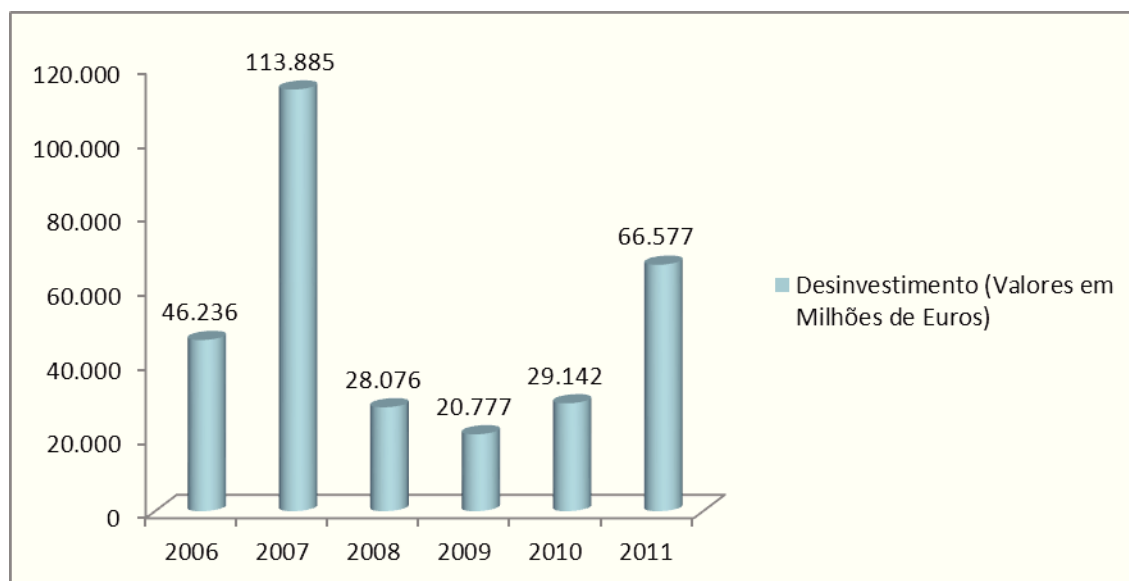
O desinvestimento das empresas portuguesas em Cabo Verde também pode ser fruto da crise financeira internacional que atravessamos e com reflexo em Cabo Verde.

Gráfico 6 - Investimento direto português bruto em Cabo Verde em milhões de euros



Fonte: Elaboração própria através dos dados fornecidos pelo Banco de Portugal

Gráfico 7 - Desinvestimento português em Cabo Verde em milhões de euros



Fonte: Elaboração própria através dos dados fornecidos pelo Banco de Portugal

Segundo as informações da AICEP, a construção é o setor de atividade que capta maior fatia do investimento português, representando 62,9% do total do investimento, ficando em segundo lugar as atividades financeiras e de seguros com 26,5%.

O investimento direto de Portugal em Cabo Verde tem sido efetuado principalmente através das instalações de unidades industriais e participações no processo de privatizações. A presença portuguesa abrange praticamente todos os setores com especial ênfase na construção, turismo, hotelaria, setor da banca e seguros, comércio, comunicações, ensino, consultoria e indústria transformadora.

As ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boa Vista, destacam-se como ilhas que recebem a maior parte do investimento português embora o investimento deste país (Portugal) englobe todo o arquipélago.

3. Investimento Direto Estrangeiro: Literatura

3.1 Definição do Conceito

São vários os motivos que podem levar as empresas a transferirem as suas atividades para fora do seu país de origem. Porém, a opção pela via do IDE, muitas vezes está associado aos fatores de ordem estratégicos ou económicos. A entrada em novos mercados, pode ter como objetivo a obtenção de economias de escala. Outras vezes, o objetivo passa por aumentar a participação em mercados atrativos e em crescimento. A opção pelos mercados internacionais requer investimentos elevados do ponto de vista económico. Exemplo disso, é a criação de unidades comerciais e produtivas próprias no país de destino, sobre as quais as empresas possam ter maior controlo das suas atividades.

Existem duas formas do investimento estrangeiro: Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e o Investimento Indireto Estrangeiro (IIE). Ragazzi (1973) define o IDE como investimento que envolve a transposição para um outro país, um conjunto de recursos financeiros e tecnológicos, técnicas de gestão, liderança e acesso ao mercado externo, a posição, o controlo e a influência do investidor. Por seu turno, o IIE apenas envolve a transferência de capital financeiro através do mercado. Para o autor (Ragazzi 1973), o IDE trata-se geralmente de um investimento de longo prazo, com o poder a ser transferido geralmente para o país de destino do investimento. Por seu turno o IIE assume um carácter de curto prazo.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 1996) define IDE como investimento internacional feito por uma entidade residente num determinado país com o intuito de estabelecer um interesse duradouro numa empresa residente num outro país que seja diferente do seu país de origem. O investimento direto envolve tanto as operações iniciais entre as duas entidades como todas as outras operações de capitais subsequentes entre as empresas afiliadas, quer constituída em sociedade não.

Embora a OCDE (1996) não recomende os 10 por cento de participação das ações ordinárias como sendo obrigatórias, alguns países ainda podem sentir a necessidade de definir esta percentagem (10 por cento) como forma flexível de se adequarem às circunstâncias. Em

alguns casos, a titularidade de 10 por cento das ações podem não levar a qualquer exercício de influência significativa na gestão. Em outros casos, um investidor direto pode possuir menos de 10 por cento das ações ou poder de voto, mas tem uma voz ativa na gestão ou no poder de decisão.

A OCDE (2003) define como empresa de investimento direto os seguintes tipos de empresas, direta ou indiretamente ao investidor direto:

- Subsidiárias, que são empresas em que mais de 50 por cento das ações pertencem a um investidor não-residente;
- Associadas, empresas em que entre 10 a 50 por cento das ações pertencem a um investidor não-residente;
- Sucursais, empresa não agregada, total ou conjuntamente detida por investidor não-residente.

As ações com direito a voto são as ações ordinárias ou participações que outorgam direito de voto ao respetivo titular.

Para o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2004), o IDE é todo o investimento efetuado por uma entidade residente (investidor direto) numa outra economia, de forma a atingir o seu objetivo e obter interesses duradouros. O interesse duradouro favorece uma relação a longo prazo entre o investidor direto e a empresa e o excessivo grau de influência na gestão da empresa por parte do investidor. Esta relação é estabelecida quando o investidor direto adquire no mínimo 10 por cento das ações ordinárias ou do poder de voto de uma empresa no exterior.

Ainda para o FMI (2004), o IDE não só favorece a relação entre o investidor e a empresa, como também, as transações entre investidor, empresa e empresas filiais. O controlo é visto num contexto abrangente, que engloba a capacidade de influência na gestão da empresa situada no estrangeiro.

Em conformidade com a definição do FMI (2004), a Comissão Europeia (CE, 2012) através do seu regulamento 555/2012, também define o IDE como investimento efetuado por um investidor direto que tem o controlo e que exerce uma certa influência na gestão da empresa residente numa outra economia. A relação direta ou indireta é estabelecida através da titularidade dos 10% e participação no voto da empresa. Este critério pode permitir uma relação de investimento direto entre as empresas relacionadas.

Os benefícios do IDE para o país recetor são inúmeros. Além de todos os benefícios defendidos como sendo comuns a todos os tipos de investimentos estrangeiros, United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD, 2012), deixa bem claro através dos seus relatórios que o IDE tem o potencial de: gerar emprego, aumentar a produtividade, transferir conhecimentos especializados e tecnologias, e contribuir para o desenvolvimento económico a longo prazo dos países em desenvolvimento em todo o mundo.

Por sua vez, Feldstein (2000) destaca o seguinte:

- O IDE permite a transferência de tecnologias que não são alcançados através de investimentos financeiros ou comércio de bens e serviços;
- O IDE promove a concorrência e entrada no mercado doméstico;
- Desenvolvimento do capital humano, através da formação dos colaboradores no âmbito da exploração dos novos negócios;
- Aumento das receitas fiscais das empresas através dos lucros gerados pelo IDE e crescimento económico dos países recetores dos investimentos.

Na maior parte das vezes, as empresas deslocam-se para o exterior a fim de conseguir vantagens competitivas (específicas) que podem ser denominadas de competências. Por outro lado, este poderá ser um meio de acesso a recursos; manutenção ou reforço das relações; um meio de resposta aos concorrentes; exploração de competências tecnológicas; exploração de capacidades produtivas e comerciais; um meio de rápida entrada em mercados em crescimento; aumentar os lucros e as vendas das empresas; reduzir custos, nomeadamente através de: salário baixo no estrangeiro, acesso mais barato a matérias-primas, menor custo de energias e redução dos custos de transportes.

Podemos dizer que o IDE representa um conjunto de investimentos, ações e operações efetuadas por uma empresa ou entidade estrangeira num determinado país que seja diferente do seu país de origem, com o propósito de aproveitar as oportunidades, explorar as vantagens competitivas que o país estrangeiro oferece e estabelecer uma relação a médio e longo prazo entre a entidade residente e a empresa.

3.2 Revisão da Literatura

A partir dos anos 60 começaram a ser desenvolvidas as primeiras investigações acerca das teorias do IDE. Antes disso, o que existia eram estudos, cujo propósito passava por analisar as capacidades dos diferentes países na atração do investimento externo, bem como as especificidades destes países em relação aos determinantes do comércio internacional.

Autores como Root (1978) defendem que as principais teorias do IDE devem responder às seguintes questões:

- Quais as razões que levam as empresas investirem no estrangeiro?
- Como é que estas empresas conseguem concorrer com as empresas locais, dadas as vantagens competitivas destas empresas locais?
- Quais os motivos que estimulam as empresas a escolherem a produção para entrarem nos mercados externos, em vez de optar pela exportação ou licenciamento como formas de entrada?

Deste modo, as principais teorias desenvolvidas foram no sentido de dar resposta a estas questões.

O modelo neoclássico é das primeiras teorias do IDE, o qual foi seguido até aos finais da década de 60. Este modelo analisa o IDE como exercício internacional de capitais, explicando como os recursos são afetados a nível internacional em função da sua produtividade marginal. A sua base assenta na hipótese tradicional da concorrência perfeita, assumindo que a transferência de capitais substitui a mobilidade de bens, mantendo-se até ao nível equiparado das taxas de remuneração do capital em todos os países.

Este modelo contudo, teve um grande domínio explicativo quando foi aplicado ao estudo dos fluxos de capitais, anteriores à II Guerra Mundial, altura em que os países europeus e Estados Unidos da América (EUA) transferiam fluxos para regiões menos desenvolvidas como a América Latina ou África onde o capital, dada a sua escassez, era remunerado a uma taxa marginal mais elevada.

Porém, este modelo (modelo neoclássico) apenas conseguiu dar resposta à primeira das três questões desenvolvidas. Uma das suas grandes limitações, prendia-se com o facto de não dar um estatuto particular ao IDE.

Hymer (1960), através dos seus estudos, concluiu que IDE é explicado por reações oligopolistas. Muitas vezes, a transação no mercado transporta custos de transação elevados, que levam a que a empresa decida explorar, por si, a vantagem possuída (Coase, 1937). Estas

vantagens poderão proceder de um conjunto de conhecimentos (nomeadamente tecnológicos, capital humano, organização empresarial, técnicas de mercado, posse de direitos de exploração de marcas comerciais), de capacidades produtivas (economias de escala, diferenciação do produto, acesso preferencial ou exclusivo a matérias-primas e outros inputs) ou de carácter institucional. São exploradas pelo investidor devido à característica de controlo inerente ao IDE.

O estudo efetuado por Hymer (1960) permitiu-lhe tirar duas conclusões importantes que tornavam limitado o poder explicativo da abordagem neoclássica no que toca ao IDE pelos seguintes motivos:

- 1) O IDE realiza-se frequentemente em ambos os sentidos, funcionando os países como origem e destino do investimento;
- 2) As características das indústrias contribuem mais para a atracção do IDE, do que as próprias características dos países.

Hood e Young (1979) destacaram a existência de quatro fatores a ter em conta no momento das decisões do IDE, como sendo:

1. Custo dos inputs, nomeadamente os custos laborais;
2. Informações do mercado em que se vai realizar o investimento, nomeadamente no que diz respeito à dimensão, ao potencial de crescimento, à concorrência e da fase do desenvolvimento em que se encontra o produto;
3. Barreiras comerciais, nomeadamente com a existência ou não de obstáculos ao comércio, o que pode estimular o IDE como forma de contornar as barreiras à entrada direta dos produtos;
4. Políticas governamentais dos países onde as empresas têm a intenção de vir investir.

A teoria da Organização Industrial desenvolvida por (Caves, 1971 e Hymer, 1960), alega que é mais caro e muito mais exaustivo fazer negócios no estrangeiro do que no próprio mercado. Logo, o sucesso das empresas está na sua capacidade de explorar as vantagens comparativas e contornar as imperfeições de mercado e produtos. Segundo esta teoria, a empresa internacionaliza-se para explorar as vantagens existentes em outros países.

As empresas expandem-se internacionalmente para tirar partido das diferenças de tecnologia e riqueza existentes nos outros países.

O estímulo à realização do IDE dependerá da conjugação de um conjunto de fatores exclusivos da indústria, região, país e da própria empresa. É essencial que a empresa faça uma análise custo/benefício e invista no estrangeiro de forma que os custos sejam inferiores e os benefícios superiores.

De acordo com Dunning (1977), a capacidade das empresas de um determinado país para abastecer tanto o mercado estrangeiro como o nacional a partir de uma base de produção no estrangeiro, depende da sua capacidade em adotar recursos determinados ou não disponíveis pelas empresas de outro país. Estas vantagens podem ser consideradas específicas do local (de origem apenas a partir dos recursos do país e disponíveis a todas as empresas) ou apropriação específica (interna à empresa do país de origem, mas capaz de ser usada em qualquer lugar). Muitas vezes, a empresa serve-se da junção das duas vantagens.

Desenvolvida por Dunning (1981, 1988), a teoria eclética ou paradigma OLI, veio explicar que o IDE assenta em três tipos de Vantagens. Assim, qualquer empresa para se instalar e competir com as empresas no estrangeiro, deve possuir as seguintes vantagens:

- **Vantagem Específica da empresa (O)**, tem a ver com o facto de a empresa possuir ativos como a tecnologia, economias de escala, diferenciação, recursos humanos e entre outros, que não são acessíveis durante algum tempo por parte dos seus potenciais concorrentes;
- **Vantagem da Localização (L)**, significa que a empresa localiza parte da sua atividade produtiva no exterior, a fim de encontrar vantagens comparativas, que são consideradas mais satisfatórias em relação àquelas encontradas no seu país de origem.
- **Vantagem de Internalização (I)**, traduz a capacidade e interesse da empresa em rentabilizar as suas próprias vantagens em vez de as ceder a outras empresas através de contrato ou licença. Estas vantagens estão associadas à estrutura da empresa, e reduz a incerteza e os custos de transação.

Quando o paradigma eclético foi apresentado, assumiu-se que tais vantagens competitivas ou específicas em grande parte refletiam os recursos e capacidades dos países de origem das empresas que investem e que o IDE só ocorreria quando os benefícios da exploração

superassem os custos de oportunidade da sua realização. Desde 1960, a literatura existente tem vindo a procurar identificar e clarificar as principais vantagens pertencentes à empresa.

Segundo Dunning (2000), a importância relativa destes três tipos de vantagens específicas, originou algumas mudanças ao longo das últimas duas décadas, fruto da liberalização do mercado e das actividades na criação de riqueza, que se tornaram mais intensivas em conhecimento. Para o autor (Dunning 2000), na década de 70, as vantagens competitivas únicas das empresas refletiram-se principalmente na sua capacidade de produzir e organizar internamente os ativos de propriedade, e combinaram estas vantagens às necessidades do mercado existente. Com o virar do milénio, começou-se a dar ênfase às suas capacidades de acesso e organização dos ativos de conhecimento intensivo de todo o mundo, e de certa forma integraram-se estes ativos, não só através das suas vantagens competitivas, mas também com os das outras empresas a fim de se conseguir um valor acrescentado resultante das actividades complementares.

Tabela 1 - Vantagens do IDE

Vantagem específica (O)	Vantagem à localização (L)	Vantagem à internalização (I)
Propriedade tecnológica	Diferenças de preços nos imputes	Diminuição dos custos de câmbio
Dimensão, economias de escala	Qualidade dos imputes	Diminuição do volume do direito de propriedade
Diferenciação do produto	Custos de transporte e comunicação	Redução da incerteza

Dotações específicas: Homens, capitais, organização	Distância física, língua, e cultura	Controle da oferta, em quantidade e qualidade
Acesso aos mercados, factores e produtos	Distribuição espacial de imputes e de mercados	Controle dos mercados Possibilidades de acordos
Multinacionalização anterior.		Internalização das externalidades. Inexistência de mercados a prazo.

Fonte: Adaptado de Dunning (1981)

Segundo Dunning, quando a empresa não possui a vantagem de localização, ela poderá optar pela exportação, através da criação da própria rede de venda. Se possuir apenas vantagens de propriedade, poderá optar por uma solução contratual como a venda de licenças a uma empresa autónoma e já estabelecida no país de destino.

O conhecimento do mercado estrangeiro, bem como a prática adquirida pelas empresas que atuam no exterior, é um fator importante no processo de internacionalização. Ao investir em determinado mercado, a empresa adquire conhecimento e ganha mais incentivo para voltar a investir nestes ou outros mercados. Este processo permite a construção de uma estratégia contínua dos diferentes modos de entrada no mercado estrangeiro, onde o grau de envolvimento vai sendo cada vez maior.

Podemos concluir que os países mais atrativos para o IDE serão aqueles onde se verifica uma maior discordância entre vantagens comparativas e específicas das empresas. A globalização e a crescente inovação tecnológica têm forçado as empresas a tornarem-se competitivas em todas as fases do seu processo produtivo, desde a conceção do produto, até aos segmentos de mercado em que atuam. Adicionando a vantagem estratégica às vantagens competitiva e comparativa, a conclusão é que a conjugação destas vantagens tornará a empresa suscetível à realização de um acordo de cooperação internacional.

3.3 Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro

A globalização trouxe não só a unificação dos mercados, como também a capacidade da expansão dos negócios para fora dos limites das fronteiras dos seus países de origem. A decisão de investir no estrangeiro está intimamente associada à escolha do país recetor do investimento. O leque de candidatos muitas vezes é enorme, o que faz com que as escolhas dos países de destino sejam mais difíceis. Devido a este facto, é dada a primazia a certos fatores que fazem com que os investidores prefiram determinados países em detrimento de outros. Consequentemente, os países apresentam-se de formas diferentes aos olhos dos investidores estrangeiros. Existem determinados fatores que os distinguem e de certa forma os tornam diferentes uns dos outros. Deste modo, para os investidores estrangeiros é imprescindível conhecer as potencialidades e as vantagens que cada país oferece de forma a possibilitar uma melhor decisão na escolha do país do destino do investimento, sem colocar em risco o seu negócio.

Com a concorrência cada vez mais aguerrida e agressiva, os países estão mais motivados e de certa forma são obrigados a criar condições que favorecem e impulsionam a atração dos investimentos estrangeiros com vista a promover o desenvolvimento e o crescimento da economia. Os determinantes que estão por detrás da escolha de um determinado país em detrimento de outro, estão intimamente ligados à área do negócio, cultura e extensão da empresa, e à própria dimensão do investidor. Atualmente, cada país tende a esforçar-se em criar condições que promovam a entrada dos investimentos estrangeiros. Por isso, torna-se importante perceber quais os tipos de vantagens de localização que os países ostentam de forma a atrair a atenção dos investidores estrangeiros.

Segundo UNCTAD (1998), os determinantes do IDE podem ser agrupados em três grandes categorias. Independentemente das determinantes económicas, também é tido em conta um conjunto de variáveis que de uma forma ou de outra condicionam a entrada e realização do IDE no país. Nomeadamente, a estabilidade económica, política e social do país, a política fiscal, os acordos que são estabelecidos entre países, as regras existentes no que diz respeito aos modos de entrada e às operações por parte das empresas estrangeiras, as políticas de incentivos ao Investimento por parte do governo, o risco político do país, a corrupção, a

eliminação de barreiras que dificultam as entradas das empresas estrangeiras, as infraestruturas existentes, entre outros aspetos.

UNCTAD (1999) tentou mostrar todos os fatores suscetíveis de exercer influência no domínio do IDE, pondo em destaque, o importante papel que estes fatores exercem como forma de atração do investimento.

Como forma de complemento a este estudo, Balasubramanyam (2001) sugeriu os seguintes fatores, como as mais suscetíveis fontes da atração do IDE:

- País recetor do IDE com mercados internos extenso, avaliados através do nível do PIB per capita, sustentados pelo crescimento dos mercados e estimados através do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB);
- Recursos naturais e humanos, considerados como importantes fatores de decisão e atração do IDE;
- Estabilidade macroeconómica, assente na baixa taxa de inflação, taxas de câmbios estáveis e estabilidade política;
- Disponibilidade de infraestruturas, redes de transportes, telecomunicações, trabalho qualificado que entre outros aspetos, contribuem positivamente para a atração do Investimento Estrangeiro;
- Instrumentos públicos que propiciam a atuação dos investidores, traduzida em esfera de negócios livres de alterações económicas, transparência na regulação, incentivos monetários e fiscais;
- Pertencer a grupos de integração regional, áreas de livre comércio ou uniões aduaneiras.

Porém, alguns estudos efetuados como o caso de Silva (2005), sobre a internacionalização dos investimentos Portugueses no Brasil entre meados dos anos 1990 e o começo da década de 2000, vieram provar que esta abordagem era de certa forma limitada. Dai, outros fatores como o caso dos determinantes culturais, passaram a ser vistas como importantes fatores não só

para a atração do investimento, mas também a nível do comércio internacional. Tornou-se importante saber, sem pôr em causa os determinantes económicos, se fatores como a língua, a cultura e a história influenciavam nas transações de carácter internacional.

Dunning (2003) os seguintes fatores como sendo determinantes dos países de destino do IDE e motivações das Empresas Multinacionais (EMNs):

- 1) As características principais do mercado de destino do investimento são a dimensão do mercado e o rendimento per capita, a estrutura do mercado, bem como o acesso e o seu nível de crescimento;
- 2) Relativamente ao investimento cujo propósito é a obtenção dos recursos, a motivação passa pela disponibilidade de materiais que o país de destino oferece, mão-de-obra barata e qualificada e materiais de baixo custo;
- 3) Os países cuja motivação principal passa pela procura de eficiência, os principais determinantes assentam nos custos dos edifícios, matérias, terras, mão-de-obra, bem como os custos de transportes e comunicação;
- 4) Os países ao serem membros de acordos internacionais e integrações, constituem uma vantagem na medida em que há partilha na divisão internacional do trabalho e por sua vez conseguem maior eficiência em termos de custos;
- 5) No que respeita aos investimentos cujas motivações passam pela obtenção de ativos estratégicos, os países aliciantes aos olhos dos investidores são aqueles que apresentam como determinantes: boas infraestruturas físicas, ativos tecnológicos, ambiente inovador, alto nível de empreendimento e uma boa gestão de relacionamentos.

Blonigen (2005), através da revisão da literatura empírica sobre determinantes do IDE e das decisões das empresas multinacionais, destaca os seguintes fatores como forma de atração do investimento estrangeiro: políticas de impostos praticados às empresas no país de destino do investimento, funcionamento das instituições do país de destino, grau de abertura do país, bem como as relações existentes entre os países. Para este autor, as variações nas taxas de

câmbios entre países a longo prazo, não devem influenciar nas decisões de investimento. E quanto maior forem os impostos praticados pelos países de destino do investimento, menores serão os fluxos e a capacidade de atração do IDE.

Por seu turno, o grau do desenvolvimento das instituições e o nível de infraestrutura existente no país, devem desempenhar um papel significativo na atração do investimento estrangeiro.

Entre os fatores apontados como importantes na atração do investimento estrangeiro, destacam-se os seguintes: a dotação de recursos naturais, a dimensão dos mercados, as políticas de privatizações, a mão-de-obra qualificada e disponibilizada, os incentivos fiscais, os fatores institucionais relacionados com os aspetos legislatórios, burocráticos e jurídicos, entre outros.

A capacidade do país em divulgar informações e de responder às necessidades dos investidores, constitui uma das formas mais eficientes em termos de custo-benefício para a atração do IDE. Quando um investidor, se depara com inúmeras opções para a realização do seu investimento, a escolha muitas vezes recai sobre o país que fornece toda a informação de que necessita para aferir sobre as condições proporcionadas pelo mesmo. Nomeadamente: mão-de-obra disponível, custos salariais, infraestruturas disponíveis, sistema fiscal, subsídios aos investimentos, entre outros.

Deste modo, uma política de atração do IDE a ser seguida pelos países de destino, deve passar por uma resposta rápida e eficiente às necessidades e pedidos dos potenciais investidores estrangeiros, bem como, à implementação de políticas a nível do ambiente de negócios, da envolvente económica e da vertente institucional, a qual deve ser caracterizada por níveis de burocracia reduzidos e elevada transparência e pela proteção dos direitos de propriedade (OCDE, 2003).

Tendo como base o paradigma eclético e a publicação da UNCTAD – World Investment Report (1998), definiram-se os principais determinantes do IDE nos países recetores, caracterizados em função do tipo e das estratégias do IDE adotadas pelas Empresas Multinacionais (EMNs), como se pode observar na tabela 2 e 3 que se seguem:

Tabela 2 - Determinantes económicos do investimento direto estrangeiro para o país recetor

Tipos de IDE Segundo as estratégias das EMNs	Principais determinantes nos países recetores
Busca de Mercado	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Dimensão do mercado ❖ Rendimento per capita ❖ Crescimento do mercado ❖ Acesso ao mercado regional e global ❖ Preferências do consumidor ❖ Estruturas dos Mercados
Busca de Recursos e Ativos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Matérias-primas ❖ Capacidades de aprendizagem dos trabalhadores ❖ Custos salariais ❖ Ativos tecnológicos, inovações e outros, incluindo os relacionados com as empresas ou clusters ❖ Infraestruturas físicas
Busca da Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Custos dos ativos e dos recursos acima citados, ajustados ao nível de produtividade ❖ Outros custos de inutes, transporte, comunicação e, outros custos intermédios ❖ Acordos de integração vertical ou rede regional de cooperação.

Fonte: Adaptado de UNCTAD, World Investment Report 1998 e Dunning (2004)

Tabela 3 - Outros determinantes do investimento direto estrangeiro para o país recetor

<p>Quadro Político</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Estabilidade económica, política e social ❖ Regras de entrada e de operações ❖ Padrões de tratamento das filiais estrangeiras ❖ Políticas de funcionamento e estrutura de mercados ❖ Acordos internacionais de IDE ❖ Políticas de privatização ❖ Políticas de comércio (tarifas e barreiras não tarifárias) e a coerência das políticas de IDE e de comércio ❖ Política tributária
<p>Promoção de Negócios</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Promoção do Investimento ❖ Incentivos ao Investimento ❖ Host Costs (relacionados com a corrupção e com a eficiência administrativa) ❖ Amenidades sociais (escolas bilingues, qualidade de vida, etc.) ❖ Serviços de pré e pós-investimento ❖ Boas infraestruturas e suportes de serviços ❖ Capital social ❖ Moralidade Económica

Fonte: Adaptado de UNCTAD, World Investment Report (1998)

Pode afirmar-se que, quando estes determinantes se verificam e atuam em conjunto, o país torna-se mais propenso ao investimento externo. Qualquer um destes determinantes afeta a decisão dos investidores e o desempenho do investimento. Deste modo, muito dos

determinantes apresentados nas tabelas 2 e 3 vão ser testadas com o propósito de explicar o investimento português em Cabo Verde.

No que concerne aos trabalhos empíricos relativos aos determinantes do IDE, podemos encontrar vários estudos, nomeadamente: Tatoglu e Glaister (1998), Kudina (1999), Bevan e Estrin (2000), Ribeiro e Santos (2001), Nunnenkap e Spatz (2002), Costa (2002), Costa (2003), Nonnenberg e Mendonça (2004), entre outros. Contudo, o estudo sobre o IDP em Cabo Verde é escasso. Através da pesquisa efetuada, foi encontrada apenas um único trabalho nesta dimensão.

Os estudos de Tatoglu e Glaister (1998), analisaram as motivações que determinam o investimento ocidental na Turquia, através de inquérito por questionário aplicados a 98 empresas. O objetivo principal dos autores, foi conhecer os fatores que impulsionam os investidores e as multinacionais ocidentais a efetuar Investimentos na Turquia. Através dos questionários, os autores pretendiam avaliar as relações entre o IDE e as demais variáveis, a saber: padrão de propriedade, país de origem, indústria e dimensão do investimento. A conclusão a que os autores chegaram é que, os principais motivos apontados para a realização do investimento Ocidental na Turquia, tem a ver com a procura de novos mercados.

Kudina (1999), centrou a sua análise nos fatores que determinam a realização do IDE na Ucrânia. O método de recolha de dados utilizado pelo autor, foi o inquérito por entrevistas pessoais efetuados aos executivos de 13 (treze) empresas, oriundas de 6 (seis) países que operam na Ucrânia. A principal conclusão a que o autor chegou, é que a procura de mercados é o fator que mais motiva os investidores estrangeiros a investir na Ucrânia. A motivação passa não só pela procura do mercado Ucrâniano, como também outros mercados da união Europeia. Este estudo tem em conta três dos principais motivos para a realização do IDE defendido por Dunning: procura de mercados, procura de recursos e procura de eficiência, em que muitas vezes as três motivações são combinadas.

Os trabalhos de Bevan e Estrin (2000), centraram-se nas determinantes do IDE em economias em transição, através da análise de dados em painel para uma amostra de 18 países do centro e leste europeu. As variáveis estimadas foram: risco do país, custo da mão-de-obra, dimensão do mercado recetor do investimento e fatores habitacionais. Perante os resultados da análise,

os autores concluíram que, os fatores económicos e políticos, bem como o processo de privatização e a necessidade de aceder ao mercado, são fatores importantes que determinam o IDE nos 18 países analisados pertencentes ao centro e leste europeu. Contrariamente, os resultados também provaram que o risco do país recetor não exerce grande influência a nível da atração do IDE nesses países.

Ribeiro e Santos (2001) centraram os seus estudos nos fatores da atratividade das empresas estrangeiras em Portugal. Os estudos foram realizados no ano 1996, através de inquéritos por entrevista pessoal aplicadas a 37 empresas, em que foi pedido aos investidores estrangeiros que classificassem por ordem de importância os fatores de localização tais como: procura de mercado, custo de mão-de-obra, mão-de-obra qualificada, proximidade geográfica e cultural, entre outros, que interferiram na seleção de Portugal para realização do IDE. De acordo com a ordem de preferência, os autores concluíram que, custos salariais baixos; o mercado nacional; procura de mercados; mão-de-obra qualificada; baixos custos de transporte; a proximidade geográfica e cultural; a estabilidade política e socialmente; baixo custo de mão-de-obra; economia em desenvolvimento e baixo risco político, são os principais fatores determinantes do IDE em Portugal.

Nunnenkamp e Spatz (2002) estudaram os determinantes do IDE para 28 países em desenvolvimento (Argentina, Bangladesh, Brasil, China, Colômbia, Equador, Egipto, Gana, Guatemala, Índia, Indonésia, Irão, Kénia, Malásia, México, Nigéria Paquistão Filipinas, Korea, Arábia Saudita, Sri Lanka, Síria, Taiwan, Tailândia, Tunísia, Turquia, Vietnã e Zimbábue), através do método da utilização de dados em painel e coeficiente de correlação de Spearman para os anos de 1987 e 2000. No fundo, os autores queriam saber se são os fatores tradicionais como (População; PIB per capita; Taxa de Crescimento do PNB; Sectores Administrativos; Barreiras à Entrada; Fatores de Risco) ou fatores não tradicionais (Fatores de Produção; Média de Escolaridade; Fatores de Custo; Barreiras ao Comércio Externo) os mais importantes na determinação dos investimentos externos. Os resultados mostraram-se significativos entre os fluxos do IDE com o PIB per capita, fatores de risco, setores administrativos, fatores de produção, média de escolaridade, fatores de custo e restrições ao comércio externo. Por seu turno, a população, o crescimento do PIB, as barreiras às entradas, as restrições após a entrada e a regulação relacionada à tecnologia não foram significativas. Os resultados das regressões para os fatores tradicionais, apenas os fatores de custo (condições de emprego, poder dos sindicatos, regulação do mercado de trabalho etc.)

mostraram-se significativos. Assim, os resultados obtidos revelam que os fatores não tradicionais têm crescido de forma modesta, enquanto os fatores tradicionais continuam a ser os principais determinantes do IDE.

Campos e Kinoshita (2003) através da utilização de dados em painel, analisaram a importância das instituições, economias de aglomeração e dotação de fatores como determinantes do IDE entre os períodos 1990 e 1998 para os 25 países com economias em Transição. Através da utilização de variáveis como: PIB per capita; dimensão do mercado; custo da mão-de-obra; educação; recursos naturais; distância geográfica; linhas telefônicas; estado de direito, entre outros fatores, concluíram que nesses países, a dimensão do mercado, baixo custo da mão-de-obra e fortes recursos naturais, exercem uma forte influência na atração do IDE. Além dos fatores mencionados, variáveis como: boas instituições, abertura comercial e poucas restrições ao fluxo do IDE, apresentaram resultados significativos para a atração do investimento externo.

Costa (2003), procurou saber quais eram os determinantes do Investimento Direto Português no Brasil por via de um inquérito aplicado às 73 empresas da indústria transformadora, comércio e serviços. Através de variáveis como: PIB do país; PIB Brasil; distância geográfica; distância cultural; relação cambial; recursos naturais; relações salariais; privatizações e grau de abertura do país, o autor chegou à conclusão que: procura de mercados; crescimento das empresas; crescimento da economia brasileira; proximidade cultural entre Portugal e o Brasil e dimensão do mercado Brasileiro, são os fatores que explicam o IDP no Brasil. Costa (2003) concluiu ainda que, a principal motivação para o IDP naquele país (Brasil) reside nos fatores de ordem económica.

Nonnenberg e Mendonça (2004) com base em dados do painel, estimaram os principais determinantes do IDE em 33 países em desenvolvimento (países da América Latina, África, Ásia e Europa) entre 1975 a 2000. As variáveis selecionadas para esta análise foram: o PIB, a taxa média de crescimento real do PIB, o grau de abertura comercial, a qualificação da força de trabalho, taxa de inflação, o consumo per capita de energia, o risco político, o índice Dow Jones e o somatório do PIB dos maiores exportadores de capital da OCDE para países em desenvolvimento.

Os resultados da análise feita por Nonnenberg e Mendonça (2004) demonstraram que, fatores como a dimensão e o ritmo de crescimento do produto, a qualificação da mão-de-obra, o grau de abertura do país, o risco do país e o desempenho do mercado de capitais, estão entre os principais determinantes que exercem forte influência sobre o IDE. O trabalho desses autores veio dar mais ênfase aos fatores macroeconómicos. Também os autores concluíram que o IDE não teve o impacto positivo sobre o PIB desses países.

Júnior (2005), através de dados em painel, analisou os determinantes do IDE no Brasil para os 49 sectores da economia entre o período 1996-2003. Utilizando variáveis como: o PIB; grau de abertura; taxa de inflação; quantidade de energia consumida; índice DOW JONES; risco do país, entre outros. Através da sua análise, o autor concluiu que a busca de mercados (market-seeking); dimensão e crescimento do mercado; grau de abertura comercial e taxa de inflação são os principais determinantes do IDE no Brasil. Também no Brasil os fatores tradicionais são também os principais determinantes.

Bitzenis et al (2007), centraram as suas investigações na identificação dos principais fatores que impulsionam as empresas estrangeiras a realizar o IDE na Macedónia. Para tal, foi estudado em 79 empresas do sector de manufatura, com base em inquéritos por questionário. Os autores concluíram que os determinantes do IDE na Macedónia foram: baixo custo da mão-de-obra não qualificada, as vantagens de propriedade e a proximidade geográfica. De acordo com a análise feita pelos autores, o importante fator a ter em conta na escolha do país para a realização do IDE é a procura de mão-de-obra barata.

Castro (2010), também focalizou o seu estudo nas motivações para a realização do IDE em Portugal através do questionário aplicado a 21 empresas estrangeiras em Portugal. Utilizando variáveis relacionados com a procura de mercados, procura de recursos e procura de eficiência, o estudo permitiu concluir que a procura de mercados é o principal motivo de atração do investimento estrangeiro em Portugal. Segundo a autora, a procura de mercado permite fortalecer a posição competitiva da empresa num mercado global já estabelecido, ganhar acesso a novos mercados regionais e globais e ficar mais próxima dos seus clientes.

Como se pode constatar, há vários estudos empíricos que identificam os determinantes do IDE em vários países. Contudo, os estudos que retratam as motivações por parte dos

investidores estrangeiros em Cabo Verde são escassos. Costa (2002) tinha como objetivo identificar os determinantes para o investimento português em Cabo Verde. Através do inquérito por questionários aplicados a 33 empresas do sector secundário e terciário foram confrontados com uma lista de variáveis da vertente empresa e mercado onde podiam classificar de acordo com o grau de importância que representavam na decisão da escolha do mercado cabo-verdiano. De acordo com o resultado do estudo, para à vertente empresarial, a possibilidade de expansão da atividade da empresa e procura de novos mercados são os principais determinantes do IDP em Cabo Verde.

No que diz respeito ao mercado, os principais determinantes são: estabilidade política; afinidades históricas entre os dois países e proximidade cultural e linguística.

Os estudos empíricos analisados permitem a construção do seguinte quadro síntese, onde estão representados os autores, as questões de investigações, a dimensão da amostra, a metodologia utilizada, bem como os principais resultados.

Tabela 4 - Quadro síntese

Autores	Questões	Dimensão da Amostra	Metodologia	Resultados
Tatoglu e Glaister (1998)	Motivações Para o IDE Ocidental na Turquia	98 Empresas	Questionário	Procura de Mercado
Kudina (1999)	Determinantes do IDE na Ucrânia	13 Executivos	Entrevistas Pessoais	Procura de Mercado
Bevan e Estrin (2000)	Determinante do IDE para as Economias em Desenvolvimento	18 Países do Centro e Leste Europeu	Dados em Painel	Procura de Mercado

Ribeiro e Santos (2001)	Fatores da Atracção das Empresas Estrangeiras em Portugal	37 Empresas	Questionários	Procura de Mercado; Proximidade Geográfica e cultural
Nunnenkap e Spatz (2002)	Determinantes do IDE nos Países em Desenvolvimento	28 Países	Dados em Painel	Fatores Tradicionais
Costa (2002)	Determinantes e Estratégias Empresariais do IDP em Cabo Verde	33 Empresas do Sector Secundário e Terciário	Questionários	Procura de Mercado; Estabilidade Política; Afinidades Históricas.
Campos e Kinoshita (2003)	Importância das Instituições e Economias de Aglomeração e Dotação de Fatores como Determinantes do IDE nas Economias em Transição	25 Países da Europa Central e Antiga União Soviética	Dados em Painel	Dimensão do Mercado; Recursos Naturais; Baixo Custo da Mão-de-obra; Poucas Restrições aos Fluxos do IDE.
Costa (2003)	Determinantes IDE Português no Brasil	73 Empresas da Indústria Transformadora, Comércio e Serviços.	Questionários	Procura de Mercados; Crescimento da Economia; Proximidade Cultural; Dimensão do

				Mercado
Nonnenberg e Mendonça (2004)	Determinantes do IDE nos Países em Desenvolvimento	33 Países em Desenvolvimento	Dados em Painel	Dimensão do Mercado; Grau de Abertura do País; Mão-de-obra Qualificada
Júnior (2005)	Principais Determinantes do IDE no Brasil	49 Sectores da Economia Brasileira	Dados em painel	Procura de Mercados; Dimensão e Crescimento do Mercado; Grau de Abertura do País.
Bitzenis, Morangos e Nuscova (2007)	Determinantes do IDE na Macedónia?	79 Empresas	Questionários	Procura da Mão-de-obra Barata.
Castro (2010)	Motivação para a Realização do IDE em Portugal	21 Empresas	Questionários	Procura de Mercado

Fonte: Elaboração Própria

Tal como se pode constatar pela literatura analisada, os estudos empíricos referentes aos determinantes do IDE provaram que na maioria desses estudos, os fatores tradicionais tais como o nível do PIB, taxa de crescimento, custos de mão-de-obra, dimensão do mercado,

procura do mercado, grau de abertura do país, risco político do país, entre outros, continuam a ser os principais fatores da atração dos investimentos estrangeiros, principalmente no que toca às economias dos países em vias do desenvolvimento. Para esses países, as motivações para os investimentos externos são caracterizados muitas vezes pela busca de mercados e de recursos. Contudo, a sensibilidade dos capitais estrangeiros e fatores internos e externos da economia, variam de acordo com o tipo do IDE.

4. Caracterização do país

4.1 Situação Geográfica

Cabo Verde é um país pequeno composto por dez ilhas, que pertencentes a dois grupos distintos. Assim, as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista pertencem ao grupo de sotavento. Por sua vez, as ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava pertencem ao grupo de Sotavento. A maior parte das ilhas é de origem vulcânica, de relevo acidentado, com maior altitude na Ilha do Fogo, em Santo Antão e em São Tiago. As mais planas são as ilhas do Sal, Boa Vista e Maio. Das dez ilhas que pertencem ao arquipélago, Santa Luzia é a única ilha sem a presença humana.

4.2 População

Segundo os dados do governo de Cabo Verde, a estimativa para a população residente no país é de 434.263 habitantes, sendo uma população jovem com uma média de idade que rondam a volta dos 23 anos. Atualmente a população cabo-verdiana no estrangeiro é superior aos números de Cabo-verdianos residentes no País (Cabo Verde).

A taxa anual de crescimento demográfico e a taxa da mortalidade não são elevadas, comparadas com às médias dos outros países pertencentes aos grupos de rendimento médio. A esperança média de vida é de 62 anos para homens e 65 anos e para as mulheres.

4.2 Panorama Socioeconómico

A sua posição estratégica e a sua proximidade aos mercados da América, Europa e África fazem com que Cabo Verde tem um enorme potencial económico ligando os três continentes. O país tem um enorme potencial para o turismo devido ao seu clima, paisagens e praias. O maior constrangimento prende-se com a falta de recursos naturais e escassez da água, o que faz com que o país dependa fortemente das importações. Grande parte da sua população dedica-se ao sector primário, indústria ocupa em média 4% da população ativa e concentra-se essencialmente na Cidade da Praia e no Mindelo.

Segundo o relatório do Banco de Cabo Verde (BCV) referente ao ano de 2011, a economia Cabo-verdiana registou no ano passado uma pequena quebra, passando dos 5,6 por cento registado em 2010, para 5,1 em 2011 (ver a tabela 5), que segundo o BCV também foi fruto da crise financeira internacional.

O BCV refere que a economia Cabo-verdiana tem-se mostrado bastante resistente à crise financeira do maior parceiro de Cabo Verde (Zona Euro), suportando-se, sobretudo, na dinâmica de investimentos públicos e privados, a nível dos setores de atividade, no desempenho do turismo, da indústria e das pescas.

Por seu turno, a inflação registada em 2010 foi de os 2,1%, passando para os 4,5 % em 2011 (como se pode constatar na tabela 5). Em 2011, o défice orçamental incluindo donativos atingiu os 13.263 milhões de escudos cabo-verdianos, reduzindo 2,2 pontos percentuais, para 10,1 por cento do PIB (dados do relatório do BCV).

Tabela 5 - Principais indicadores económicos de Cabo Verde

	Unidades	2009	2010	2011
I. Sector Real				
Produto Interno Bruto	variação real em %	4,0	5,6	5,1
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	1,0	2,1	4,5
II. Sector Monetário e Cambial				
Activo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	-1,7	6,4	-17,1
Reservas Internacionais Líquidas do BCV	taxa variação em %	-1,4	7,2	-11,3
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	10,8	5,8	10,3
Crédito à Economia	taxa variação em %	11,8	8,5	9,8
Massa Monetária	taxa variação em %	3,3	4,7	2,1
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal	2001=100; valores médios	105,2	104,5	105,1
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	2001=100; valores médios	114,6	114,6	116,9
III. Sector Externo				
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-13,4	-11,6	-16,3
Balança Corrente	em % do PIB	-16,6	-14,3	-17,0
Reservas/Importações	meses	4,2	4,2	3,2
Dívida Externa Pública	em % do PIB	51,7	60,0	67,2
Dívida Externa Pública/Exportações	em %	130,5	139,2	142,5
IV. Finanças Públicas				
Saldo Global	em % do PIB	-6,8	-12,3	-10,1
Saldo Primário	em % do PIB	-5,2	-11,5	-8,4
Stock da Dívida Pública (Líquida)	em % do PIB	69,9	77,6	87,5

Fonte: Adaptado de Relatório Anual 2011 do Banco de Cabo Verde

O IDE tem contribuído muito para o crescimento da sua economia. Estima-se que nos últimos anos, o país tenha recebido perto de 1 milhão de dólares em investimentos estrangeiros. Os principais destinos destes investimentos continuam a ser o sector do turismo, sector financeiro, sector imobiliário e construção. Cada vez mais, o país tem-se esforçado em criar condições que visam atrair e propiciar a entrada do IDE.

Segundo os dados de Cabo Verde Investimentos (CI), Cabo Verde é hoje um dos países africanos com o maior peso do sector de serviços na economia (74%), enquanto a agricultura representa apenas 9% do Produto Interno Bruto (PIB). No ano passado, a economia cresceu 5,8% do PIB, uma das mais altas taxas da região da África Ocidental.

A prestigiada empresa internacional de pesquisa e consultoria Economist Intellingence Unit (EIU), prevê que Cabo Verde será um dos países mais estáveis de África em 2011-2012. Prevê-se ainda, que o principal impulsionador do crescimento real do PIB de Cabo Verde, estimado em 6% em 2011 e 5,5% em 2012, será o IDE e, será sobretudo em infraestruturas e turismo.

4.3 Aspetos Políticos

O regime político vigente em Cabo Verde é o sistema democrático parlamentar exercida através dos órgãos de soberania eleitos por eleições livres. Os direitos e as liberdades dos cidadãos são fundamentais. Através do parlamento, são tomadas as grandes decisões e aprovadas as importantes leis que regem o país.

Cabo Verde é considerado um país seguro e estável em termos políticos. Devido à sua posição geoestratégica, o país está exposto a novas ameaças tais como: o tráfico de droga, tráfico das pessoas, a emigração clandestina e a criminalidade internacional. Independentemente dos aspetos ligados à segurança, a luta contra estas ameaças traduz-se num grande desafio para todos os Cabo-verdianos e principalmente para o governo, a fim de preservar o bom nome e boa imagem do país no contexto nacional e internacional.

Com o propósito de incentivar o crescimento económico do país e, captar o investimento estrangeiro, Cabo Verde tem vindo a criar instrumentos de liberalização da economia. Para tal, foi criada a LEI N 89/IV/93 de 13 de Dezembro de 1993. A presente lei estabelece as condições gerais da realização de investimentos externos em Cabo Verde, bem como os direitos, garantias e incentivos atribuídos no âmbito do investimento externo.

Aplicam-se aos investimentos externos diretos realizados em qualquer sector de atividade económica e às situações jurídico-negociais que, neste âmbito, implicam o exercício da posse ou da exploração de empreendimentos de carácter económico.

A legislação cabo-verdiana é não discriminatória, concedendo ao investidor estrangeiro o mesmo tratamento que os investidores nacionais. Garante o tratamento justo e equitativo, segurança e proteção de bens e direitos, transferência de divisas de todos os montantes a que legalmente o investidor tenha direito, estabelecimento de contas em divisas para realização de operações e a aplicação de um regime de recrutamento de trabalhadores estrangeiros, incluindo os respetivos direitos e garantias.

Em termos de incentivos ao investimento estrangeiro, a legislação cabo-verdiana (LEI N 89/IV/93 De 13 de Dezembro de 1993) prevê isenções e reduções fiscais, proteção de bens e

direitos, dedução de impostos sobre lucros reinvestidos, transferência para o exterior de dividendos e lucros, abertura de contas em divisas e sua livre movimentação.

Relativamente aos acordos importantes entre Portugal e Cabo Verde, é de salientar a Resolução da Assembleia da República n.º 63/2000, de 12 de Julho, que aprova a Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, entre o dois países e, Decreto n.º 32/91, de 26 de Abril que aprova o acordo de promoção e proteção recíproca de investimentos.

4.4 Cabo Verde no Contexto Internacional

Cabo Verde mantém boas relações políticas e diplomáticas com muitos Estados. Nomeadamente: Portugal, China, Espanha, Holanda, Brasil, Angola, Cuba, Estados Unidos da América, Luxemburgo, França, Portugal, Senegal, entre outros.

É membro de muitas organizações internacionais, nomeadamente no quadro do Sistema das Nações Unidas, e de âmbito regional. É membro da União Africana, do Comité Permanente Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS), da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), membro da Organização Mundial de Comércio (OMC), desde Dezembro de 2007 e faz parte também da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Como membro dos países África Caraíbas e Pacífico (ACP), Cabo Verde beneficia de ajuda comunitária, através da sua adesão após a sua independência. Em Novembro de 2007 conseguiu um estatuto especial junto da União Europeia (UE). Este estatuto oferece inúmeras vantagens e novas perspectivas para Cabo Verde, particularmente no campo das relações económicas e comerciais, no acesso ao mercado interno e às Regiões Ultra Periféricas (RUP).

4.5 Cooperação Portugal/Cabo Verde

Portugal afigura-se como um dos principais parceiros de cooperação com Cabo Verde, fazendo ambas as partes uma avaliação extremamente positiva da cooperação desenvolvida e reconhecendo o carácter estruturante dos seus resultados.

A cooperação com Portugal advém desde os anos oitenta, estendendo-se até hoje a praticamente a todos os domínios. Pode-se destacar três exemplos destas relações:

- Destino de Emigração. Portugal destaca-se como um dos principais destinos dos emigrantes cabo-verdianos. Muitos cabo-verdianos obtêm sob diversas formas os estatutos de cidadãos Portugueses;
- Parceiro Económico. Portugal continua a ser o seu principal parceiro económico de Cabo Verde;
- Educação Superior. A formação superior dos alunos Cabo-verdianos é feita nas Universidades, Escolas e Institutos superiores Portuguesas.

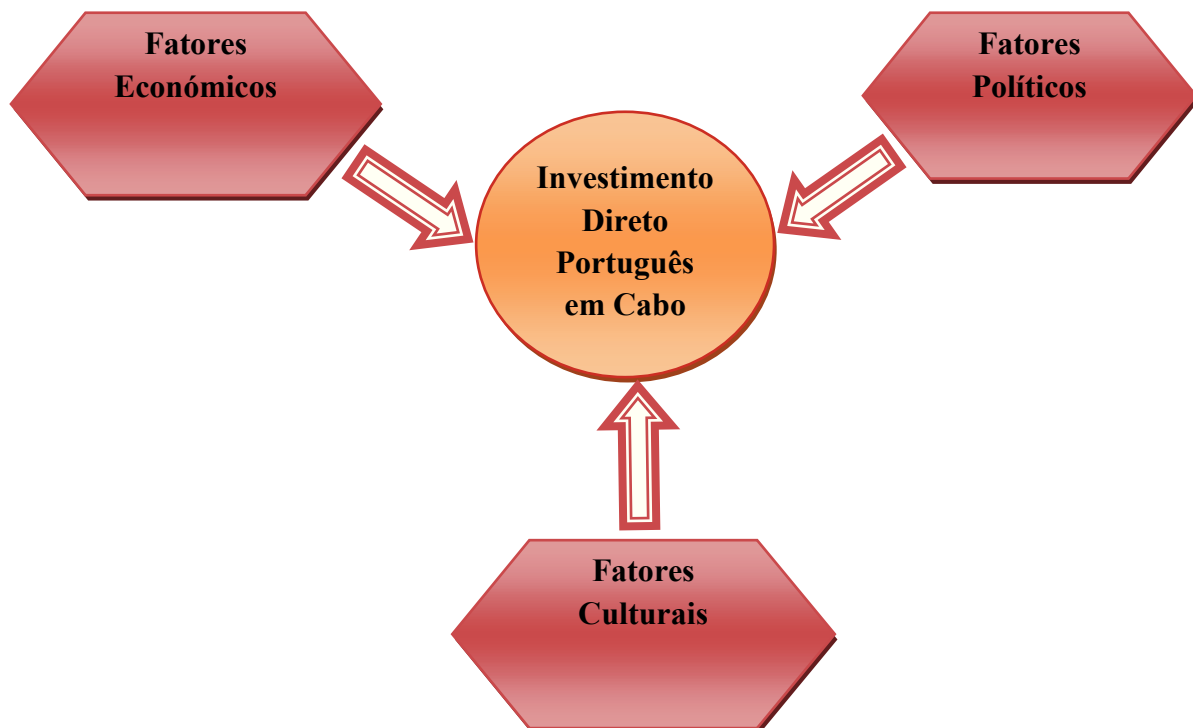
Cabo Verde, ao contrário de muitos países, tem revelado uma gestão equilibrada e reprodutiva dos apoios internacionais que recebe.

5. Modelo Teórico e as Hipóteses da Investigação

5.1 O Modelo

Com base na literatura analisada propõe-se o seguinte modelo conceptual para identificar os determinantes de IDE de Portugal em Cabo Verde.

Figura 1 - Modelo proposto para o investimento português em Cabo Verde



Fonte: Elaboração própria

Espera-se que este modelo conceptual proposto, venha permitir analisar e explicar a influência que esses fatores (económicos, políticos e culturais) exercem na decisão do IDP em Cabo Verde, bem como possibilitar a recolha da informação capaz de servir como possíveis recomendações e como forma de melhorar a atratividade do investimento Português em Cabo Verde.

5.2 Hipóteses

Em sintonia com o modelo conceptual proposto, seguimos com a formulação das seguintes hipóteses:

A primeira hipótese associa os fatores políticos com o Investimento Direto Português em Cabo Verde. Fatores como a estabilidade política, risco político do país, acordos comerciais estabelecidos entre países, sistema político do país e entre outros, constituem importantes fatores a terem em conta na escolha do país onde se pretende investir. Muitas vezes esses fatores garantem a segurança aos investidores e empresas estrangeiras. Deste modo, antes da instalação das suas atividades no estrangeiro, os investidores e as empresas estrangeiras procuram sempre informar-se do sistema político do país onde querem investir.

Para Nonnenberg e Mendonça (2004), o risco político do país exerce um importante efeito negativo sobre a entrada de IDE.

Por seu turno, Costa (2003), defende que uma situação de instabilidade do ponto de vista político, contribui sempre para a redução da capacidade de atração do investimento estrangeiro.

Cabo Verde é considerado um país estável, com um bom sistema político, com ausência de risco político, estabelece excelentes acordos de cooperação com Portugal e goza de uma boa imagem perante a comunidade internacional.

- ***Hipótese 1:*** *Espera-se que fatores políticos sejam apontados como um dos determinantes impulsionadores do Investimento Direto Português (IDE) em Cabo Verde.*

A segunda hipótese também associa os fatores económicos como determinantes que explicam o IDP em Cabo Verde. Fatores como a procura de novos mercados, dimensão do mercado local, oportunidade de negócios, atratividade do mercado entre outros fatores, desempenham um importante papel na atração dos investimentos estrangeiros.

O crescimento económico do país, expresso através da taxa de crescimento do PIB, é considerado um importante fator de atração do investimento externo. Muitas vezes, os investidores optam por economias em crescimento, que permitem tirar proveitos do seu investimento.

Autores como Nonnenberg e Mendonça (2004), através dos seus estudos, defendem que o ritmo de crescimento económico influencia positivamente na atração dos IDE nos países em desenvolvimento. Na mesma linha do pensamento, Costa (2003), com o seu estudo sobre os determinantes do IDP no Brasil, chegou a conclusão que um dos fatores que impulsionavam as empresas Portuguesas a efetuarem o investimento no Brasil, é o crescimento da economia Brasileira.

O sucesso das empresas muitas vezes depende do mercado que escolhe e que está relacionado com o seu crescimento económico. Deste modo, a seleção do mercado torna-se um processo extremamente importante por forma a evitar erros em ambiente internacional e não por em causa as suas atividades futuras.

Estudos realizados por diversos autores, com é o caso de Tatoglu e Glaister (1998) que estudaram motivações para a realização do IDE na Turquia, Kudina (1999) que estudou os determinantes do IDE na Ucrânia, Costa (2002) com o seu estudo sobre os determinantes do IDE Português em Cabo Verde, Costa (2003) através dos determinantes do IDE Português no Brasil e Castro (2010) que estudou as motivações para a realização do IDE em Portugal, todos eles chegaram a conclusão que uma das principais razões para a realização dos investimentos estrangeiros naqueles países tinha a ver com procura e crescimento do mercado.

Deste modo, podemos constatar que os fatores económicos abarcam um conjunto de atributos que contribuem em grande parte e são decisivos na captação e atração do investimento estrangeiro.

- ***Hipótese 2:*** *Espera-se que os fatores económicos sejam apontados como um dos determinantes do Investimento Direto Português (IDP) em Cabo Verde.*

A terceira e última hipótese testa os chamados fatores culturais como determinantes da atração do IDP em Cabo Verde. As diferenças culturais existentes entre o país de origem do

investimento e o país de destino, muitas vezes condicionam e de certa forma representam barreiras nas escolhas de países que apresentam potenciais para os investimentos. As empresas tendem a investir nos países das quais mantêm excelentes relações e onde as diferenças culturais não sejam significativas.

As relações históricas, proximidades culturais e hábitos comuns são indicadores a ter em conta na escolha do país. Por seu turno, a língua muitas vezes desempenha um papel importantíssimo na aproximação das culturas e só representa vantagens quando dois países partilham da mesma língua. Outras vezes, representa um grande obstáculo nos negócios quando os investidores não falam a mesma língua no país onde se quer investir.

Autores como Ribeiro e Santos (2001), através dos seus estudos concluíram que as relações históricas e proximidades culturais constituem importantes fatores de atração das empresas estrangeiras em Portugal. Por seu lado, Costa (2003), também concluiu que a proximidade cultural também desempenha um importante papel na atração das empresas Portuguesas no Brasil.

Através do seu estudo sobre os determinantes do IDP em Cabo verde, Costa (2001) chegou à conclusão que as relações históricas e proximidades culturais estão entre os fatores que os investidores Portugueses tiveram em consideração na escolha de Cabo Verde.

A Cultura Cabo-verdiana tem uma forte influência da cultura Portuguesa, fruto dos laços históricos que unem os dois países.

- ***Hipótese 3:*** *Espera-se que os fatores culturais sejam identificados como fatores que determinam o investimento português em Cabo Verde.*

Espera-se a confirmação destas hipóteses, uma vez que são os possíveis fatores que justificam O IDP em Cabo Verde.

6. Metodologias e Dados

6.1 Método de Recolha de Dados

A metodologia de recolha de dados é um instrumento que depende sempre do objetivo do estudo, do tipo de estudo, dos dados que se pretende obter e da forma como podemos obtê-los. Assim, pretende-se obter dados ou informações que permitem determinar com precisão quais os fatores que realmente determinam o investimento Português em Cabo Verde, o grau de satisfação dessas empresas em relação ao mercado Cabo-verdiano, bem como informações que nos permitem validar as hipóteses definidas.

Por se tratar de um estudo de natureza quantitativo e tendo em conta o objetivo do estudo, foram utilizados fontes de dados primários e secundários. No que diz respeito a utilização de fontes de informação secundária, é de destacar as seguintes instituições fontes: Banco de Cabo Verde, Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde, AICEP Portugal Global, Câmara de Comércio Indústria e Turismo Portugal e Cabo Verde, Cabo Verde Investimentos, entre outras entidades. A informação secundária é a informação que já estava disponível, no entanto, para o caso em concreto, não foi suficiente para dar resposta à questão em análise. Relativamente aos dados primários, existem diversos métodos de recolha, no entanto torna-se necessário escolher o método de recolha de dados que mais se adequa ao nosso objeto de estudo. Dos vários métodos existentes, os questionários muitas vezes afiguram-se como método adequado para este tipo de estudo.

Optou-se pela utilização do questionário eletrónico, por ser de baixo custo, Mais cómodo para as empresas e os investidores, permitir recolher informações suplementares, o tempo despendido por parte dos entrevistados para o seu preenchimento ser relativamente curto, e ainda, por ser mais rápida a obtenção das resposta tendo em conta o fator tempo.

6.2 Elaboração e Aplicação dos Questionários

Sendo o questionário um instrumento para a recolha dos dados muito utilizado para este tipo de estudo e cuja qualidade da informação recolhida depende da qualidade do questionário utilizado, é imprescindível que a sua elaboração e construção seja efetuada por forma a garantir a fiabilidade dos dados. Kornhauser e Sheatsley citado em Hoz (1985), sugere 3 passos importantes para a elaboração do questionário:

1º Passo- Consiste em determinar a informação importante relativo ao problema de investigação;

2º Passo- A elaboração das questões, devem ser apropriadas, relevantes e devem ser encaminhadas ao público que se destina afim de eles poderem dar as respostas adequadas. As respostas tanto podem ser fechadas, em que o sujeito escolhe as alternativas que são dadas, ou abertas, em que o sujeito tem a liberdade de expressar ou dar a sua opinião livremente em relação à questão.

3º Passo- Aplicação de um questionário piloto, principalmente no caso de questões abertas, que permita detetar a informação relevante e os tipos de resposta que são dadas, de modo que a construção do questionário inclua todas as questões importantes.

A elaboração do nosso questionário foi um processo moroso e que envolveu uma vasta pesquisa. A sua construção foi inspirada a partir dos resultados do questionário disponibilizado e patrocinado pela Câmara de Comercio Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde (CCITPCV), através de um estudo que foi levado a cabo pela Costa (2002) sobre as determinantes e estratégias empresariais do IDP em Cabo Verde. Logo após ter acesso aos resultados deste questionário, procurou-se contactar através do e-mail com o vice presidente executivo da instituição (Câmara de Comercio Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde) Dr. João Chantre, no sentido de conseguir o questionário que foi elaborado, e o mesmo respondeu que a instituição não dispunha do questionário aplicado, mas sim, somente os resultados do mesmo. A partir daí, deu-se o início à construção do próprio questionário baseando nas respostas do questionário aplicado em 2002. O questionário foi elaborado através do Google Docs, pelas vantagens que apresenta em termos do tempo e por ser mais fácil de fazer chegar às empresas e aos investidores. O questionário é composto por duas partes. A primeira parte é composta por perguntas que serviram de base para a caracterização das empresas e a segunda parte que retrata as questões relacionadas com os possíveis fatores que determinam o IDP Cabo Verde e questões relacionados com o mercado. A questão relacionada com os possíveis fatores que explicam o IDP em Cabo Verde, foi elaborada em três grupos (económicos, políticos e culturais) e através da escala de Likert de 5 pontos (em que 1= nada importante e 5= muito importante) foi pedido aos inqueridos que classificassem de acordo com o grau de

importância cada um dos itens que compõem os fatores económicos, políticos e culturais no momento da decisão do investimento em Cabo Verde.

Após a elaboração do questionário e através da lista de empresas portuguesas com investimentos ou participações em Cabo Verde disponibilizado pela Câmara de Comercio Indústria e Turismo de Portugal e Cabo Verde, procurou-se encontrar o contacto das empresas a fim de enviar os questionários aos respetivos destinatários, para a sua apreciação e preenchimento.

Os primeiros questionários foram enviados às empresas por e-mail no dia 05 de Junho de 2012 com a respetiva mensagem onde deu-se a conhecer o objetivo do estudo, falar da confidencialidade dos dados e também onde foi enviado o link afim de os responsáveis das empresas possam aceder e proceder ao seu preenchimento. Deste primeiro contacto, obtivemos 18 respostas. Com a ajuda de alguns conhecidos que trabalham nas empresas selecionadas como alvo estudo, voltamos a enviar pela segunda vez os questionários para aquelas empresas que não tinham respondido no dia 01 de julho de 2012. Desta vez, responderam mais 15 empresas. A terceira foi feita no dia 27 de julho de 2012, foi obtido mais 9 respostas.

A análise e tratamento dos dados foram feitos a partir do programa informático de análise estatística SPSS versão 20.

6.3 Pré-Teste

Segundo Bell (2004), é fundamental o pré-teste do questionário a fim de quantificar o tempo que as pessoas vão demorar para responder o mesmo; saber se as instruções são claras; verificar a ambiguidade das questões; saber se as pessoas vão ter alguma dificuldade em responder; se foram incluídas todas as questões relevantes, verificar ainda o seu formato e a sua apresentação.

Efetuiu-se um pré-teste a 10 Empresários residentes através do envio do link para os seus emails, no dia 30 de Maio de 2012. O objetivo do pré-teste foi o de avaliar a funcionalidade e a viabilidade do questionário e assim efetuar possíveis alterações no mesmo. No caso, só foi

feito uma pequena alteração no questionário, pois os resultados do pré-teste foram positivos e demonstraram uma grande adequação do mesmo ao estudo pretendido. O questionário final encontra-se em anexo.

6.4 Amostra

População é um conjunto de pessoas ou elementos a quem se pretende generalizar os resultados e que partilham uma característica comum (Coutinho 2011, p. 85). Assim, a população alvo deste estudo inclui todas as empresas portuguesas de todos os setores presentes em Cabo Verde e todas as empresas portuguesas com participações ou com investimentos nas empresas cabo-verdianas.

Por sua vez, Coutinho (2011), define a amostragem como um processo de seleção do número de sujeitos que participam num estudo.

Tendo presente o objetivo do estudo, o tipo de amostragem utilizado é a amostragem não probabilístico por conveniência, uma vez que não se trata da representatividade da população. Segundo Schutt (1998, p. 146), citado por Coutinho (2011), os resultados obtidos nestes estudos dificilmente podem ser generalizados para além do grupo de estudo.

A amostragem por conveniência é um método muito atrativo, uma vez que é muito cómodo para o próprio inquirido, os custos são baixos e o inquirido não despende muito tempo para responder o inquérito.

Após a definição do tipo da amostragem, seguiu-se para a seleção da amostra.

Segundo Mertens e Charles (1998), citado por Coutinho (2011), um dos critérios para a seleção das amostras, tem a ver com o tipo de análise estatístico que se pretende fazer. Tendo em conta a lista de empresas portuguesas em Cabo Verde disponibilizada pela CCITPCV composta por 63 empresas e visto que se pretende fazer uma regressão múltipla, ao qual o tamanho da amostra mínima recomendado é de 15 observações por variáveis, foi extraída uma amostra de 50 empresas.

Dos 50 questionários enviados, obteve-se 41 respostas válidas, representando 82% das respostas dos questionários enviados. Apenas 1 questionário teve que ser excluído por não estar devidamente preenchida.

6.5 Variáveis

Coutinho (2011), define a variável independente como aquela em que os grupos em estudo deferem e cujo efeito o investigador vai determinar; pode ser uma situação característica ou fenómeno que possa assumir pelo menos dois níveis por forma a comparar grupos.

Para testar os fatores determinantes do IDP em Cabo Verde foram agrupados em três fatores distintos. Económicos, políticos e culturais. São possíveis variáveis que de uma forma ou outra influenciam na decisão do investimento em Cabo Verde. Assim, apresentamos as seguintes variáveis de independentes:

Variáveis económicos

- Crescimento económico;
- Dimensão do mercado;
- Procura de mercado;
- Oportunidade de negócio;
- Estabilidade do mercado;
- Atratividade do mercado;
- Concorrência do mercado;
- Estabilidade cambial;
- Exploração das vantagens;
- Exploração das capacidades.

Variáveis políticos

- Estabilidade política;
- Sistema político;
- Política de privatizações;
- Sistema jurídico;
- Política comercial;

- Incentivo fiscais;
- Imagem do país;
- Risco político.

Variáveis culturais

- Proximidade cultural
- Língua comum
- Laços históricos
- Hábitos comuns

A variável dependente é a variável que o investigador vai medir para avaliar diferenças nos sujeitos derivadas da exposição ou tratamento. Para este estudo, a variável dependente definida é o grau de satisfação com o mercado cabo-verdiano.

6.6 Cálculo de Alpha Cronbach para a consistência interna dos fatores

Após a definição das variáveis dependentes e independentes foram avaliados a consistência interna dos fatores ou a fiabilidade das mesmas.

Uma das formas de avaliar a consistência interna das medidas utilizadas ou a fiabilidade das mesmas é através do cálculo de coeficiente de Alpha de Cronbach. Segundo Pestana e Gageiro (2005), os valores de Alpha de Cronbach variam entre 0 e 1. A consistência interna é classificada de acordo com os valores encontrados para o cálculo de Alpha. Os valores abaixo de 0,6 são inaceitáveis, entre 0,6 e 0,7 são aceitáveis, valores entre 0,7 e 0,8 indicam a consistência interna moderada e indicam boa consistência interna quando os valores variam entre 0,8 e 0,9 e muito boa quando os valores são superiores a 0,9.

Para avaliar a consistência interna dos nossos fatores, foram calculados o Alpha de Cronbach para os 10 itens que compõem os fatores económicos (crescimento económico do país, dimensão do mercado local, procura de novos mercados, oportunidade de negócios, estabilidade do mercado, mercado atrativo, mercado com fraca concorrência, estabilidade da política cambial, possibilidade de exploração das vantagens específicas, possibilidade da exploração da capacidade disponível), 8 itens que compõem os fatores políticos (estabilidade

política do país, sistema político do país, política de privatizações, segurança do sistema jurídico do IDE, incentivos fiscais, imagem positiva do país, menor risco político no país) e 4 itens que avaliam os fatores culturais (proximidade cultural, língua comum, laços históricos, hábitos comuns). Perante os itens que compõem os três fatores, através de uma escala de Likert de 5 pontos em que 1= nada importante e 5= muito importante, os responsáveis das empresas inquiridas classificaram cada um dos itens de acordo com o grau de importância no momento da decisão do investimento em Cabo Verde.

Os valores de Alpha de Cronbach encontrados para os fatores económicos foram 0,616 o que revela a consistência interna aceitável, 0,612 para os fatores políticos que também são aceitáveis e 0,718 para os fatores culturais, revelando uma moderada consistência interna e fiabilidade desses itens.

Tabela 6 - Alpha de Cronbach para fatores económicos

Cronbach's Alpha	N of Items
,616	10

Tabela 7 - Alpha de Cronbach para fatores políticos

Cronbach's Alpha	N of Items
,612	8

Tabela 8 -Alpha de Cronbach para fatores políticos

Cronbach's Alpha	N of Items
,718	4

7. Análise e Discussões de Resultados

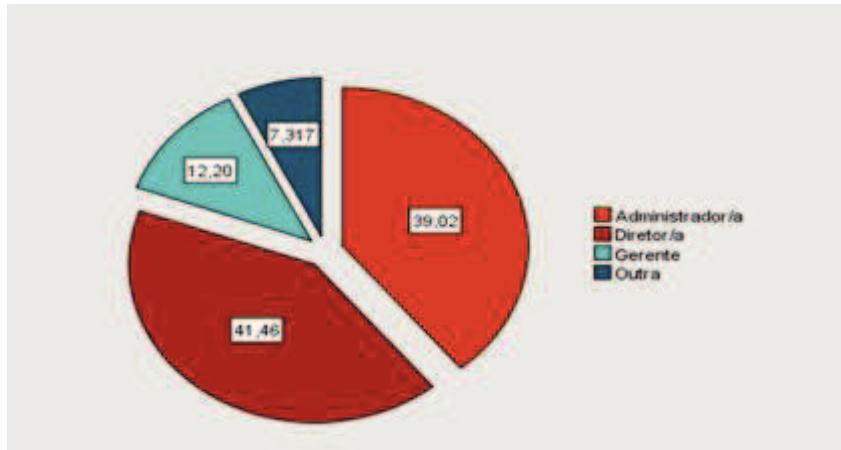
7.1 Análise descritiva das respostas obtidas no inquérito

Neste ponto iremos apresentar os resultados da análise descritiva das respostas obtidas no inquérito realizado, bem como apresentar e descrever os resultados das variáveis utilizadas.

Das 41 respostas dos nossos inqueridos, cerca de 41,5% dos questionários foram respondidos pelos diretores das empresas, 39% pelos administradores e 12% pelos gerentes das empresas Portuguesas com investimentos em Cabo Verde. De salientar que apenas 7% dos inquéritos

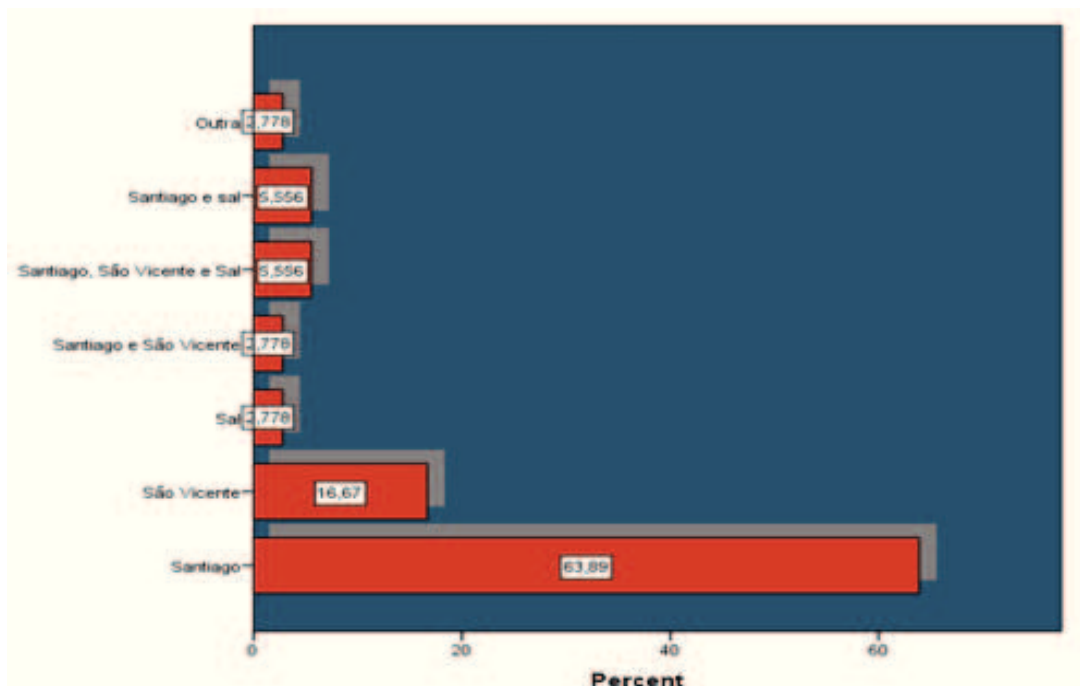
foram respondidos pelas pessoas que desempenham outras funções na empresa (Como se pode constatar no gráfico 8)

Gráfico 8 - Identificação do responsável pelo preenchimento do inquérito



Em relação a distribuição por ilhas, podemos verificar que a grande maioria das empresas inquiridas estão representadas ou tem negócios na ilha de Santiago (cerca de 63,9%) e São Vicente (16,7%).

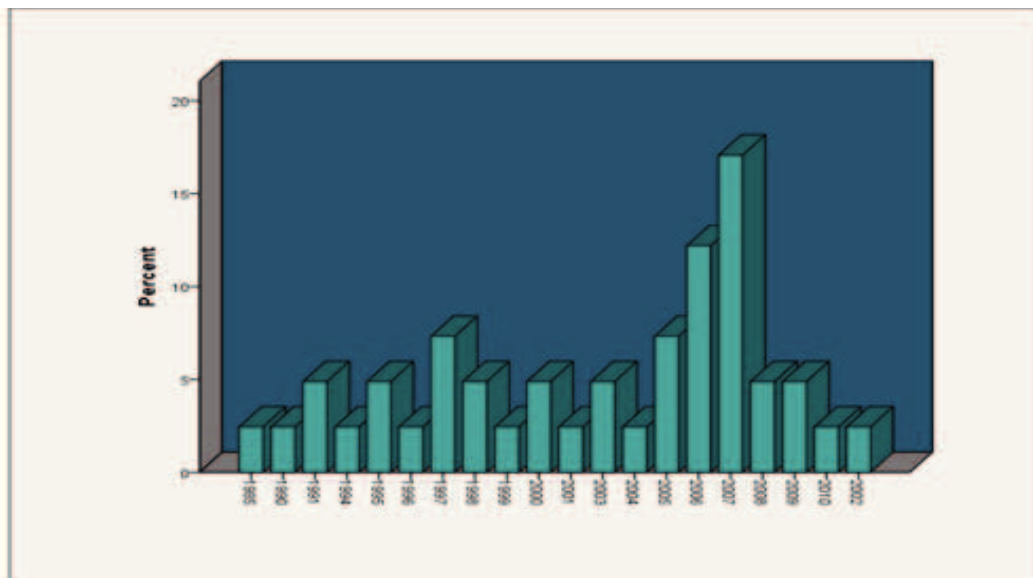
Gráfico 9 - Localização das empresas por ilhas



Das empresas entrevistadas, podemos concluir que foi a partir dos anos 90 que começaram a intensificar os primeiros investimentos portugueses em Cabo Verde. Nos anos 2006 e 2007

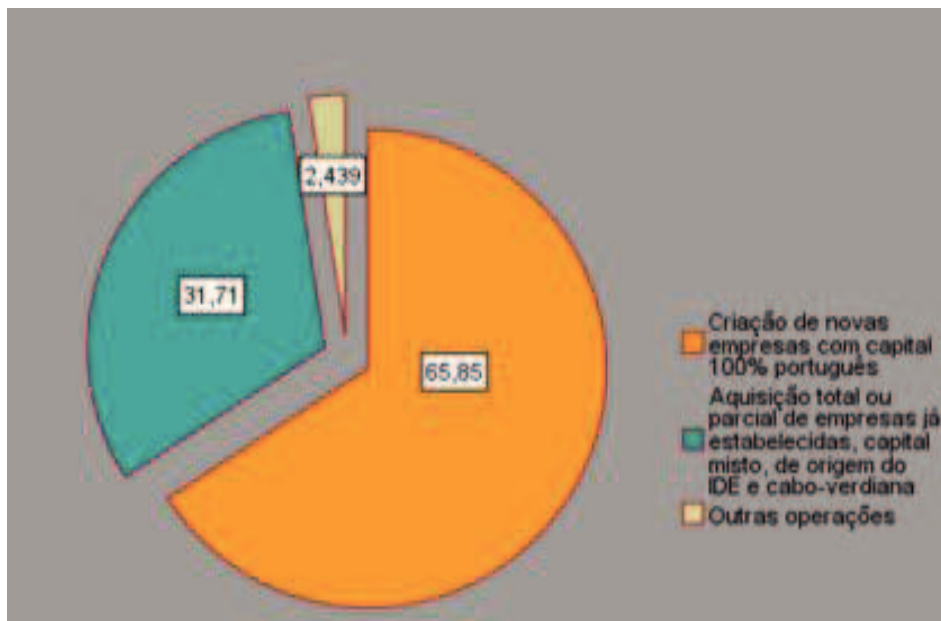
houve um aumento significativo do investimento português naquele país (Cabo Verde). Os aumentos foram na ordem dos 12,2% e 17,1% respetivamente.

Gráfico 10 - Início de atividade em Cabo Verde



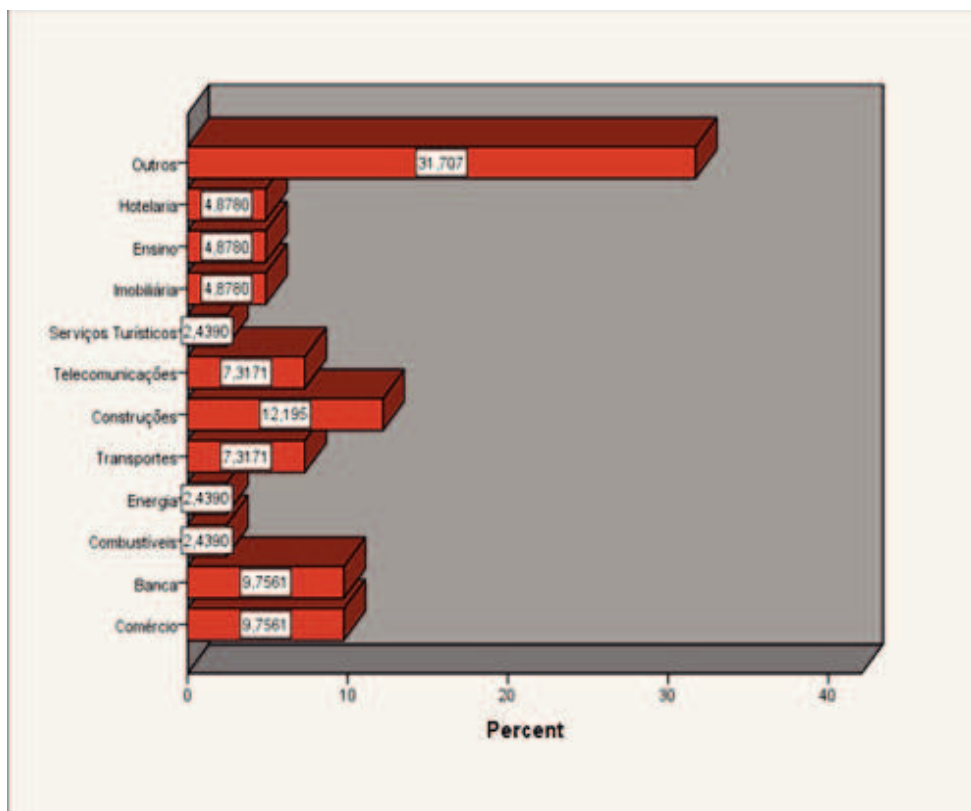
De acordo com a tipologia do IDE, 65,9% dos investimentos portugueses em Cabo Verde foram por via da criação de novas empresas com capital 100% português e 31,7% através da aquisição total ou parcial de empresas já estabelecidas. Apenas 2,4% do investimento foram através das outras operações.

Gráfico 11 - Tipologia do ID



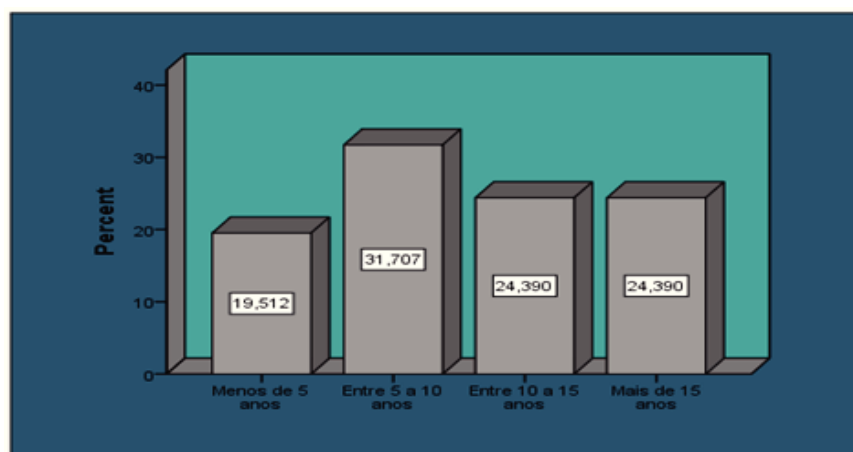
Como era de esperar, os setores que mais se destacam na atração do investimento português em Cabo Verde são: Construções (12,2%), Comércio e Banca (9,8% respetivamente), Telecomunicações (7,3%) e Transportes (7,3%). Também não podemos esquecer do setor da Imobiliária, Hotelaria e Ensino que são setores importantes e que tem despertado a atenção dos investidores Portugueses. Os outros que representam 31,7%, englobam setores como a formação, a saúde, segurança, consultoria e outsourcing, consultoria e fiscalidade, mobiliário e decorações, engenharia entre outros.

Gráfico 12 - Setor de atividade da empresa



A maioria das empresas (31,7%) está presente em Cabo Verde entre 5 a 10 anos, 24,3% entre 10 a 15 anos e mais de 15 anos respetivamente. Apenas 19,5% das empresas está há menos de 5 anos com presença em Cabo Verde (ver o gráfico 13).

Gráfico 13 - Há quantos anos opera no mercado cabo-verdiano



Através da análise do gráfico do volume de vendas por ano e do gráfico pertencente aos números de colaboradores das empresas, podemos concluir que a maioria das empresas portuguesas que investem em Cabo Verde pertence a pequenas e médias empresas (ver os gráficos 14 e 15).

Gráfico 14 - Volume de vendas por ano (milhões de Euros)

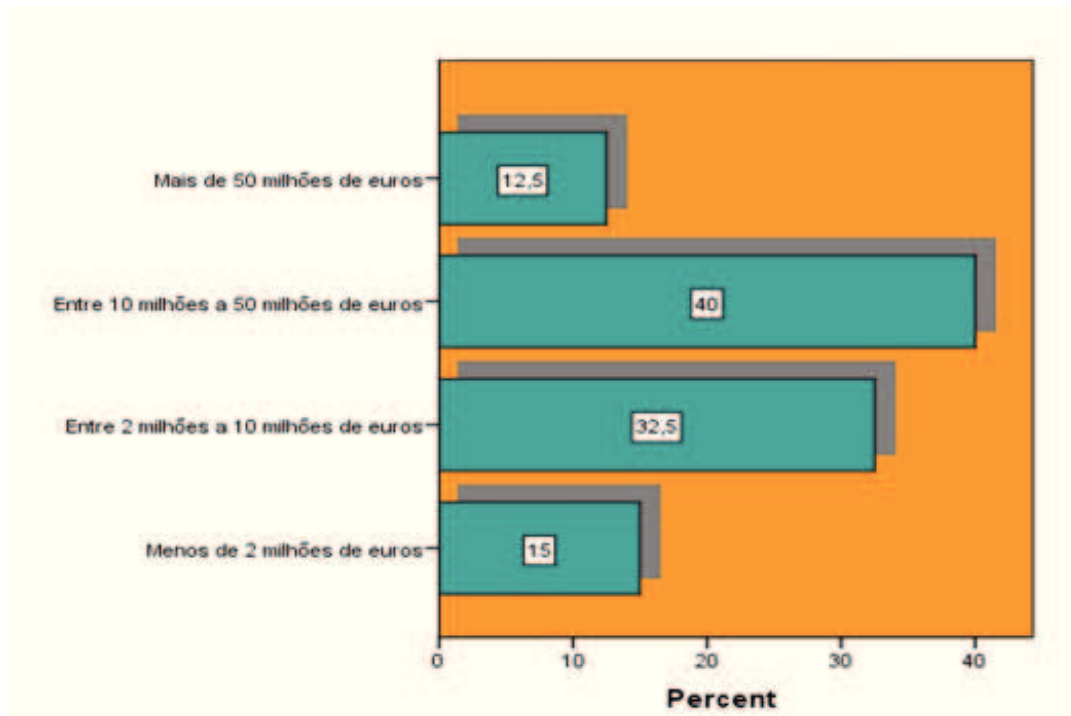
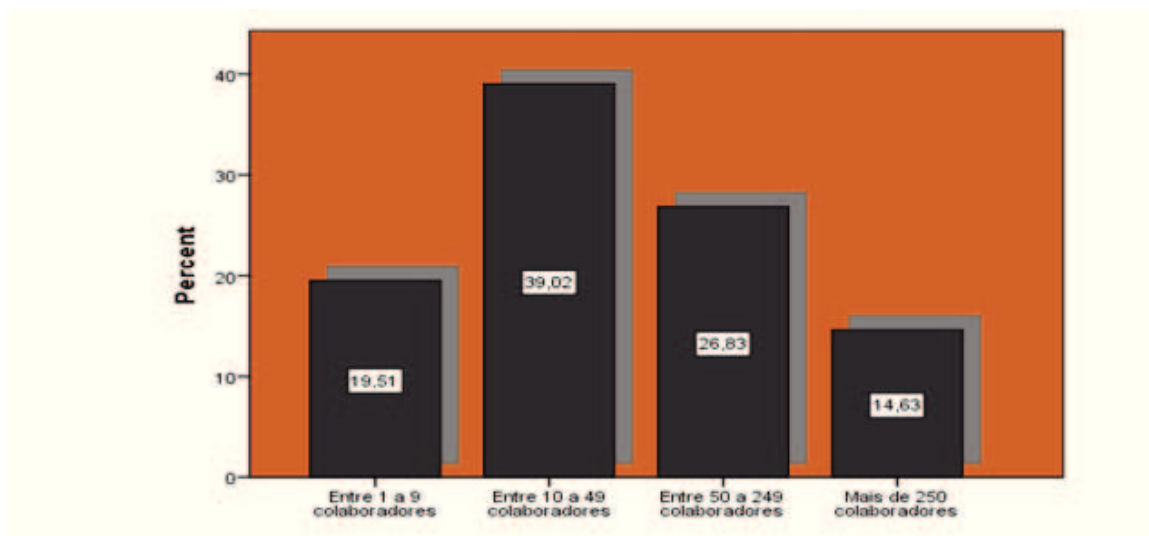
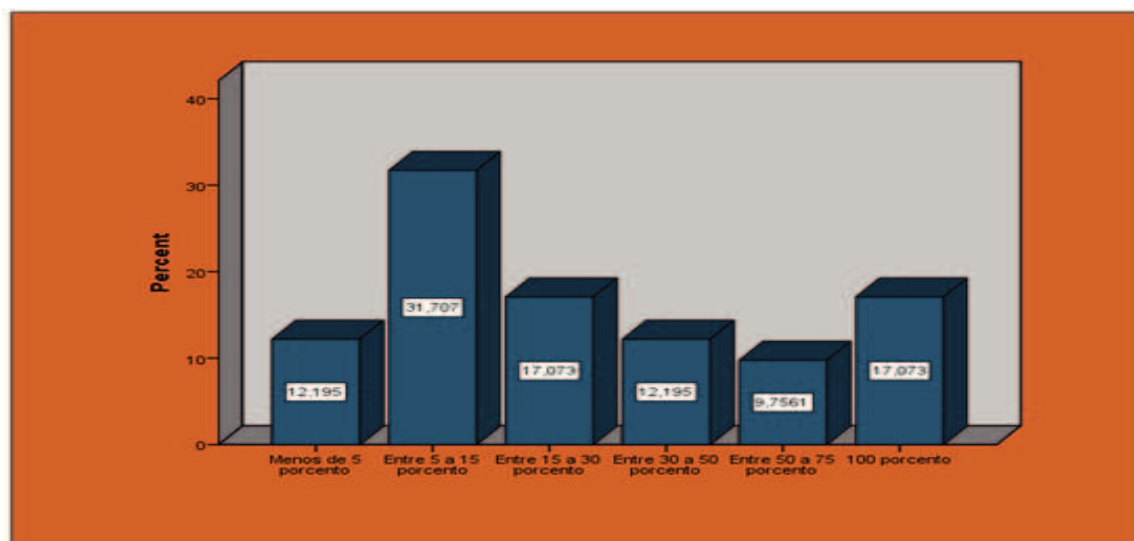


Gráfico 15 - Número de colaboradores da empresa



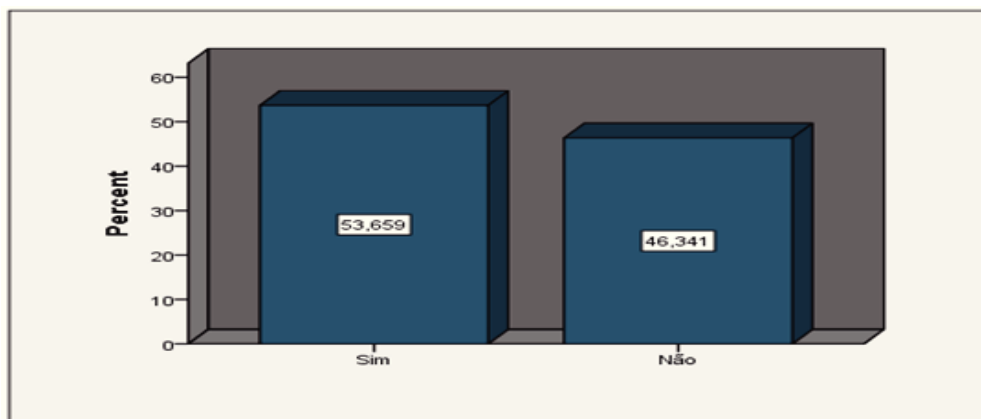
Cerca de 31,7% das empresas inqueridas, confessaram que as operações em Cabo Verde representam entre 5 a 15 % no total dos seus investimentos no estrangeiro. 17% das empresas confessaram só ter investimento em Cabo Verde, enquanto que os outros 17% responderam que as operações em Cabo Verde representam entre os 15 e os 30%. Para 12% das empresas, as operações em Cabo Verde representam menos de 5%, e 9,8% das empresas admitiram que no total das operações da empresa no estrangeiro, Cabo Verde representa entre 50 a 75%.

Gráfico 16 - Percentagem que as operações em Cabo Verde representam no total de investimento da empresa no estrangeiro



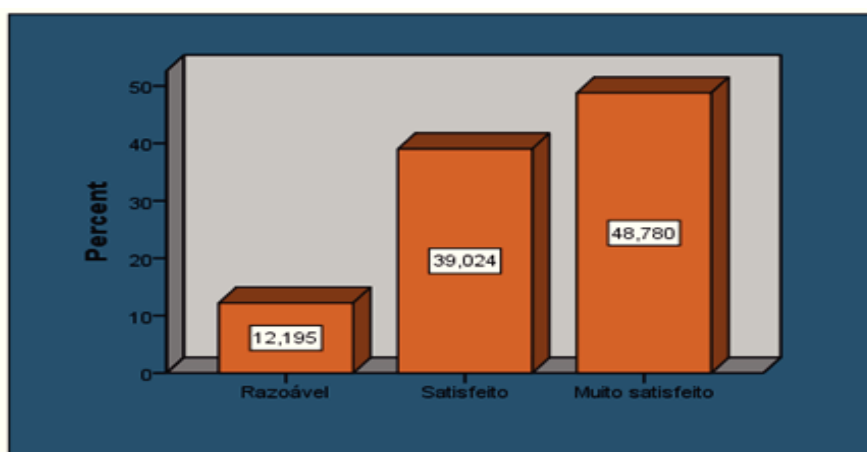
Quanto à experiência prévia no mercado Cabo-verdiano, cerca de 53,7% das empresas inqueridas já tinham experiência neste mercado e os restantes 46% nunca tiveram antes o contacto com este mercado (gráfico 17).

Gráfico 17 - Experiencia prévia no mercado cabo-verdiano



O gráfico seguinte, permite-nos tirar uma conclusão muito importante relativamente ao grau de satisfação das empresas portuguesas presentes em Cabo Verde, em relação a este mercado. De acordo com os dados apresentados, podemos concluir que cerca de 48,8% das empresas inqueridas estão muito satisfeitas e 39% estão satisfeitos com o mercado. Deste modo, podemos ainda concluir, que foi uma boa decisão apostar neste mercado (cabo-verdiano). Este indicador é ganha uma relevância particular por se tratar da nossa variável de dependente.

Gráfico 18 - Grau de satisfação no mercado cabo-verdiano



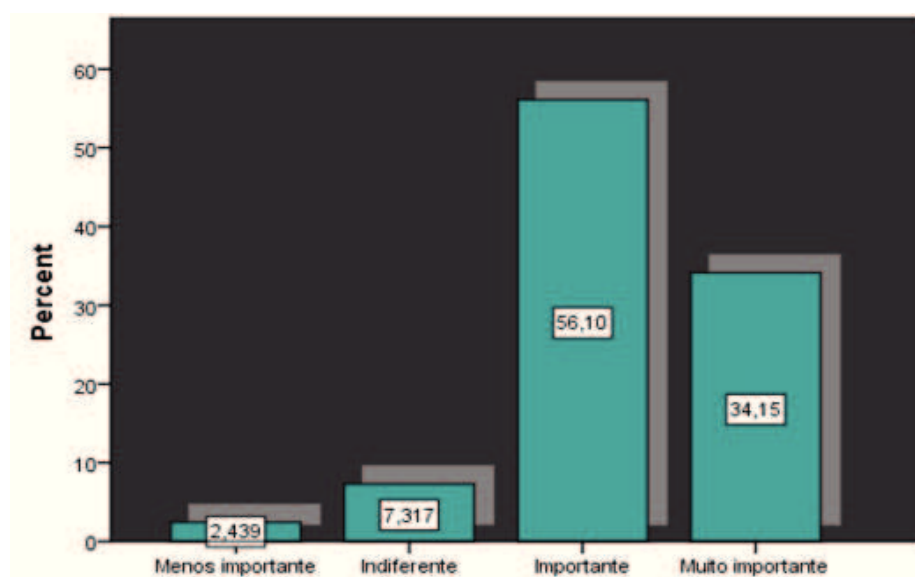
7.1.1 Identificação dos fatores económicos

Os resultados ilustram a contribuição de cada um dos fatores económicos (crescimento económico do país, dimensão do mercado local, procura de novos mercados, oportunidade de negócio, estabilidade do mercado, mercado atrativo, política cambial, concorrência, vantagens específicas e capacidade disponível) expostos na atração do investimento português em Cabo

Verde. A nível geral, podemos dizer os fatores de ordem económicos foram importantes para esta decisão.

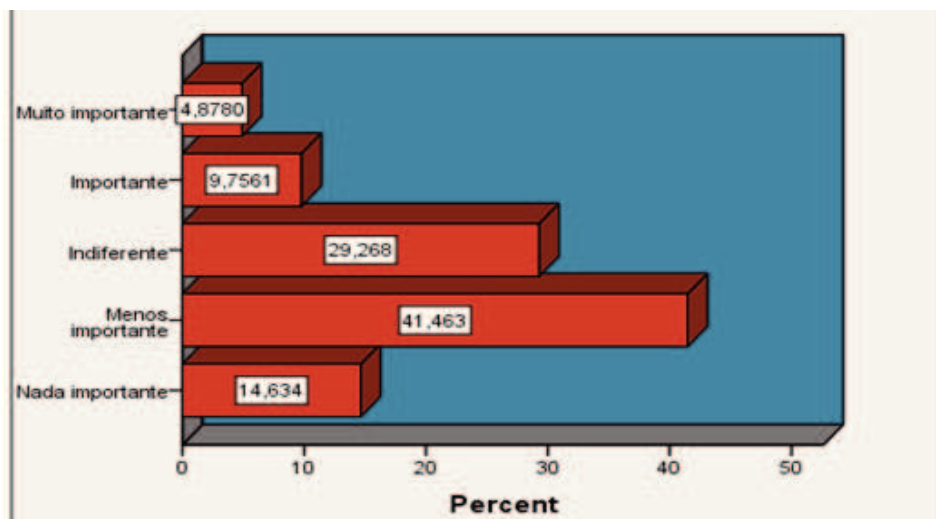
O crescimento económico do país também foi avaliado como importante fator na decisão e atração do IDP em Cabo Verde (gráfico 19). Autores como Costa (2003), tinham considerado este fator como um dos principais determinantes do IDE no Brasil. Deste modo, era de esperar que este fator seja avaliado como importante visto que Cabo verde tem crescido de uma notável.

Gráfico 19 - Crescimento económico do país



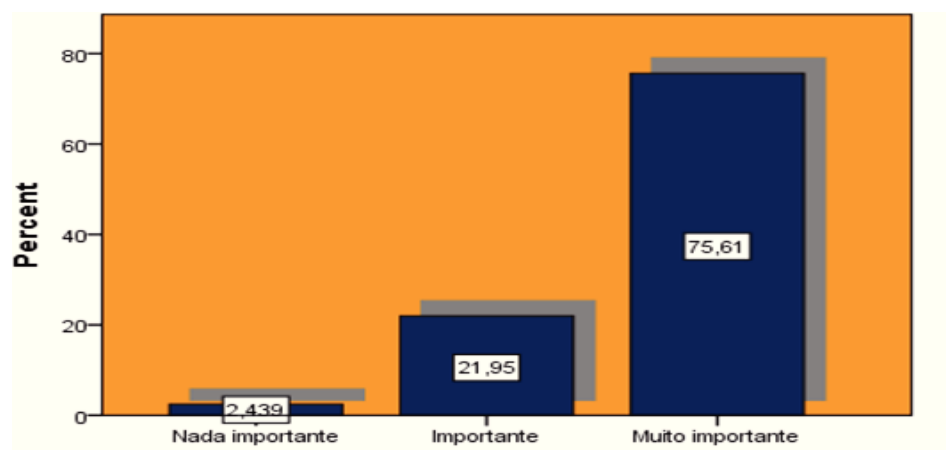
Quanto a dimensão do mercado local, cerca de 41% das empresas inqueridas avaliaram como menos importante, 29% como nem importante nem menos importante e apenas 9,8% como importante. Este resultado era esperado uma vez que o mercado interno cabo-verdiano é relativamente pequeno. Por sua vez, Nonnenberg e Mendonça (2004), consideraram este fator como um dos mais importantes para o IDE no Brasil.

Gráfico 20 - Dimensão do mercado local



De referir que o fator procura de novo mercado é o que mais se destaca. Ou seja, das 41 respostas, 75,6% das empresas consideraram como muito importante e 21,95% como importante. Apenas 2,4% das 41 empresas inqueridas avaliaram este fator económico como menos importante para a atração do investimento em Cabo Verde. De certa forma, este resultado era esperado. Alguns autores que procuraram estudar os determinantes do IDE em países deferentes, concluíram que este fator é muito importante para a atração IDE. Como por exemplo: Tatoglo e Glistler (1998); Kudina; e Bevan e Estrin.

Gráfico 21 - Procura de novos mercados



Fatores como oportunidade de negócio, estabilidade do mercado, mercado atrativo e mercado com fraca concorrência, foram avaliados como importantes na atração do investimento estrangeiro Português em Cabo Verde. O que era de esperar que estes fatores fossem avaliados como sendo importantes para a IDP em Cabo Verde

Gráfico 22 - Oportunidade de negócio

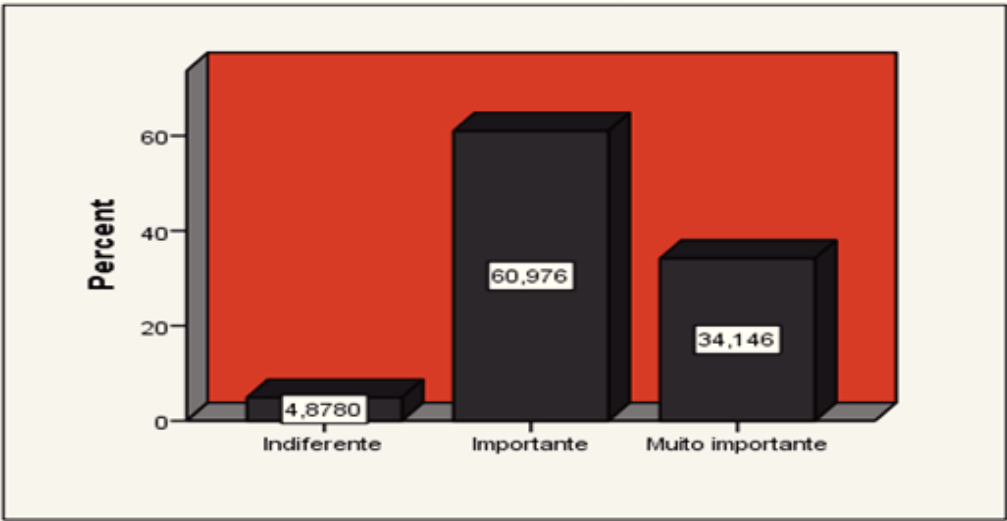


Gráfico 23 - Estabilidade do mercado

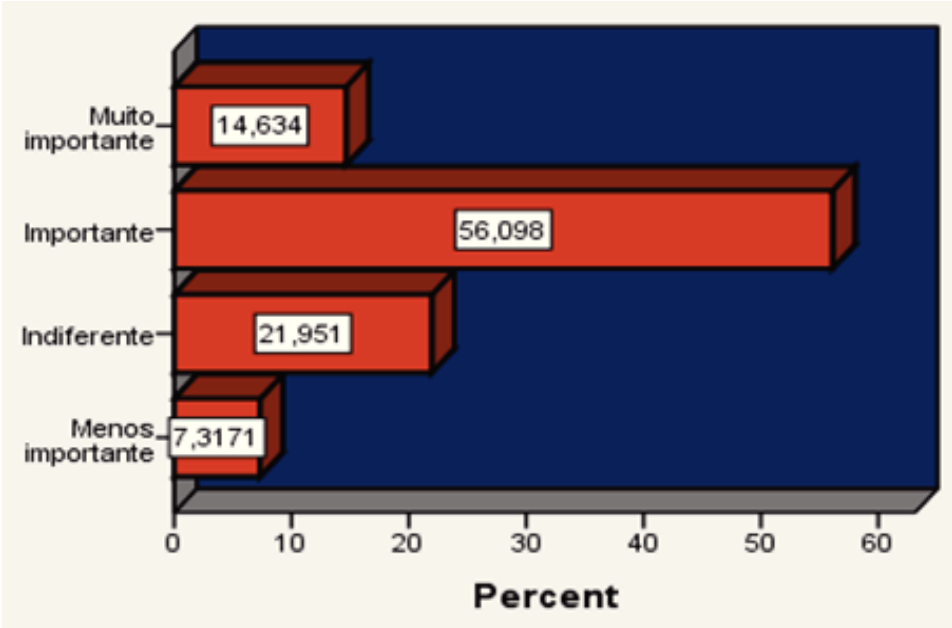


Gráfico 24 - Atratividade do mercado

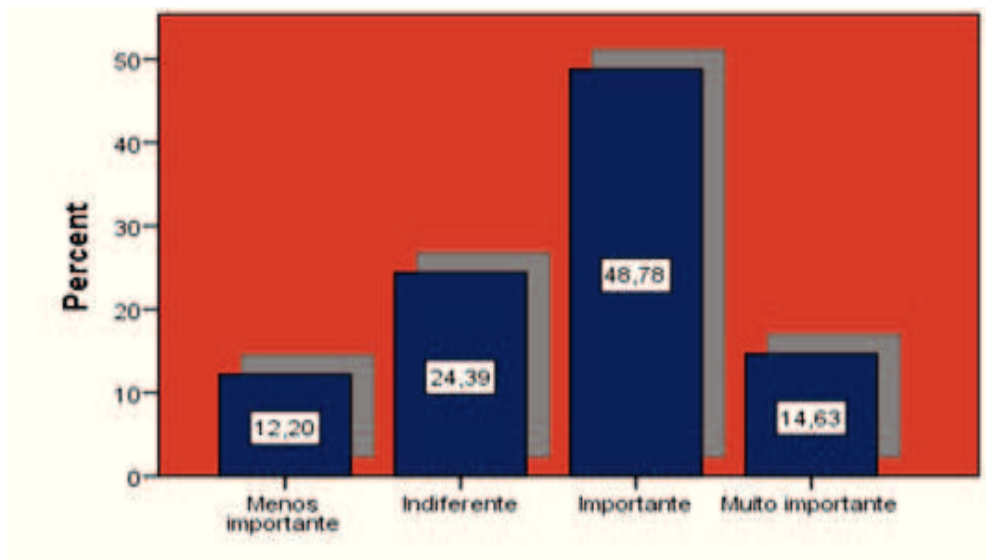


Gráfico 25 - Estabilidade política cambial

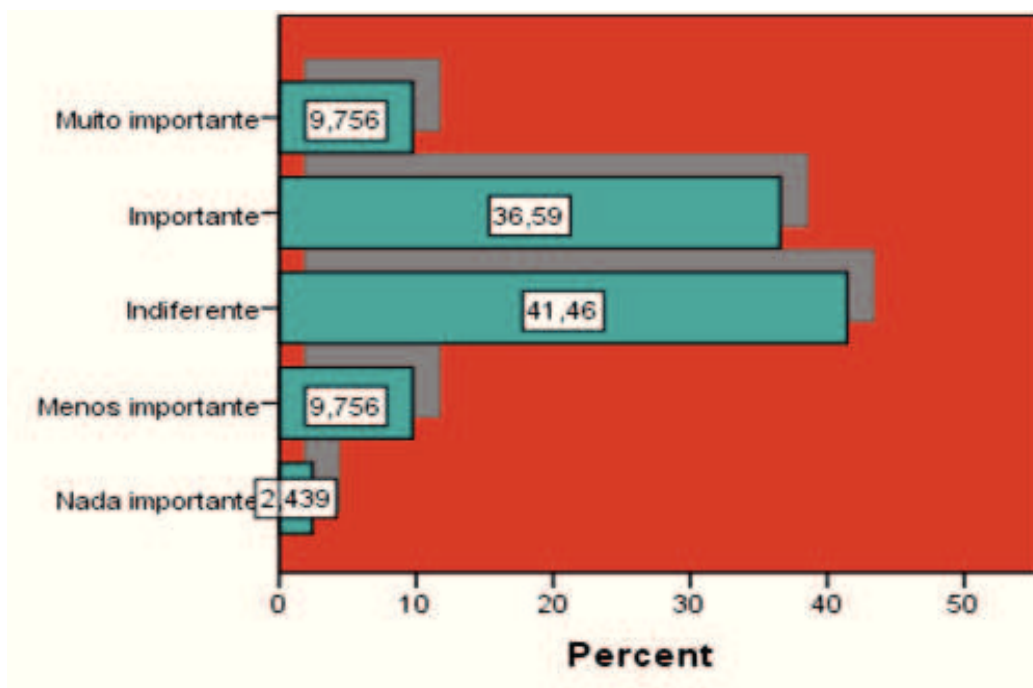
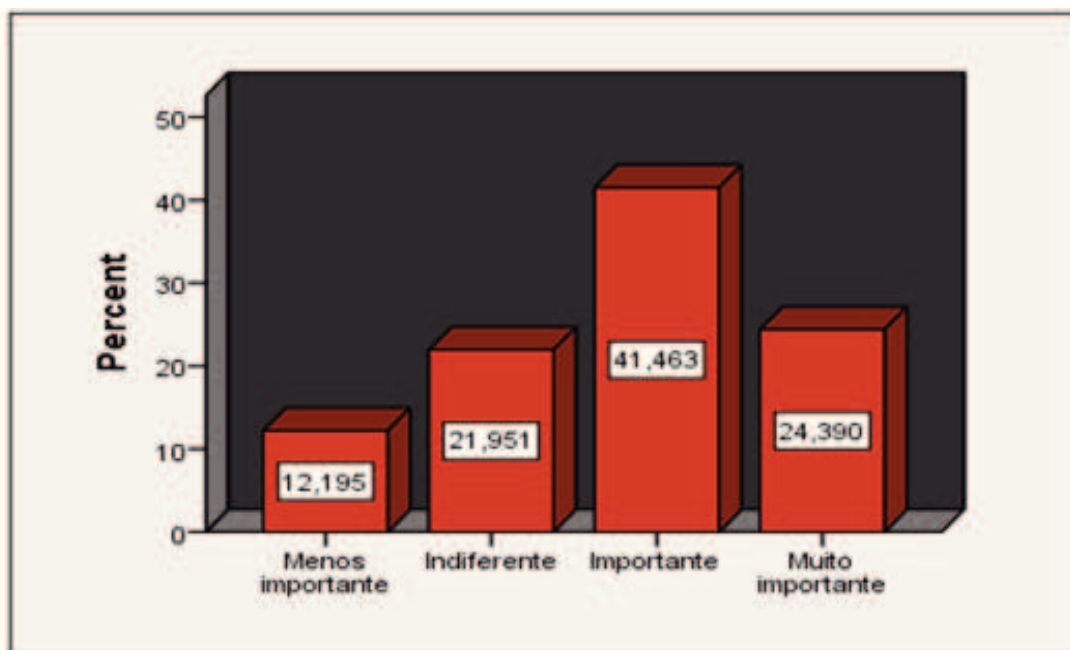


Gráfico 26 - Mercado com fraca concorrencial



Em relação a capacidade disponível, 41,5% dos inqueridos mostraram-se indiferentes a este fator, 19,5 consideraram como menos importante e 21,95% avaliaram como importante. A avaliação da exploração das vantagens específicas foi um pouco parecida com a avaliação da capacidade disponível. Ou seja cerca de 31,7% ficaram indiferente perante este fator, 29,3% consideraram importante e 24,4% consideraram menos importante.

Gráfico 27 - Exploração de vantagens específicas

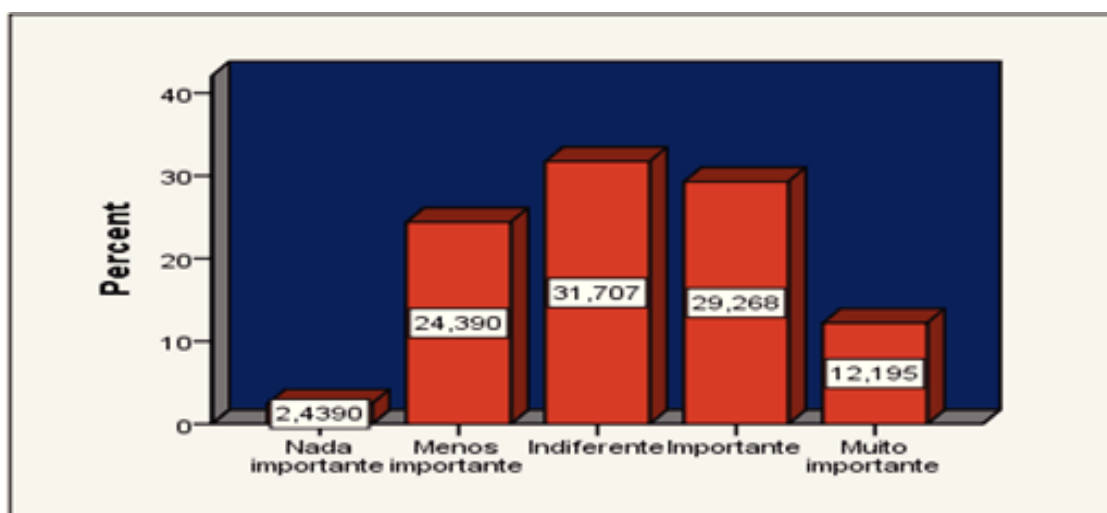
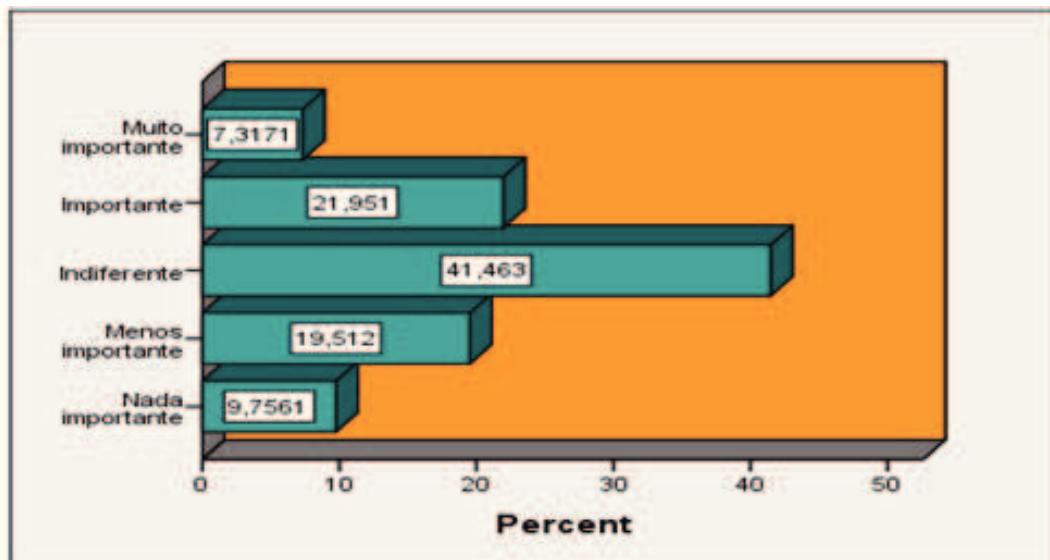


Gráfico 28 - Exploração da capacidade disponível

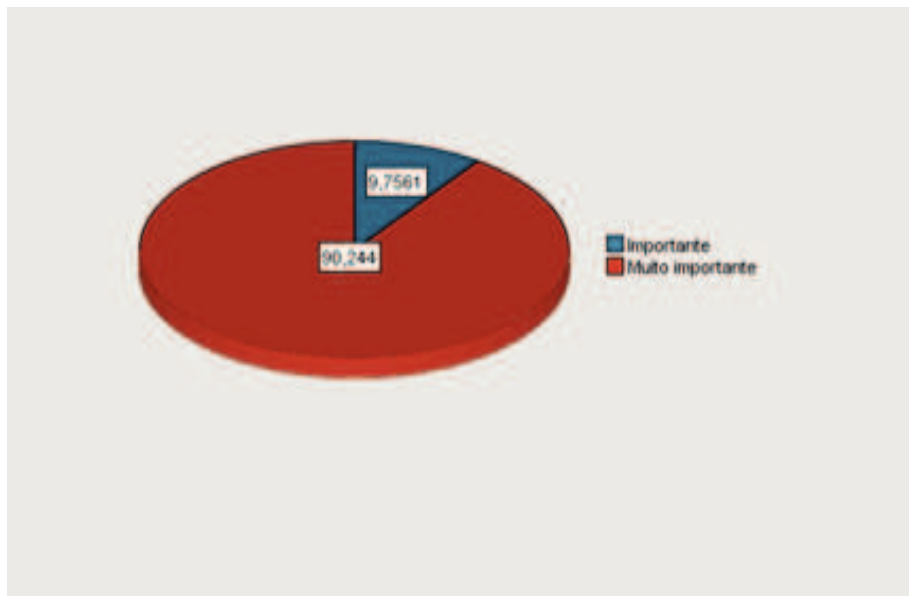


7.1.2 Identificação dos fatores políticos

De um modo geral, também podemos dizer que os fatores políticos foram avaliados como importantes quando da decisão do investimento português em Cabo Verde. Embora esta conclusão seja óbvia, a avaliação e o contributo de cada um dos itens em particular que compõem os fatores políticos é diferente.

O fator estabilidade política do país foi considerado por cerca de 90,3% das empresas inqueridas como muito importante e os restantes 9,7 % como importante na atração do investimento português em Cabo Verde. Este resultado era muito esperado. Costa (2002), através do seu estudo concluiu que a estabilidade política era um importante fator de atração do IDE.

Gráfico 29 - Estabilidade política do país



Também o sistema político do país foi considerado por 46,3% como importante e 31,7% como muito importante. Segurança no sistema jurídico do IDE, imagem positiva do país e menor risco político do país foram avaliados como importantes no momento da decisão de investir em Cabo Verde. Em relação as políticas de privatizações foram igualmente avaliadas como indiferentes e importantes por 29% das empresas e 26,8% como menos importante. Neste caso, as opiniões das empresas inqueridas não são unânimes. A avaliação das políticas comerciais também é mais ou menos parecida. Quanto aos incentivos fiscais, 46% das empresas ficaram indiferentes e 34% consideraram importantes.

Gráfico 30 - Sistema político do país

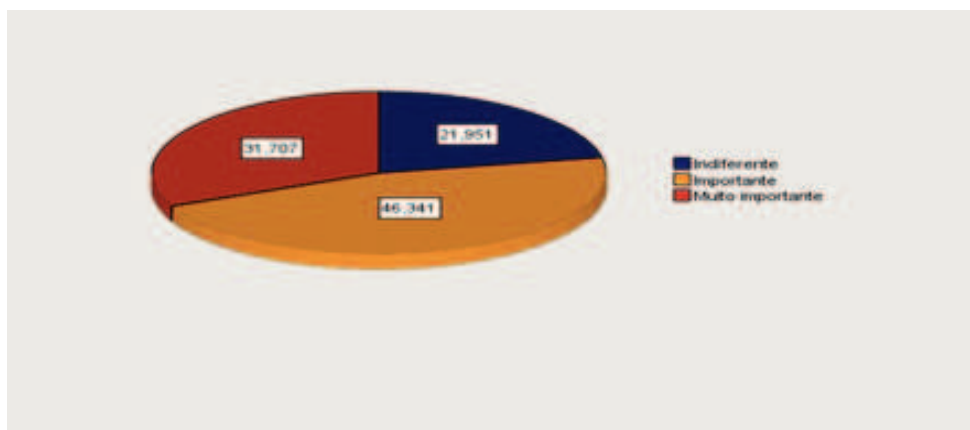


Gráfico 31 - Política de privatizações

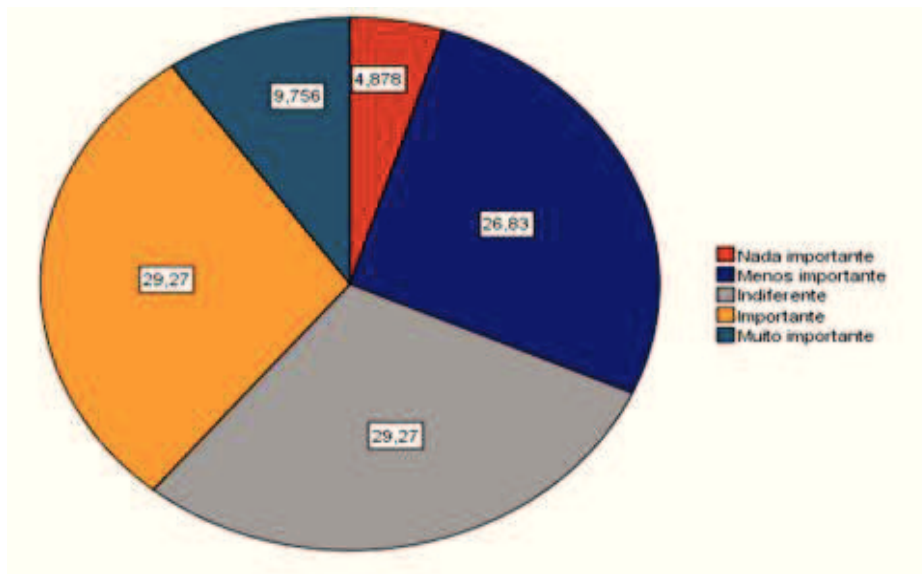


Gráfico 32 - Segurança no sistema jurídico do IDE

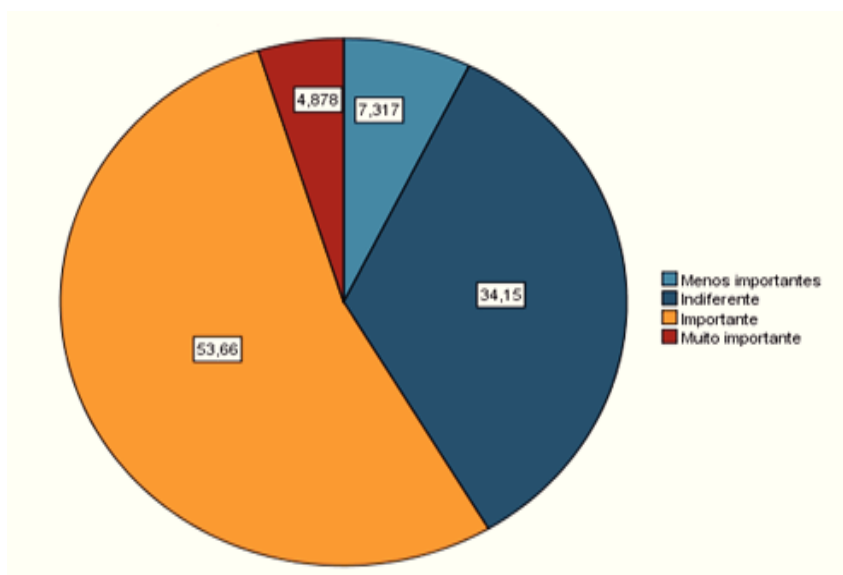


Gráfico 33 - Política comercial

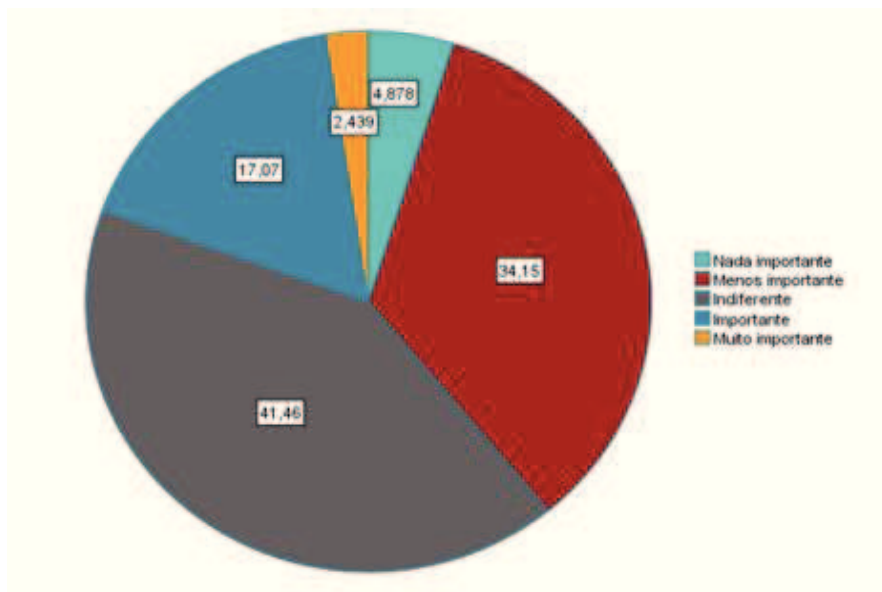


Gráfico 34 - Incentivos fiscais

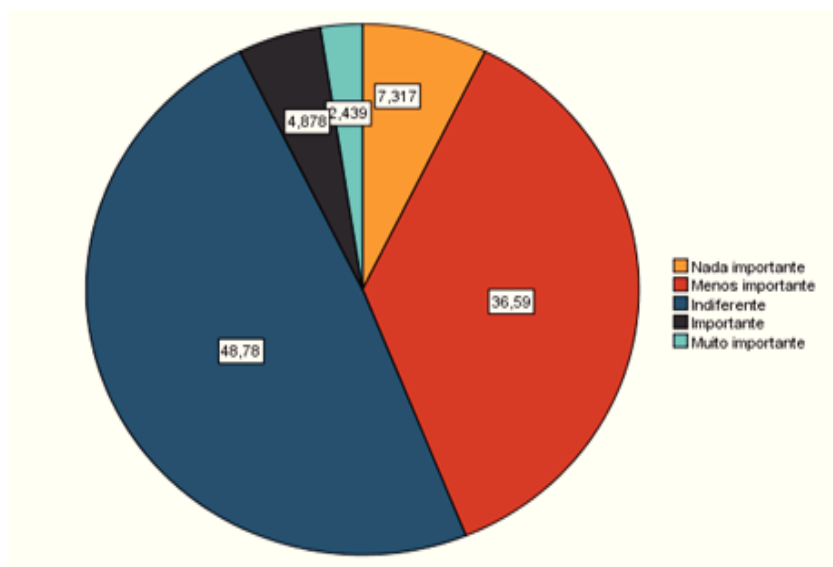


Gráfico 35 - Imagem positiva do país

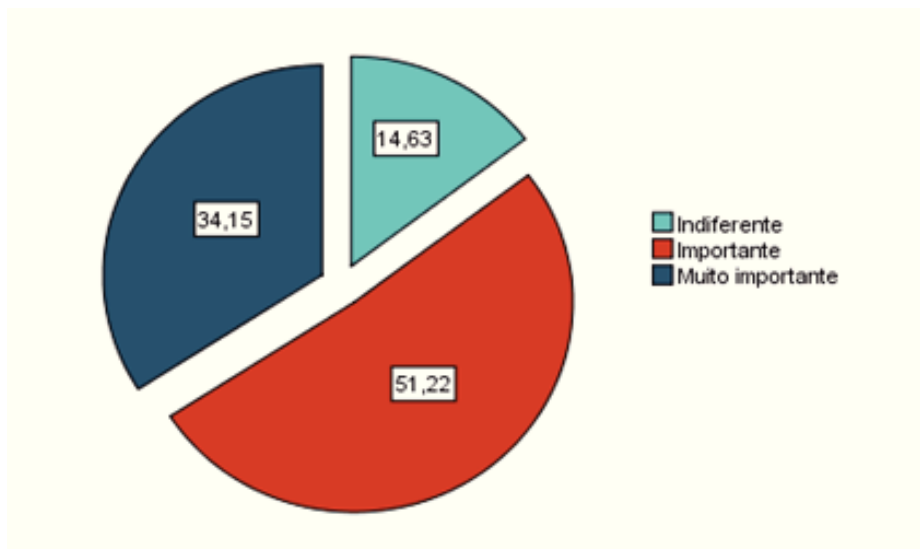
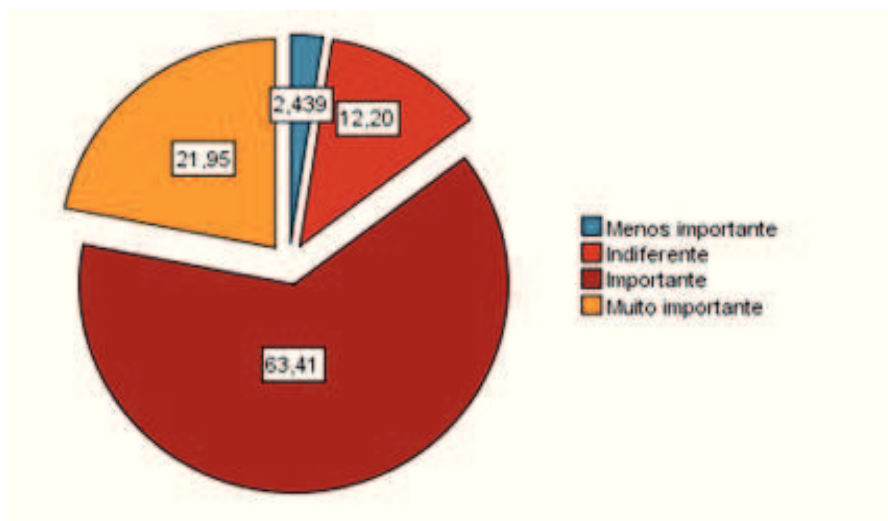


Gráfico 36 - Menor risco político do país



7.1.3 Importância dos fatores culturais

Analisando os fatores culturais (proximidades culturais, língua comum, laços históricos e hábitos comuns) que podem influenciar a decisão do investimento português em Cabo Verde, podemos constatar através da interpretação dos resultados dos gráficos em baixo, que esses reúnem grandes consensos por parte da avaliação das empresas inqueridas. Ou seja, analisando os fatores culturais expostos em particular, podemos dizer que esses fatores foram importantes no momento da decisão do investimento em Cabo Verde. Fatores como proximidades culturais entre os dois países e laços históricos, foram avaliados por uma grande maioria das empresas como muito importante na decisão de investir em Cabo Verde (61,41 e 60,98% respetivamente). Quanto ao fator língua comum, 31,7% das empresas inqueridas avaliaram como sendo muito importante e a mesma percentagem (31,7%) avaliaram como sendo importante. Relativamente aos hábitos comuns, 36,59 % das empresas mostraram-se indiferentes, 29,27% avaliaram como importante, 17% como sendo muito importante, e a mesma percentagem (17%) como menos importante na decisão do investimento.

Gráfico 37 - Proximidades culturais

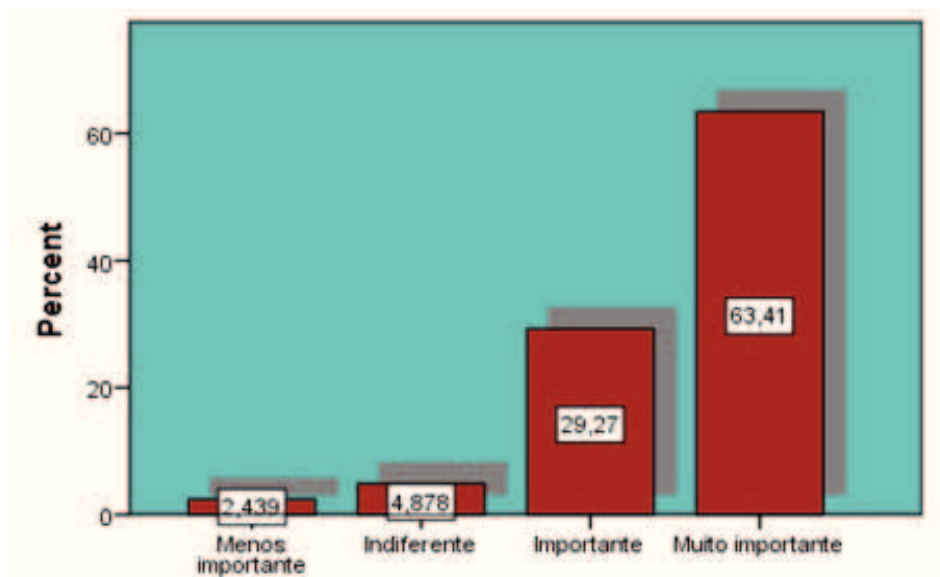


Gráfico 38 - Língua comum

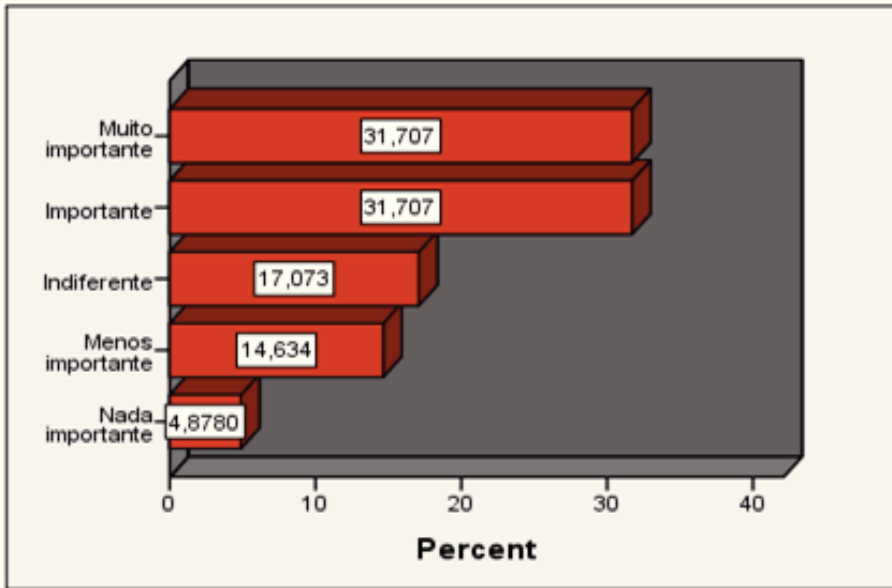


Gráfico 39 - Laços históricos

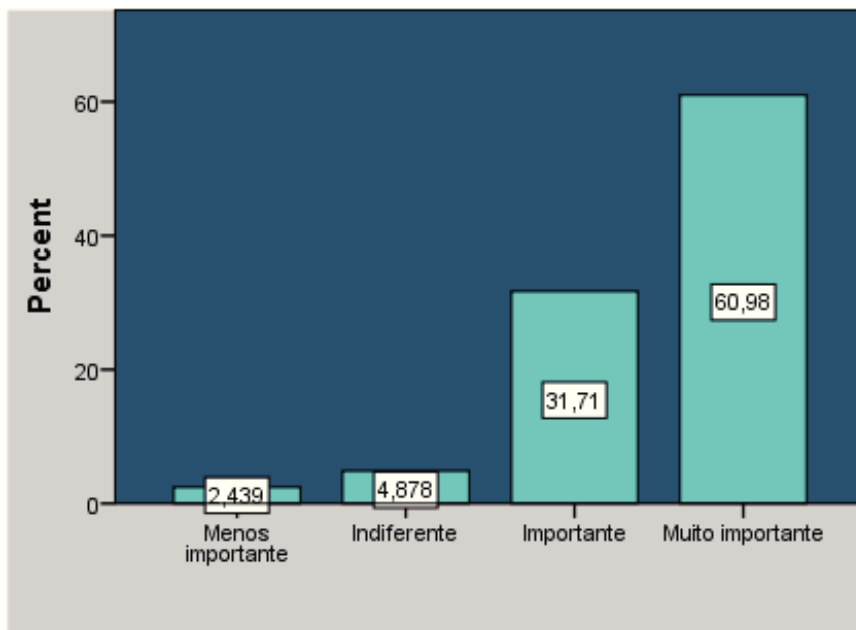
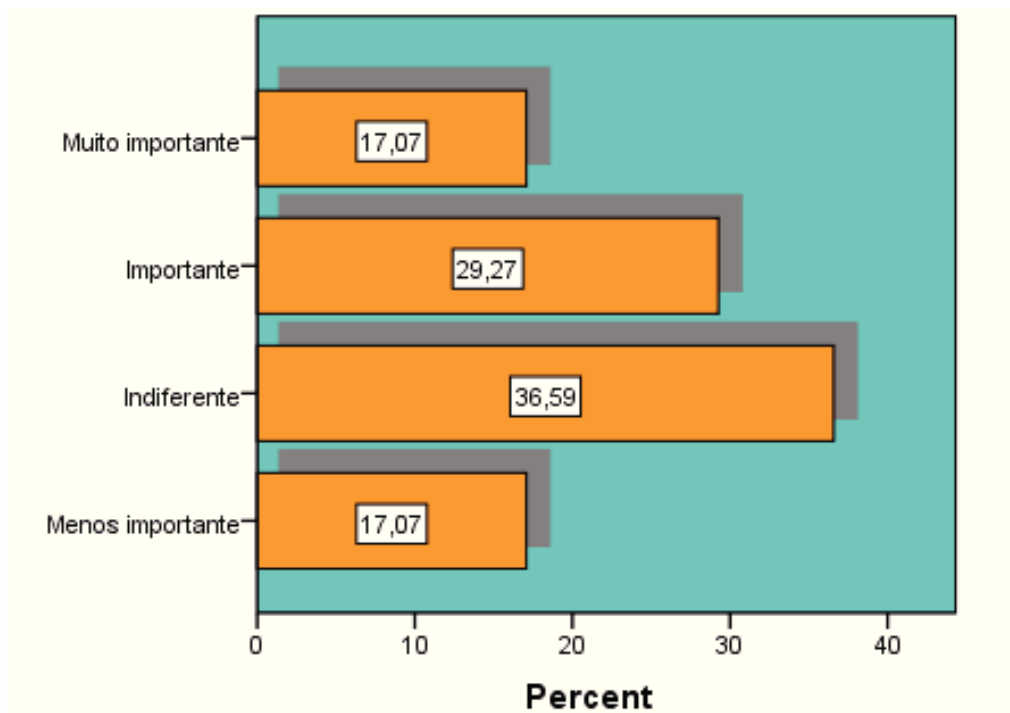
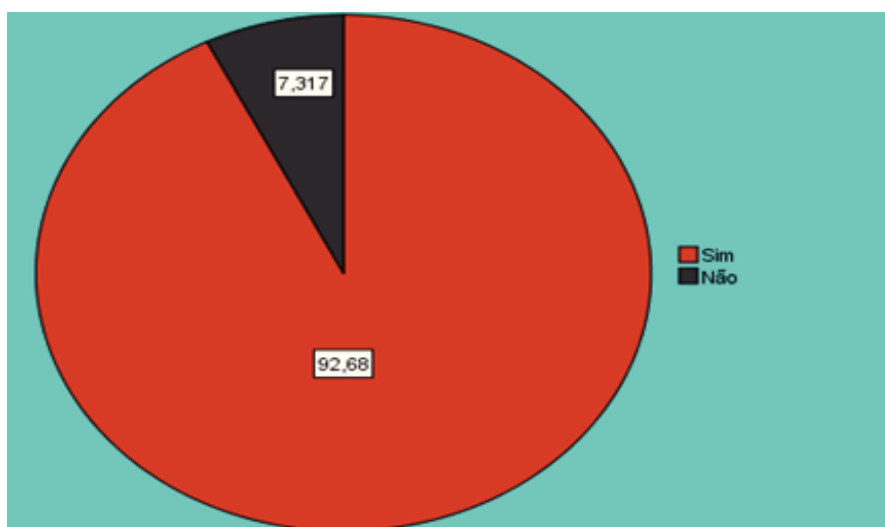


Gráfico 40 - Hábitos comuns



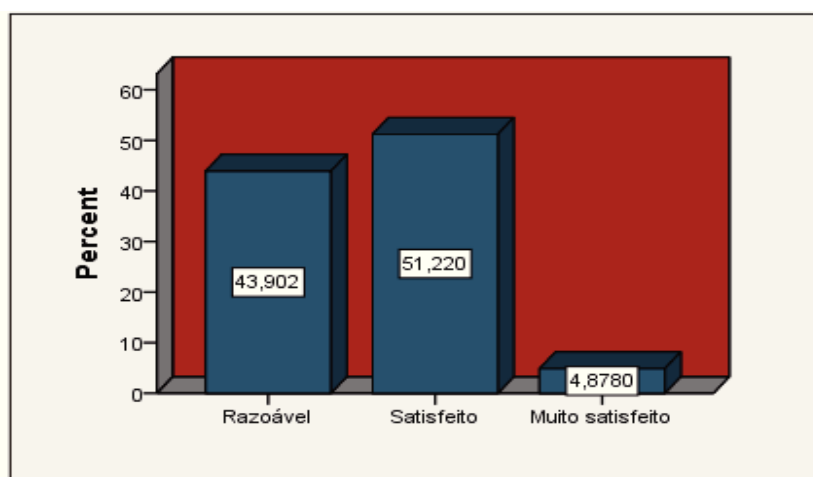
Questionados acerca da permanência ou continuação das razões iniciais que levaram as empresas a investir no país (Cabo Verde), podemos verificar através do gráfico seguinte que a esmagadora maioria das empresas que responderam ao nosso questionário afirmaram que sim (92,7%). Apenas 7,3% das empresas afirmaram que não.

Gráfico 41 - As Razões que levaram a sua empresa a investir no país continuam a ser as mesmas



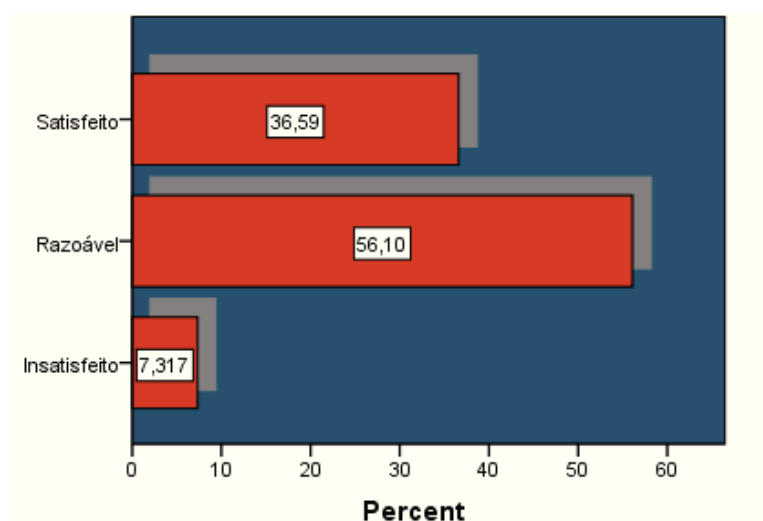
A maioria das empresas inqueridas (51,2%) mostraram-se satisfeitas em relação à qualidade das infraestruturas no país (Cabo Verde), 43,9% consideraram como razoável a qualidade das infraestruturas e apenas 4,9% confessaram estar muito satisfeitas perante o mesmo (qualidade das infraestruturas).

Gráfico 42 - Grau de satisfação em relação à qualidade das infraestruturas



No que diz respeito ao sistema fiscal, a maioria das empresas portuguesas com investimento em Cabo Verde e que responderam ao nosso questionário, classificaram o sistema fiscal do país (Cabo Verde) como sendo razoável (56,1%), 36,6% das empresas estão satisfeitas com o sistema fiscal e apenas 7,3% mostram-se insatisfeitas com o mesmo (sistema fiscal).

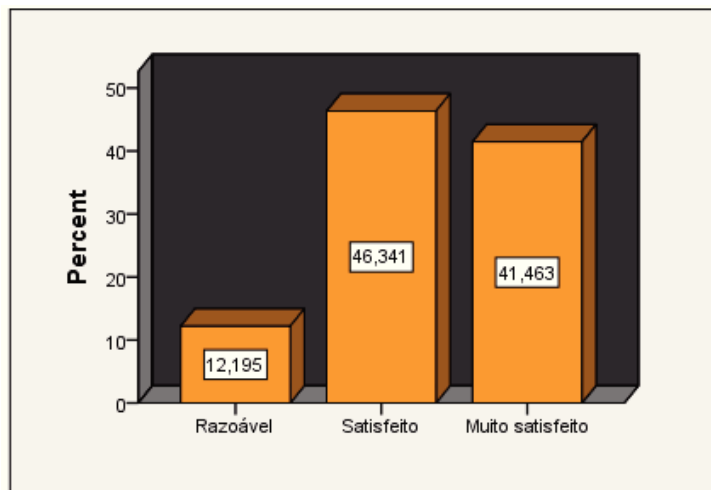
Gráfico 43 - Grau de satisfação em relação ao sistema fiscal do país



O gráfico seguinte permite nos concluir que cerca de 46,3% das empresas estão satisfeitas em relação à mão de obra disponível no país, 41,5% confessaram estar muito satisfeitas e as

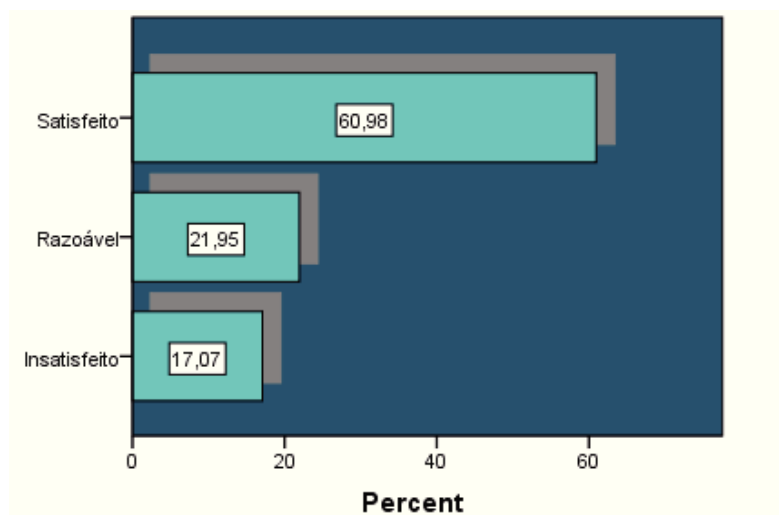
restantes 12,2% das empresas inqueridas confessaram que a mão-de-obra disponível é razoável.

Gráfico 44 - Grau de satisfação em relação à mão de obra disponível



A maioria das empresas inqueridas (60,98%) está satisfeita com a qualidade dos transportes no país e cerca de 17% estão insatisfeitas com o mesmo (qualidade dos transportes).

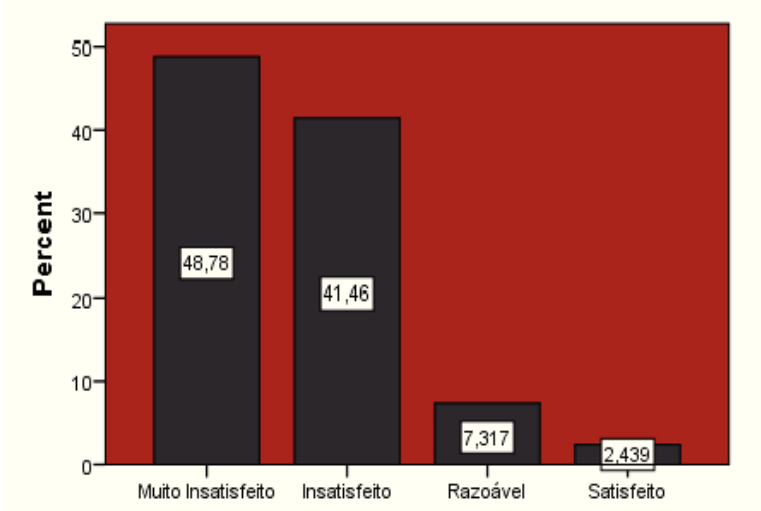
Gráfico 45 - Grau de satisfação em relação à qualidade dos transportes



Analisando o grau de satisfação das empresas portuguesas no país que participaram com no nosso inquérito relativamente à energia ou a qualidade da mesma, a conclusão é muito óbvia.

Quase metade das empresas (48,8%) estão muito insatisfeitas com a energia do país e cerca de 41,5% mostraram-se insatisfeitas. Apenas 2,4% das empresas inqueridas mostraram-se satisfeitas.

Gráfico 46 - Grau de satisfação em relação à energia do país



7.2 Significância estatística

Para testar as hipóteses e saber quais os fatores mais importantes que determinam o investimento português em Cabo Verde, vai ser utilizado a regressão linear múltipla por ser considerado ser o mais pertinente para este caso.

Segundo Pestana e Gageiro (2003), a regressão é um modelo estatístico utilizado para prever o comportamento de uma variável dependente a partir de uma ou mais variáveis explicativas ou independentes. Por seu lado, Coutinho (2011) define a regressão múltipla como uma técnica de análise multivariada que permite determinar a relação entre uma variável critério e uma combinação de duas ou mais variáveis preditoras.

Antes de efetuar a regressão múltipla, teve-se que calcular a média das variáveis que compõem os fatores económicos (crescimento económico do país, dimensão do mercado local, procura de novos mercados, oportunidade de negócios, estabilidade do mercado, mercado atrativo, mercado com fraca concorrência, estabilidade da política cambial possibilidade de exploração das vantagens específicas e possibilidade de exploração da capacidade disponível), fatores políticos (estabilidade política do país, sistema político do país, política de privatizações, segurança no sistema jurídico do IDE, política comercial, incentivos fiscais, acordos com Portugal de promoção e proteção ao investimento, imagem positiva do país e menor risco político) e fatores culturais (proximidade cultural, língua comum, laços históricos e hábitos comuns).

Após calcular a média dos fatores, foi feita uma regressão múltipla em que definiu como variável dependente, a questão qual o seu grau de satisfação com o mercado Cabo-verdiano e como variáveis independentes consideramos a média dos fatores económicos, políticos e culturais. A escolha da questão grau de satisfação com o mercado cabo-verdiano como variável dependente, deve-se ao facto de se ter escolhido a questão qual a percentagem que as operações em Cabo Verde representam no total da operação da sua empresa no estrangeiro, como variável dependente e não ter sortido grandes efeitos.

Utilizando o grau de satisfação com o mercado cabo-verdiano como variável dependente e as médias dos fatores económicos, políticos e culturais como variáveis independentes, pode-se fazer a seguinte leitura:

Através da tabela do Model Summary, podemos analisar o Coeficiente de Correlação de Pearson (R), que varia entre -1 e 1. Este indicador permite-nos ver o grau de correlação que existe entre as variáveis. Neste caso valor do R=0,510, o que significa que existe uma correlação positiva moderada entre as variáveis.

A tabela do Model Summary permite nos ainda analisar o Coeficiente de Determinação (R Square), que varia entre 0 e 1 e nos dá a qualidade do ajustamento e a proporção da variância que é explicado pelo modelo. Quanto mais próximo de 1, mais a variabilidade da variável dependente é explicada pelas variáveis independentes. Neste caso o R Square =0,260, o que significa que a qualidade do ajustamento do modelo não é tão forte. Apenas 26% do grau de satisfação com o mercado Cabo-verdiano é explicado dos fatores económicos, políticos e culturais.

Tabela 9 - Variáveis dependentes

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	Fatores_Culturais, Fatores_Políticos, Fatores_Economicos ^b	.	Enter

a. Dependent Variable: Qual o seu grau de satisfação com o mercado Cabo-verdiano

b. All requested variables entered.

Tabela 10 - Model summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,510 ^a	,260	,200	,625

a. Predictors: (Constant), Fatores_Culturais, Fatores_Políticos, Fatores_Economicos

Através do nível de significância, podemos dizer que o modelo estimado mostra-se adequado para descrever a relação entre os fatores económicos, políticos e culturais com a satisfação no mercado cabo-verdiano. Pois o nível de significância de 0,010 é inferior a 0,05% (Ver o quadro seguinte). Logo, podemos dizer que o modelo é bom.

Tabela 11 - Anova

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	5,074	3	1,691	4,335	,010 ^b
	Residual	14,438	37	,390		
	Total	19,512	40			

a. Dependent Variable: Qual o seu grau de satisfação com o mercado Cabo-verdiano

b. Predictors: (Constant), Fatores_Culturais, Fatores_Políticos, Fatores_Economicos

O teste t na tabela dos coeficientes, indica-nos os fatores mais relevantes para explicar o investimento português em Cabo Verde. Analisando este parâmetro e considerando um nível de significância de 10%, podemos verificar que os fatores que explicam o investimento direto português em Cabo Verde são os fatores económicos e os fatores políticos. Assim, de acordo com o método de análise adotado, os fatores económicos e políticos são os fatores que mais explicam o investimento português em Cabo Verde.

Tabela 12 - Coefficients

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	,534	1,071		,499	,621
	Fatores_Economicos	,505	,284	,301	1,780	,083
	Fatores_Políticos	,484	,279	,273	1,735	,091
	Fatores_Culturais	,053	,167	,052	,316	,754

a. Dependent Variable: Qual o seu grau de satisfação com o mercado Cabo-verdiano

O resultado global permite-nos ter uma visão de quais fatores estiveram na base ou que de uma forma ou outra influenciaram os investidores ou empresas portuguesas na escolha do mercado cabo-verdiano.

Através dos resultados expostos, podemos dizer que as hipóteses H1 e H2 foram suportadas ou confirmadas.

Hipótese 1: Espera-se que fatores políticos sejam apontados como um dos determinantes impulsionadores do Investimento Direto Português (IDP) em Cabo Verde.

Hipótese 2: Espera-se que os fatores económicos sejam apontados como um dos determinantes do Investimento Direto Português (IDP) em Cabo Verde.

Este resultado permite apoiar as os vários estudos efetuados e aos quais concluíram que os fatores de natureza económicos e políticos estão são os principais determinantes do IDE. Como por exemplo: Dunning (2004); costa (2003).

Os resultados não nos permitem apoiar os autores como costa (2002); Ribeiro e Santos (2001), em relação aos fatores culturais, uma vez que de acordo com análise das regressões, os resultados não foram significativos para os fatores culturais. Ou seja, a hipótese 3 não foi suportada.

8. Conclusão

O objetivo deste estudo consistia na identificação dos fatores determinantes para o investimento direto português em Cabo Verde. Para tal, além da utilização de fontes de informações secundárias, foram também recolhidos informações primários através da técnica do questionário.

Após a análise dos dados e do método da análise utilizada, concluiu-se que os fatores mais importantes para a determinação do investimento direto português em Cabo Verde são os fatores económicos e políticos.

Tendo como base o país de destino do investimento, estudos anteriores como o de Dunning (2004); Costa (2003); Nonenberg e Mendonça (2004); Nunnenkamp e Spatz (2002), concluíram que fatores económicos tais como: crescimento económico do país, dimensão do mercado, processos de privatizações, procura de mercados, grau de abertura dos países entre outros, são importantes fatores que contribuem para a atração do investimento direto

estrangeiro. Assim, pode-se igualmente concluir que os fatores económicos determinam o investimento português em Cabo Verde. A análise dos resultados permitem concluir que fatores como: crescimento económico do país, procura de novos mercados, estabilidade do mercado e atratividade do mesmo, foram considerados importantes na decisão do investimento em Cabo Verde.

Analisando os fatores políticos, os resultados confirmam a sua importância para a atração do investimento direto português em Cabo Verde. Fatores como estabilidade política do país, imagem positiva do país, menor risco político do país, sistema político do país, segurança no sistema jurídico do IDE e políticas de privatizações foram avaliados como sendo de fatores que exercem grande influência no momento da decisão. Os resultados permitem-nos apoiar o quadro político desenvolvido por Dunning (2004).

Relativamente aos fatores Culturais, autores como Costa (2002) e Costa (2003), através dos estudos efetuados concluíram que proximidades geográficas e culturais, e afinidades culturais são importantes fatores no investimento estrangeiro. De acordo com os resultados do deste modelo, os fatores culturais não foram significativos, apesar de os inquiridos terem caracterizado itens como: proximidades culturais, língua comum e laços históricos como importantes no momento da decisão do investimento em Cabo Verde. Comparativamente com os fatores económicos e políticos, os fatores culturais não foram significativos. Este facto, pode estar relacionado com os setores de atividades das empresas que responderam aos questionários e também pode estar relacionado com o facto de a grande maioria das empresas que responderam os questionários (63,89%) estarem localizadas na ilha de Santiago e não ser considerada a ilha mais cultural. Deste modo, os resultados não nos permitem corroborar com os estudos com os autores Costa (2002) e Costa (2003).

Desta forma conseguiu-se suportar duas das três hipóteses apresentadas. A Hipótese 1: espera-se que fatores políticos sejam apontados como um dos determinantes impulsionadores do Investimento Direto Português (IDE) em Cabo Verde. E a Hipótese2: espera-se que os fatores económicos sejam apontados como um dos determinantes do Investimento Direto Português (IDP) em Cabo Verde. A Hipótese3: espera-se que os fatores culturais sejam identificados como fatores que determinam o investimento português em Cabo Verde, não foi suportada.

Analisando o grau de satisfação das empresas portuguesas com o mercado cabo-verdiano, de um modo geral podemos concluir que estão satisfeitas ou muito satisfeitas. No que se refere à qualidade das infraestruturas no país, mão-de-obra disponível, disponibilidade da capacidade disponível, qualidade dos transportes e sistema fiscal, que também são considerados fatores importantes na atração do investimento estrangeiro, os resultados são satisfatórios. Ou seja, de um modo geral as empresas estão satisfeitas.

Analisando o grau de satisfação das empresas Portuguesas com investimento em Cabo Verde em relação à energia no país, os resultados permitem concluir que a maioria das empresas (48,78%) das empresas estão muito insatisfeitas e 41,46% estão insatisfeitas. Apenas 2, 44% das empresas estão satisfeitas com a energia. Apesar de não se poder relativizar este resultado para todas as ilhas (visto que a maioria das empresas inquiridas estarem instaladas na Cidade da Praia onde o problema da energia é o mais notório), não se pode deixar de dar as nossas sugestões aos responsáveis do país (governo), no sentido de resolver este problema o mais rapidamente possível, já que se trata de um bem essencial para os particulares e para as empresas.

8.1 Contribuição para o conhecimento

Com a realização deste estudo, ficamos com o conhecimento mais amplo e aprofundado em relação ao IDE e dos determinantes que contribuam para a sua atração.

Este estudo permitiu-nos ter uma visão mais ampla de como tem evoluído o investimento português no mundo ao longo dos últimos anos e em particular em Cabo Verde.

Por último, este estudo permitiu-nos alargar horizontes no que diz respeito aos fatores considerados importantes para a atração dos investimentos estrangeiros nos vários países, através dos vários estudos empíricos realizados e ficamos também a saber que os determinantes do IDE variam de país para país.

8.2 Limites da investigação

Ao longo deste estudo, deparamos com algumas limitações que de uma forma ou outra condicionou o nosso estudo e que posteriormente podem ser colmatadas com pesquisas futuras. A primeira limitação prende-se com ausência de dados sobre o IDP em Cabo Verde referente ao ano 2011 e por setores de atividade.

A segunda limitação, é que não existe um registo completo de todas as empresas portuguesas existentes em Cabo Verde, o que atrasou o processo de recolha dos dados e ficamos sem saber do número exato das empresas portuguesas existentes em presentes em Cabo Verde.

Por último e, se calhar a mais importante limitação, deve-se a falta de colaboração de muitas empresas no momento da recolha dos dados, Em especial, as instituições de ensinos portugueses presentes em Cabo Verde, que apesar de muita insistência da nossa parte com envios de e-mails a pedir a colaboração para com o nosso estudo, não o fizeram. Sendo assim, ficamos sem saber as opiniões de todas as empresas que pretendíamos inquirir.

8.3 Sugestões para as pesquisas futuras

Face às situações que tornaram o estudo limitado e tendo em conta os resultados, sugere-se as seguintes sugestões como sendo objeto de investigações futuras:

- Alargar o estudo a uma dimensão maior, a fim de perceber melhor os fatores que estarão por detrás da escolha do mercado Cabo-verdiano;
- Perceber porquê que do IDE em Cabo Verde tem vindo a decrescer;
- Quais os aspetos que os investidores estrangeiros pertencentes aos outros países valorizam na escolha do mercado cabo-verdiano;
- Estender o estudo sobre os IDP para mais países dos PALOPs, a fim de comparar os determinantes nos outros países e Cabo Verde.
- Por último, alargar o estudo a mais setores de forma a ter melhor perceção das empresas estrangeiras em relação aos fatores culturais.

Bibliografia

African Economic Outlook, (2010). Perspectivas económicas em África 2010

Aguiar, S., Gulamhussen, M. (2009). O Impacte do Risco Político no Investimento Directo Estrangeiro: O caso do Brasil como país de destino. Edições Sílabo, Lisboa.

BCV, (2011). Relatório e Contas 2010, Cidade da Praia.

BCV, (2012). Relatório e Contas 2011, Cidade da Praia.

Bell, J. (2004). Como Realizar um Projecto de Investigação. Lisboa: Gradiva.

Bevan, A., Estrin, S. (2000). The Determinants of Foreign Direct Investment into European Transition Economies, *Journal of Comparative Economics* 32 (2004) 775–787

Bitzenis, A., Marangos, J., & Nuskova, V. (2007), Motives for Foreign Direct Investment in the Manufacturing Sector in FYR Macedonia, *Post-Communist Economies*, Vol. 19, n.º 4, pp. 505-527.

Buckley, J., & Casson, M. (1976). *The Future of the Multinational Enterprise*, Londres, Macmillan

Blomström, M., & Kokko, A. (1998). Multinational Corporations and Spillovers, *Journal of Economic Surveys*, Vol. 12, No. 2, Boston, pp. 247-277.

Blonigen, A. (2005). A Review of the Empirical Literature on FDI Determinants, *Atlantic Economic Journal*, Cambridge, Massachusetts: NBER (Working Paper N° 11299).

Campos, N. F., & Kinoshita, Y. (2003). Why does FDI go where it goes? New Evidence From the Transition Economies. FMI Institute, Nov. 2003 (FMI Working Paper).

Castro, R. (2010). *Motivações para a Realização de Investimento Directo Estrangeiro em Portugal: Projectos de Raiz versus Aquisições*, Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Tese de Mestrado).

Caves, R. (1971). *International Corporations: The Industrial Economics of Foreign Investment*, *Economic*, vol. 38 Fev, 1-27.

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Editora Almedina.

Costa, T. (2002). *Determinantes e Estratégias Empresariais do IDP em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado.

Costa, C. (2003). *Investimento Português no Brasil: Determinantes Tradicionais e Contribuição da Proximidade Cultural*. (Tese de Doutoramento).

Coase, R.H. (1937). *The Nature of the Firm*, *Economica*, New Series, Vol. 4, 386-405.

CE, (2012). *Regulamento da União Europeia nº 555/2012 da comissão de 22 de junho*. *Jornal oficial da União Europeia*.

Dunning, J. H. (1977). *Trade, Location of Economic Activity and the MNE: A Search for an Eclectic Approach.*” In Bertil Ohlin, Per-Ove Hesselborn, and Per Magnus Wijkman, eds., *The International Allocation of Economic Activity*. London

Dunning, J. H. (1981). *International Production and the Multinational Enterprise*, George Allen & Unwin, Londres.

Dunning, J. H. (1988) *Explaining International Production*, Unwin Hyman, Londres.

Dunning, J. H. (2000). *The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity*, *International Business Review* 9, Reading University, UK and Rutgers University, USA 163–190.

Dunning, J. H. (2003). *Determinants of Foreign Direct Investment: Globalization-*

Induced Changes and the Role of Policies, Annual World Bank Conference on Development Economics-Europe 2003, The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, pp. 283 – 284.

Feldstein, M. (2000). Aspectos da Integração Econômica Global: Perspectivas para o Futuro, NBER Working Paper No. 7899 (Cambridge, Massachusetts: National Bureau of Economic Research).

FMI, (2004), Foreign Direct Investment: Trends, Data Availability, Concepts and Recording Practices, Washington.

Hoz, A. (1985). Investigación Educativa: Dicionário Ciências da Educação, Madrid: Ediciones Anaya, S.A.

Hood, N., & Young, S. (1979). The Economics of Multinational Enterprise, Macmillan, Londres.

Hymer, S. (1960). The International Operations of National Firms: a Study of Direct Investment, doctoral dissertation, McGill University.

Júnior, A. (2005). Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil, Belo Horizonte, MG UFMG/Cedeplar (Tese de Mestrado).

Kudina, A. (1999). The Motives for Foreign Direct Investment in Ukraine, National University Kyiv-Mohyla Academy.

Nascimento, L. (2008). Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde, Dissertação de Mestrado, ISCTE.

Nonnenberg, M., & Mendonça, M. (2004). Determinantes dos Investimentos Directos Externos em Países em Desenvolvimento, IPEA, Texto para Discussão n.º 1016, Rio de Janeiro, 2004.

Nunnenkamp, P., & Spatz, J. (2002). Determinants of FDI in Developing Countries: Has Globalization Changed the Rules of the Game? *Transnational Corporations*, vol. 11, n.2, pp.1-34.

OCDE, (1996), *Benchmark Definition of Foreign Direct Investment*, 3ª Edition of Organization for Economic Co-Operation and Development.

OCDE, (2003), *International Investment Perspectives: 2002 Edition*.

OCDE, (2003). *Checklist for foreign direct investment incentive policies*, Paris.

Pestana, M. H.; Gageiro, J. N (2003). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. 2.ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lisboa.

Pestana, M. H.; Gageiro, J. N (2005). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*, Lisboa, Sílabo.

Ragazzi, G., 1973. *Theories of the Determinants of Foreign Direct Investment*, FMI, Staff papers, 471-498.

Ribeiro, J., & Santos, J. (2001), *Factores de Atracção da Empresa Estrangeira: a Experiência Portuguesa*, Comunicação na Conferência “Encontro de Economistas de Língua Portuguesa”, Edição 4, Évora 2001.

Root, F. (1978). *International Trade and Investment*, Cincinnati, OH, South-Western Publishing.

Silva, J. (2005). *A Internacionalização das Empresas Portuguesas: A Experiência Brasileira*- Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa.

Tatoglu, E., & Glaister, K. (1998). An analysis of motives for western FDI in Turkey, *International Business Review*, Vol. 7, pp. 203 – 230.

UNCTAD, (1998). *World Investment Report 1998: Trends and Determinants*.

UNCTAD, (1999). World Investment Report 1998 – Trends and Determinants. New York e Genebra: UNCTAD.

UNCTAD, (2010). World Investment Prospects Survey, 2010–2012. New York and Geneva: United Nations.

UNCTAD, (2012). World Investment Report 2012, Towards a New Generation of Investment Policies. New York and Geneva: United Nations.

Anexos

Anexo 1 – Questionário a aplicar às Empresas

Este inquérito tem por objetivo saber a opinião dos investidores Portugueses em relação aos fatores que são determinantes para o investimento em Cabo Verde.

O inquérito é confidencial e destina-se exclusivamente à realização do trabalho da dissertação do mestrado em Negócios Internacionais.

Parte I

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

1. Identificação do Responsável pelo Preenchimento do Inquérito

Administrador/a Diretor/a Gerente

Outra Qual? _____

2. Caracterização da Empresa

Designação da Empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ Fax: _____

E-mail: _____

Ilha: _____ Início da Atividade em Cabo Verde: _____

3. Natureza Jurídica da Empresa:

Sociedade por Quotas Sociedade Coletiva
Sociedade Anónima Sociedade Comanditas
Outra Qual? _____

4. Volume de Vendas por Ano (Valores em Milhões de Euros):

<2 Milhões de Euros Entre 2 Milhões a 10 Milhões de Euros
Entre 10 Milhões a 50 Milhões de Euros > 50 Milhões de Euros

5. Número de Colaboradores:

1 a 9 Colaboradores 10 a 49 50 a 249 >= 250

6. Sector de Atividade da Empresa

Comércio Combustíveis Energia Indústria Transportes
Banca Construções Telecomunicações Serviços Turísticos
Imobiliária Ensino Hotelaria Outros Quais? _____

7. Tipologia do Investimento Direto Estrangeiro

Criação de novas empresas com capital 100% português

Aquisição total ou parcial de empresas já estabelecidas,
capital misto, de origem do IDE e Cabo-verdiana.

Outras operações Quais? _____

8. Há quantos anos opera no mercado cabo-verdiano?

<5 5-10 10-15 >15

9. Qual a percentagem que as operações (IDE) em Cabo Verde representam no total das operações da sua empresa no estrangeiro?

<5% 5-15% 15-30% 30-50% 50-75% 100%

Parte II

RAZÕES DO INVESTIMENTO PORTUGUÊS EM CABO VERDE

10. A sua empresa já tinha experiência prévia no mercado Cabo-verdiano?

Sim Não

11. Numa escala de 1 a 5 (em que 1= Nada importante e 5= Muito importante), avalie as razões que levaram a sua empresa a investir no mercado Cabo-verdiano?

	Grau de Importância				
Fatores Económicos	1	2	3	4	5
Crescimento económico do país					
Dimensão do mercado local					
Procura de novos mercados					
Oportunidade de negócio					
Estabilidade do mercado					
Mercado atrativo					

Mercado com fraca concorrência					
Estabilidade da política cambial					
Possibilidade de exploração das vantagens específicas					
Possibilidade exploração da capacidade disponível					

	Grau de Importância				
Fatores Políticos	1	2	3	4	5
Estabilidade política do país					
Sistema político do país					
Política de privatizações					
Segurança no sistema jurídico do IDE					
Política comercial (barreiras tarifárias)					
Incentivos fiscais					
Imagem positiva do país					
Menor risco político no país					

	Grau de Importância				
Fatores Culturais	1	2	3	4	5
Proximidade cultural					
Língua comum					
Laços históricos					
Hábitos comuns					

12. As razões que levaram a sua empresa a investir no país continuam a ser as mesmas?

Sim Não Se não, quais às que mudaram? _____

13. Qual o seu grau de satisfação com o mercado Cabo-verdiano?

M. Insatisfeito	Insatisfeito	Razoável	Satisfeito	M. Satisfeito

14. Numa escala de 1 a 5 em que (1= muito insatisfeito e 5 = muito satisfeito), indique o seu grau de satisfação relativamente aos seguintes factores:

Fatores	1	2	3	4	5
Qualidade das infra-estruturas					
Sistema fiscal					
Mão-de-obra disponível					
Qualidade dos transportes					
Energia					

Anexo 2 – Lista das empresas portuguesas em Cabo presentes em Cabo Verde

- **Aluguer de Automóveis:** Avis, Hertz
- **Automóveis:** Salvador Caetano; Auto Sueco
- **Banca e Serviços Financeiros:** Banif, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixa Geral de Depósitos, Cotacâmbios, Banco Espírito Santo; Banco Português de Gestão
- **Calçado:** ACO
- **Combustíveis:** Galp Internacional
- **Comércio:** Casa Senna (desporto), FCV, Proa e Timóteo Frutas (distribuição alimentar); Resul (equipamentos de energia)
- **Confecções e Vestuário:** Afriber, Impetus
- **Construção, Engenharia e Arquitectura:** Armando Cunha, Consequi Cabo Verde, Construções MonteAdriano, Mota-Engil, MSF, Opway e Somague; NLA-Nuno Leónidas Architectos
- **Consultadoria e Formação:** BDO e PriceWaterhouseCoopers (Fiscal); Efectivo (Contabilidade); Focus Group (Engenharia e Arquitectura); Leadership Business Consulting (Gestão); Mundiserviços; Multipessoal (Formação e Recursos Humanos)
- **Energia:** MTCV (Infraestruturas); Sisil e Vercor (Material Eléctrico)
- **Ensino:** Universidade Lusófona, Universidade Piaget
- **Hotelaria:** Grupo Oásis Atlântico, Grupo Pestana
- **Imobiliária:** Design Resorts, Sacramento Campos
- **Materiais de Construção:** Cimpor, Secil, Construsan e Prelage
- **Saúde:** Labesfal Farma
- **Serviços diversos:** Sonasa (segurança)

- **Serviços Turísticos:** CVTS, Neptunus, Seara Real, Solférias e Soltrópico
- **Telecomunicações:** Portugal Telecom Internacional; Compta
- **Transportes e Serviços Conexos:** TAP (Transportes aéreos); David José Pinho & Filhos, Horus, Marmod, NCL, Portmar e Tiba (Transitários)

Fonte: Câmara de Comercio Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde (CCITPC)

Anexo 3 – Lei do investidor externo

**LEI N 89/IV/93
De 13 de Dezembro de 1993**

Por mandato do Povo a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 186º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

(Objecto)

A presente lei estabelece as condições gerais da realização de investimentos externos em Cabo Verde, bem como os direitos, garantias e incentivos atribuídos no âmbito do investimento externo.

Artigo 2º

(Âmbito de aplicação)

O presente diploma aplica-se aos investimentos externos directos realizados em qualquer sector de actividade económica e às situações jurídico-negociais que, neste âmbito, implicam o exercício da posse ou da exploração de empreendimentos de carácter económico.

Artigo 3º

(Investimento externo)

1. Considera-se investimento externo toda a participação em actividades económicas realizada, nos termos da lei, com contribuições susceptíveis de avaliação pecuniária provenientes do exterior.
2. Para efeitos do disposto no n.º 1, são havidas como contribuições provenientes do exterior:
 - a) A moeda livremente convertível transferida directamente do exterior ou depositada em instituições financeiras legalmente estabelecidas, em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor;
 - b) Os bens, serviços e direitos importados sem dispêndio de divisas para o País;

c) Os lucros e dividendos produzidos por um investimento externo e reinvestidos, nos termos da lei, na mesma ou noutra actividade económica.

3. O investimento externo pode consistir no seguinte:

a) Criação de uma nova empresa em Cabo Verde, em nome individual ou em sociedade;

b) Criação de sucursais ou outra forma de representação de empresas legalmente constituídas no estrangeiro, nos termos e condições previstos na legislação cabo-verdiana aplicável;

c) Aquisição de activo de empresa já existente;

d) Aquisição de partes sociais ou aumento de participação social em empresa já constituída em Cabo Verde.

e) Contrato que implique o exercício da posse ou de exploração de empresas, estabelecimentos, complexos imobiliários e outras instalações ou equipamentos destinados ao exercício de actividades económicas;

f) Cessão de bens de equipamento em regime de “leasing” ou regimes equiparados, bem como em qualquer outro regime que implique a manutenção dos bens na propriedade do investidor ligado à entidade receptora por acto ou contrato no âmbito das alíneas anteriores;

g) Empréstimos ou prestações suplementares de capital realizado directamente por investidor externo às empresas em que participe, bem como quaisquer empréstimos ligados à participação nos lucros.

Artigo 4º

(investidor externo)

Considera-se investidor externo qualquer pessoa singular ou colectiva, nacional ou estrangeira, que realize um investimento externo devidamente autorizado nos termos da lei.

Artigo 5º

(Sujeição a autorização e registo)

1. São sujeitas a autorização prévia do Ministro responsável pela área do planeamento e a registo no Banco de Cabo Verde.

a) A realização das operações de investimento externo, tal como definidas no número 3 do artigo 3º;

b) As revisões dos contratos abrangidos no âmbito da alínea e) do número 3 do artigo 3º, sempre que impliquem a entrada de novos investidores externos como partes contratantes ou a alteração de condições financeiras em moldes não previstos no contrato inicial.

2. São igualmente sujeitas a registo no Banco de Cabo Verde a alienação de empresas, sucursais, outras formas de representação, bem como todas as alterações de participações sociais ou de contrato que constituem investimento externo nos termos do artigo 3º, número 3. 3. São dispensados de autorização prévia referida no número 1:

a) Os aumentos de participação social de investidores externos em empresas, sucursais ou outras formas de representação empresarial nas quais já anteriormente detivessem participações;

b) As transacções de participações de empresas, sucursais ou outras formas de representação empresarial, quando realizadas entre investidores externos que já anteriormente detivessem participações nessas entidades;

c) As operações compreendidas no âmbito da alínea g) do número 3 do artigo 3º. 4. Porém as condições referentes a prazos e taxas de juro das operações referidas na alínea c) do número anterior, ficam sujeitas a prévia aprovação do Banco de Cabo Verde.

Artigo 6º

(Legislação aplicável)

1. O investimento externo subordina-se à presente lei, seus regulamentos e demais diplomas legais vigentes na República de Cabo Verde.
2. As actividades económicas com participação de investimento externo subordinam-se à forma jurídica e aos regimes estabelecidos na lei vigente na República de Cabo Verde e aplicável aos respectivos sectores de actividade, designadamente no que se refere às condições de acesso e exercício e aos incentivos aplicáveis.

CAPÍTULO II DAS GARANTIAS

Artigo 7º

(Não discriminação)

1. Estado garante um tratamento justo e equitativo ao investidor externo e aos empreendimentos com participação de investimento externo.
2. Os investidores externos recebem, salvo o disposto no presente diploma, um tratamento idêntico ao dos restantes investidores, relativamente aos direitos e obrigações decorrentes da legislação cabo-verdiana.
3. Os investidores externos de nacionalidade não cabo-verdiana recebem todo o mesmo tratamento, sob reserva de disposições específicas contidas em tratados ou acordos firmados entre a República de Cabo Verde e outros Estados.

Artigo 8º

(Segurança e protecção)

1. O Estado garante a segurança e a protecção dos bens e direitos compreendidos no âmbito do investimento externo, os quais não podem ser nacionalizados ou expropriados.
2. Exceptua-se do disposto no número anterior a expropriação, com fundamento em utilidade pública, nos termos da lei, a qual confere sempre ao investidor

externo direito a justa a indemnização, baseada no valor real e actual do investimento à data da declaração de utilidade pública.

3. O montante da indemnização a que se refere o n.º 2 antecedente é fixado por comum acordo entre o Governo e o investidor ou, na falta de acordo, segundo os procedimentos de arbitragem estabelecidos no artigo 17º.

A indemnização a que se refere o n.º 2 é livremente transferível para o estrangeiro e será paga, com prontidão e sem demoras injustificadas, na moeda livremente convertível que for acordada entre o Governo e o investidor externo, vencendo juros, à taxa LIBOR, a 30 dias aplicável à moeda em causa, desde o dia da sua fixação até ao dia do seu efectivo pagamento.

Artigo 9º

(Sobre a transferência de divisas)

1. É garantida a todo o investidor externo a transferência para o exterior, em moeda livremente convertível e à taxa de câmbio em vigor em Cabo Verde à data do pedido de transferência de todos os montantes a que tenha legalmente direito em consequência de operações de investimento externo devidamente registadas nos termos do artigo 6º, designadamente os seguintes:

- a) Dividendos e lucros que lhe sejam distribuídos em resultados dos investimentos externos que tenham efectuado;
- b) Capitais provenientes da alienação, liquidação ou extinção de empresas, sucursais ou outras formas de representação ou de participação empresariais que constituam seu investimento externo, bem como dos provenientes da alienação de activos ligados à exploração dessas entidades que sejam da propriedade do investidor;
- c) Quaisquer montantes que lhe sejam devidos em virtude de contractos que constituem investimento externo nos termos da alínea e) do número 3 do artigo 3º;

d) Prestações referentes a amortizações e juros de operações financeiras que constituem investimento externo nos termos da alínea f) e g) do número 3 do artigo 3º;

e) Rendimentos pessoais obtidos no exercício de funções de gestão ou administração no âmbito de actividades económicas em que participem como investidor externo.

2. Uma vez cumpridas as obrigações fiscais relativas aos capitais a transferir e efectuados os registos das operações do investimento externo, em conformidade com o disposto no artigo 5º, as transferências a que se refere o nº1 anterior serão efectuadas com prontidão e sem demoras injustificadas, dentro do prazo máximo de 30 dias a contar da data da entrega ao Banco de Cabo Verde do respectivo pedido ou da recepção de informações complementares, em conformidade com o número 6 do presente artigo, devidamente justificado.

3. Exceptua-se do disposto no número anterior, as transferências a que se refere a alínea b) do número 1 do presente artigo, sempre que o seu montante seja susceptível de causar perturbações graves na balança de pagamentos, caso em que o Governador do Banco de Cabo Verde poderá determinar excepcionalmente o seu escalonamento em remessas trimestrais, iguais e sucessivas, ao longo de um período que não poderá ultrapassar dois anos.

4. A partir do 31º dia contado da entrega no Banco de Cabo Verde do pedido de transferência devidamente justificado, os montantes depositados a aguardar transferência em instituições financeiras legalmente estabelecidas no país vencem juros, à taxa LIBOR a 30 dias aplicável à moeda em causa, desde esse dia até à data de efectivação da transferência, sendo os juros vencidos transferíveis ao mesmo tempo que os capitais.

5. O Pagamento dos juros referidos no número anterior é da responsabilidade do Banco de Cabo Verde, excepto se as razões da não realização da transferência dentro do prazo nele referido forem imputáveis a outra entidade.

6. O Banco de Cabo Verde poderá recusar o pedido de transferência referido no número 1, sempre que:

- a) Os montantes de pedido de transferência decorram de operações de investimento externo não registados nos termos da lei;
- b) As declarações e os comprovativos apresentados forem falsos ou insuficientemente justificados.

Artigo 10º

(Contas em divisas)

1. Os investidores externos poderão dispor de contas tituladas em moeda convertível, em instituições financeiras estabelecidas no País e autorizadas por lei, através das quais podem realizar todas as operações.
2. As contas previstas no número anterior só podem ser movimentadas a crédito mediante transferências do exterior ou de outras contas em divisas existentes no país em instituições financeiras devidamente autorizadas nos termos da lei.
3. A abertura e movimentação das contas a que se refere o n.º 2 antecedente serão regulamentadas pelo Governo sob proposta do Banco de Cabo Verde.

Artigo 11º

(Trabalhadores estrangeiros)

1. As actividades económicas com participação de investimento externo podem recrutar trabalhadores estrangeiros, nos termos da lei.
2. Os trabalhadores estrangeiros recrutados nos termos do número anterior gozam dos direitos e garantias seguintes:
 - a) Livre transferência para o exterior dos rendimentos auferidos no âmbito do investimento externo;
 - b) Benefícios e facilidades aduaneiras idênticos aos atribuídos nos termos do Decreto-lei n.º 39/88, de 28 de Maio.

3. O disposto no número anterior aplica-se também aos trabalhadores de nacionalidade cabo-verdiana que à data da sua contratação residam há mais de cinco anos no estrangeiro.

CAPITULO III

DOS INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EXTERNO

Artigo 12º

(Incentivos gerais)

As actividades económicas com participação de investimento externo beneficiam dos incentivos gerais previstos na legislação vigentes e aplicáveis aos respectivos sectores de actividade.

Artigo 13º

(Incentivos especiais)

1. São isentos de tributação os dividendos e lucros distribuídos ao investidor externo e originados em investimento externo autorizado nos termos do presente diploma, nos casos seguintes:

- a) Durante um período de 5 anos contados a partir da data do registo do investimento;
- b) Sempre que tenham sido reinvestidos, nos termos da lei, na mesma ou outra actividade económica em Cabo Verde.

2. São também isentos de tributação as amortizações e juros correspondentes a operações financeiras que constituem investimento externo nos termos das alíneas f) e g) do número 3 do artigo 3º.

Artigo 14º

(Estabilização do regime fiscal)

Decorrido o período de isenção previsto na alínea a) do artigo 13º e nos casos em que não sejam abrangidos pelo disposto na alínea b) do mesmo artigo, os dividendos e lucros distribuídos ao investidor externo e originados em investimento externo, autorizados nos termos do presente diploma, serão tributados através de um imposto único à taxa de 10%, sem prejuízos de disposições mais favoráveis contidas em acordos firmados entre o Estado de Cabo Verde e o Estado de nacionalidade do investidor externo.

Artigo 15º

(Limite dos incentivos)

1. Os incentivos previstos no artigo 13º não se aplicam:

- a) Aos investimentos externos em actividades económicas orientadas fundamentalmente para o mercado interno;
- b) Aos investimentos externos no sector financeiro que serão objecto de uma legislação específica.

CAPITULO IV

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Artigo 16º

(Convenção de Estabelecimento)

1. Convenção de estabelecimento é o contrato escrito, celebrado por iniciativa do Governo, entre o Estado e um investidor externo, com vista ao exercício de uma determinada actividade económica em Cabo Verde.

2. A Convenção de estabelecimento define um regime excepcional, só podendo ser celebrada relativamente a actividades que, pela sua dimensão ou natureza, pelas suas implicações económicas, sociais, ecológicas ou tecnológicas ou por outras circunstâncias, se revelem de interesse excepcional no quadro da

estratégia de desenvolvimento nacional ou recomendem a adopção de cláusulas, cautelas, garantias, ou condições especiais não incluídas no regime geral vigente.

3. A celebração de convenção de estabelecimento é autorizada por Resolução do Conselho de Ministros, que deverá indicar expressamente os elementos essenciais da actividade a que se refere, bem como as cláusulas, exigências, condições e incentivos especiais autorizados.

4. As actividades económicas reguladas por convenção de estabelecimento é subsidiariamente aplicado o regime comum estabelecido na legislação vigente relativo ao respectivo sector de actividade.

CAPÍTULO V

Resolução de Conflitos

Artigo 17º

(Conciliação e arbitragem)

1. Os diferendos entre o Estado e o investidor externo referentes ao investimento externo, serão resolvidos por meio de conciliação e arbitragem, nos termos do presente artigo, se outra forma não for estabelecida em acordos internacionais subscritos por Cabo Verde ou convencionada por comum acordo das partes.

2. O procedimento de arbitragem é instaurado por notificação escrita de uma das partes à outra, especificando:

- a) O objecto do diferendo;
- b) O modo de arbitragem proposto;
- c) O nome do (s) árbitro (s).

3. A parte notificada deverá responder por escrito, no prazo de 30 dias, pronunciando-se expressamente sobre todos os pontos referidos no número 2 antecedente.

4. A arbitragem será realizada por um único árbitro, salvo se as partes tiverem acordado em fazê-lo por uma comissão arbitral e a constituírem efectivamente no prazo de 45 dias a contar da data da notificação prevista no número 2.
5. O árbitro único será escolhido por comum acordo das partes, podendo estas optar por solicitar a sua designação ao Conselho Superior de Magistratura ou quando o investidor externo não seja de nacionalidade cabo-verdiana, a um organismo internacional de arbitragem acordado entre eles.
6. Se no prazo de 90 dias a contar da data da notificação referida no número 2 não houver acordo quanto à designação do árbitro único, qualquer das partes poderá pedir a sua designação à Câmara do Comercio Internacional, com sede em Paris, ou quando o investidor seja de nacionalidade cabo-verdiana, ao Conselho Superior da Magistratura.
7. O árbitro único ou o árbitro presidente designado pela Câmara do Comércio Internacional de Paris, nos termos do número antecedente, não poderá ser da mesma nacionalidade de nenhuma das partes envolvidas.
8. Na resolução de conflitos aplicar-se-á:
 - a) A Lei vigente da República de Cabo Verde;
 - b) Os acordos assinados entre Cabo Verde e o país de nacionalidade do investidor externam envolvidos;
 - c) Subsidiariamente as normas internacionais aplicáveis.
9. A arbitragem será realizada em Cabo Verde, se outro local não for expressamente acordado entre as partes e a língua de arbitragem será, na falta de acordo em contrário das partes, o português.
10. A decisão arbitral é definitiva, não cabendo recurso.

Artigo 18º
(Acordos Internacionais)

Os direitos e garantias concedidos aos investidores externos, nos termos da presente lei, são assegurados sem prejuízo dos resultantes de acordos celebrados entre a República de Cabo Verde, outros Estados e organizações internacionais.

Artigo 19º

(Acordos já firmados)

Os acordos de cedência económica celebrados entre o Governo e investidores externos até à data da entrada em vigor da presente lei são válidos e mantêm-se em vigor como neles se contém.

Artigo 20º

(Regulamentação)

1. O Governo estabelecerá, no prazo de 90 dias por decreto regulamentar, as normas regulamentares necessárias à execução do presente diploma.
2. Compete ao Ministro responsável pela área do planeamento promover a elaboração e aprovação dos regulamentos referidos no número anterior.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 21º

(Revogação)

São revogados a Lei n.º 49/III/89, de 13 de Julho de 1989, o Decreto-Lei n.º 110/89 de 30 de Dezembro e, em geral, todas as disposições legais que expressamente contrariem o disposto no presente diploma.

Artigo 22º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovada em 18 de Outubro de 1993 Publique-se

O Presidente da Assembleia Nacional, Amílcar Fernandes Spencer Lopes

Promulgado em 29 de Novembro de 1993

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES
MONTEIRO

Assinada em 30 de Novembro de 1993

O Presidente da Assembleia Nacional, Amílcar Fernandes Spencer Lopes